

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

BERNARDO CHRISPIM BARON

**AGROECOLOGIA E URBANIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO A
PARTIR DA AGRICULTURA URBANA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO
2017**

BERNARDO CHRISPIM BARON

**AGROECOLOGIA E URBANIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA
AGRICULTURA URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

Trabalho de Graduação Individual entregue como requisito para conclusão do Bacharelado em Geografia oferecido pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques

**SÃO PAULO
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B265a Baron, Bernardo Chrispim
Agroecologia e urbanidade: uma investigação a partir da agricultura urbana na Região Metropolitana de São Paulo / Bernardo Chrispim Baron ; orientadora Marta Inez Medeiros Marques. - São Paulo, 2017. 201 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Selecione....

1. Agricultura urbana. 2. Agroecologia. 3. Região Metropolitana de São Paulo. 4. Urbanidade. I. Marques, Marta Inez Medeiros, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho vem coroar um percurso de cinco anos no bacharelado em Geografia na FFLCH/USP. Durante esse tempo, contei com o indispensável apoio de familiares, que, aliás sempre foram os grandes incentivadores da minha dedicação aos estudos. Em especial, devo mencionar o meu pai, que se prontificou a ser quase um coorientador desta pesquisa e com quem tenho compartilhado as aventuras e as desventuras da vida acadêmica.

Também os amigos foram fundamentais nesse processo. Os amigos que ingressaram comigo no curso da Geografia, por terem compartilhado os momentos mais difíceis e os mais inesquecíveis da graduação, e porque sem eles o trajeto destes cinco últimos anos certamente haveria sido muito menos alegre e proveitoso. E, é claro, os amigos que hoje e sempre estiveram comigo e que são, cada um, um pouquinho de mim também: o André, o Caio, a Cristiana, o Eric Chu, o Eric Filipe, a Gabriela, a Luisa, o Pedro, entre tantos outros.

Não menos importante, devo agradecer aos professores que participaram da minha formação e que, jamais renunciando à responsabilidade e ao amor pelo mundo, inspiraram-me agir da mesma forma. Dado o momento de despedida que este trabalho também encerra, cabe um agradecimento especial ao corpo docente do Departamento de Geografia e dos demais departamentos da USP e da UAB por onde circulei nos últimos anos, havendo sido eles essenciais para continuar a abrir os horizontes do meu pensamento. Em particular, agradeço à professora Marta, que aceitou orientar este TGI mesmo após uma apresentação desastrosa e que, desde então, assumiu dedicadamente o fundamental papel de “*advogada do diabo*”, ao qual devo o empenho em realizar um trabalho sério e coerente.

Finalmente, este trabalho não teria sido possível sem as pessoas que disponibilizaram um pouco da sua atenção para ceder dados ou impressões sobre o tema de estudo. Em particular, devo agradecer ao Hans e ao Cidades sem Fome; e ao Luís e à equipe da COSAN/PMSP. Também cederam informações preciosas a Ana Flávia, do Instituto Kairós; o Samuel, do Muda-SP; o Jaime Oliva, do IEB/USP; e o Luis e a Angélica, do GEAU/IEA. E, é claro, agradeço à Dona Sebastiana e ao Seu Genival, ao Seu Joaquim e ao Sérgio, que foram extremamente atenciosos ao me receber nas hortas; bem como a todos os agricultores e hortelões que doaram um pouco do seu tempo respondendo aos questionários de caracterização.

Se o significado da política é a liberdade, isso quer dizer que nessa esfera – e em nenhuma outra – nós temos efetivamente o direito de esperar milagres. Não por acreditarmos supersticiosamente em milagres, mas porque os seres humanos, saibam eles ou não, na medida em que são capazes de agir, estão aptos a realizar, e realizam mesmo, constantemente, o improvável e o imprevisível.

Hannah Arendt, “A condição humana”

RESUMO

BARON, B. C. Agroecologia e urbanidade: uma investigação a partir da agricultura urbana na Região Metropolitana de São Paulo. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Este trabalho procurou investigar se há um componente de urbanidade que distingue a agricultura realizada no núcleo denso da Região Metropolitana de São Paulo, e em que medida esse componente é estratégico na difusão de discursos e práticas agroecológicas. Sendo uma pesquisa de abordagem hipotético-dedutiva, desenvolveu-se um mapeamento das iniciativas de agricultura urbana e sua caracterização por meio de envio de questionários fechados, bem como trabalhos de campo em duas dessas hortas. O padrão disperso da localização das 380 hortas urbanas encontradas no interior da mancha urbana contínua reforçou a constatação da grande heterogeneidade do fenômeno da agricultura urbana e ensejou a elaboração de uma tipologia preliminar das iniciativas. Diversidade igual foi encontrada no perfil de participantes das vinte e cinco hortas que responderam aos questionários, os quais permitiram delinear também as importâncias relativas dos apoios institucionais recebidos, a interação com os vizinhos e a adoção de práticas agroecológicas. Essas questões foram aprofundadas nos trabalhos de campo, possibilitando que se concluísse acerca de um papel relevante das hortas como promotoras de urbanidade em seus entornos e como lugares importantes de circulação de ideias ligadas à agroecologia. Foram esboçadas algumas questões a partir dos resultados da investigação, em especial a possível existência de um circuito metropolitano de agricultura urbana e os limites do conceito de urbanidade para tratar da realidade em pauta, sugerindo-se, por fim, algumas linhas de pesquisa futuras.

Palavras-chaves: Agricultura urbana, Agroecologia, Região Metropolitana de São Paulo, Urbanidade.

ABSTRACT

BARON, B. C. Agroecologia e urbanidade: uma investigação a partir da agricultura urbana na Região Metropolitana de São Paulo. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

This work sought to investigate whether there is a component of urbanity which distinguishes agriculture carried out within the dense nucleus of Sao Paulo Metropolitan Area, and to which extent this component is strategic in the diffusion of agroecological discourses and practices. As a research with a hypothetical-deductive method, a mapping of the urban agriculture initiatives was carried out, and they were characterized through the sending of closed questionnaires, as well as through fieldwork in two of these gardens. The dispersed pattern of location of the 380 gardens mapped within the continuous urban spot reinforced the perceived heterogeneity of the urban agriculture phenomenon, and led to the elaboration of preliminary typology of the initiatives. Equal diversity was found in the profile of participants from the twenty-five that answered the forms, which also allowed to delineate the relative importance of institutional support received, interaction with neighbors and the adoption of agroecological practices. These questions were deepened through fieldwork, making it possible to conclude that gardens promote urbanity in their environments, and that they are important places where ideas related to agroecology may circulate. Some questions were drawn from the results of the research, especially the possible existence of a metropolitan circuit of urban agriculture and the limits of the concept of urbanity to deal with the observed reality, which led to some suggestions for future research.

Keywords: Urban agriculture, Agroecology, Sao Paulo Metropolitan Area, Urbanity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pilha de resíduos de poda em processo de compostagem na Horta da Mateo Bei.	106
Figura 2 - Canteiro cultivado pelo Sr. Genival na Horta da Mateo Bei.....	107
Figura 3 - Quintal de ervas medicinais, aromáticas e ruderais da Sra. Sebastiana, na Horta da Mateo Bei.....	108
Figura 4 - Detalhe de parte do cultivo Sr. Joaquim na Horta da Mateo Bei.....	108
Figura 5 - Portão de entrada da Horta Comunitária da Saúde.....	113
Figura 6 - Visão geral da Horta Comunitária da Saúde.....	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência das hortas urbanas por município em que estão localizadas.....	72
Gráfico 2 - Frequência das hortas urbanas por subprefeitura em que estão localizadas (apenas na capital).....	72
Gráfico 3 - Representação esquemática da localização de diversas tipologias de hortas urbanas na RMSP.....	85
Gráfico 4 - Número de participantes envolvidos nas iniciativas de agricultura urbana que responderam ao questionário, por frequência da participação.....	91
Gráfico 5 - Frequência de diferentes formas de participação dos vizinhos nas iniciativas que responderam ao questionário.....	95
Gráfico 6 - Destino da produção nas iniciativas que responderam ao questionário..	96
Gráfico 7 - Frequência de uso de diversos tipos de fertilizantes nas iniciativas que responderam ao questionário	98
Gráfico 8 - Frequência de uso de diferentes técnicas de controle de "pragas" e de plantas competidoras nas iniciativas que responderam ao questionário.....	98
Gráfico 9 - Uso de sementes de diferentes fontes nas iniciativas que responderam ao questionário.....	99

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Evolução da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo.....	22
Mapa 2 - Localização da área de estudos no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo.....	27
Mapa 3 - Localização das hortas urbanas mapeadas.....	71
Mapa 4 – Verticalização na área de estudo.....	74
Mapa 5 – Adequação habitacional na área de estudo.....	75
Mapa 6 - Lixo acumulado no entorno dos domicílio da área de estudo.....	76
Mapa 7 - Renda média por morador nos domicílios da área de estudo.....	77
Mapa 8 - Analfabetismo entre idosos na área de estudo.....	78
Mapa 9 - Razão de dependência entre a população idosa e a população potencialmente ativa na área de estudo.....	79
Mapa 10 - Proporção de domicílios chefiados por mulheres na área de estudo.....	80
Mapa 11 - Imagem de satélite das redondezas da Horta da Mateo Bei.....	102
Mapa 12 - Imagem de satélite das redondezas da Horta Comunitária da Saúde..	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População nos Anos de Levantamento Censitário: Município e Região Metropolitana de São Paulo e Brasil (1978-2010).....	24
Tabela 2 - Indicadores selecionados, segundo diversas tipologias de hortas urbanas e para os setores urbanos da RMSP como um todo.....	86
Tabela 3 - Objetivos do cultivo versus propriedade dos terrenos nas hortas que responderam ao questionário enviado.....	88
Tabela 4 - Propriedade do terreno versus tamanho dos cultivos nas hortas que responderam ao questionário enviado.....	88
Tabela 5 - Frequência dos pares mais comuns de objetivos declarados pelas hortas que responderam ao questionário.....	89
Tabela 6 - Gênero e idade dos envolvidos nas iniciativas de agricultura urbana que responderam ao questionário.....	91
Tabela 7 - Idade e experiência prévia na agricultura rural dos envolvidos nas iniciativas de agricultura urbana que responderam ao questionário.....	92
Tabela 8 - Apoios recebidos pelas iniciativas que responderam ao questionário.....	94
Tabela 9 - Cultivos praticados nas iniciativas que responderam ao questionário.....	97
Tabela 10 - Pontos de encontro existentes no entorno das iniciativas que responderam ao questionário.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAZL	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA ZONA LESTE
AMA	ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL
APO-SM	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE SÃO MATEUS
BIRD	BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO
CADES	CONSELHO REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CAPS	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
CEI	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
CEU	CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO
CMDRSS	CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO
COOPERAPAS	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS E DE ÁGUA LIMPA DA REGIÃO SUL DE SÃO PAULO
CRESAN	CENTRO DE REFERÊNCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
EE	ESCOLA ESTADUAL
EM	ESCOLA MUNICIPAL
EMEB	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO
EMEF	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
EMEI	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL
FAO	FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION
FEMA	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
GATT	GENERAL AGREEMENT ON TARIFFS AND TRADE
GCPAI	GRUPO CONSULTOR EM PESQUISA AGRICULTURAL INTERNACIONAL
IPTU	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
KM ²	QUILÔMETROS QUADRADOS
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
MUDA-SP	MOVIMENTO URBANO DE AGROECOLOGIA DE SÃO PAULO
Nº.	NÚMERO

OMC	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL
PANCs	PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS
PAVS	PROGRAMA AMBIENTES VERDES E SAUDÁVEIS
PED	PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
PMSP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PROAURP	PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
RMSP	REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
SDTE	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
SESAN	SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SESC	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
SISAN	SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SME	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SMS	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
UBS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
UNICEF	UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 A CRISE NA ALIMENTAÇÃO EM QUESTÃO: CONTEXTO, JUSTIFICATIVA E ARGUMENTOS CENTRAIS DO TRABALHO.....	16
1.2 OBJETIVOS, MÉTODO E TÉCNICAS.....	19
1.3 A ÁREA DE ESTUDO: CARACTERIZAÇÃO E RECORTES ESPAÇO-TEMPORAIS.....	21
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	28
2 POLÍTICA E ESPAÇO, CIDADE E URBANIDADE: OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	31
2.1 UMA CONCEPÇÃO DA POLÍTICA.....	31
2.2 ESPAÇO, POLÍTICA E ABERTURA PARA O INESPERADO.....	35
2.3 AS CIDADES COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA A POLÍTICA.....	38
2.4 DO URBANO NORMATIVO AO URBANO REAL: A URBANIDADE COMO CONCEITO MEDIADOR.....	41
3 AGRICULTURA URBANA E AGROECOLOGIA.....	47
3.1 UMA GENEALOGIA DA CRISE NA ALIMENTAÇÃO: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A “REVOLUÇÃO VERDE”.....	47
3.2 DA CRÍTICA À REVOLUÇÃO VERDE À AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA EMERGENTE.....	51
3.3 OS LUGARES DA AGRICULTURA URBANA NO DISCURSO: RESQUÍCIO RURAL, COADJUVANTE NA SEGURANÇA ALIMENTAR OU IMPULSO À AUTONOMIA?.....	56
3.4 AGRICULTURA URBANA E AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA NA RMSP: BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA E INSTITUCIONAL.....	62
4 A AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA NO NÚCLEO DENSO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DAS INICIATIVAS.....	70
4.1 A LOCALIZAÇÃO DAS INICIATIVAS DE AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA NA RMSP.....	70
4.2 UMA TENTATIVA DE TIPOLOGIA DAS HORTAS URBANAS – E PARA ALÉM DELA.....	82
4.3 CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES/HORTELOES.....	90

4.4 A AGRICULTURA URBANA E AS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES: APOIOS INSTITUCIONAIS, TROCAS INFORMAIS E DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO.....	93
4.5 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS.....	96
5 ESTUDOS DE CASO EM DUAS HORTAS URBANAS DO NÚCLEO DENSO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....	101
5.1 HORTA DA MATEO BEI.....	101
5.2 HORTA COMUNITÁRIA DA SAÚDE.....	112
6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES À LUZ DOS RESULTADOS ENCONTRADOS.....	121
6.1 AS HORTAS URBANAS COMO ESPAÇOS ONDE FLORESCE A URBANIDADE.....	121
6.2 PRÁTICAS E IDEIAS AGROECOLÓGICAS E A QUALIDADE DAS INTERAÇÕES NAS HORTAS URBANAS: O QUE A AGROECOLOGIA TEM A GANHAR COM A AGRICULTURA URBANA.....	124
6.3 UM CIRCUITO DE AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA NA CIDADE DE SÃO PAULO?.....	126
6.4 AS TENSÕES NAS RELAÇÕES MEDIADAS PELA AGRICULTURA EM CONTEXTOS DE URBANIDADE.....	128
6.5 LIMITES DO ESFORÇO DE PESQUISA E INDICAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	131
FONTES.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
ANEXO I – MODELO DO QUESTIONÁRIO ENVIADO ÀS INICIATIVAS DE AGRICULTURA URBANA.....	150
ANEXO II – RELAÇÃO COMPLETA DAS HORTAS MAPEADAS NA RMSP.....	156

1 INTRODUÇÃO

1.1 A CRISE NA ALIMENTAÇÃO EM QUESTÃO: CONTEXTO, JUSTIFICATIVA E ARGUMENTOS CENTRAIS DO TRABALHO

Qualquer que seja o ponto de vista a partir do qual se tente abordar a questão da alimentação na atualidade, parece improvável escapar da conclusão de que esta é uma das manifestações mais preocupantes e mais perversas da crise geral que vivem as sociedades contemporâneas. O problema da fome, particularmente, aparece já em 1928 como uma das atribuições permanentes da antiga Liga das Nações, sendo retomado na agenda pública internacional com a Conferência das Nações Unidas sobre Agricultura e Alimentação, celebrada em 1943, em Hot Springs, Estado Unidos (CASTRO, 1951: 56). Nos meios acadêmicos, o problema tem sido denunciado pelo menos desde trabalhos seminais como os de Josué de Castro (1946, 1951), que não só logram seu objetivo declarado de romper o “tabu” que cercava o tema, como constituem algumas das primeiras críticas de peso às explicações naturalistas e malthusianas até então dominantes sobre a escassez de alimentos.

A partir da percepção de acirramento da crise na década de 1970, com notícias cada vez mais recorrentes de carências agudas de alimentos surgindo aqui e ali, também os grandes conglomerados do setor buscaram se inserir fortemente nesse debate. Tendo como porta-vozes fundações supostamente dedicadas à filantropia e ao avanço da ciência, as corporações transnacionais não perderam tempo em convencer organismos multilaterais, governos nacionais e a opinião pública em geral de que não seria senão de seus laboratórios que poderiam surgir as inovações capazes de salvar a humanidade de seu eterno – ainda que em grande medida imaginário¹ – pesadelo malthusiano.

1 A respeito do mito da “explosão demográfica” propalado no Pós-Segunda Guerra Mundial, com base em leituras neomalthusianas da questão demográfica, consultar Gonçalves (2006: 157-204).

O que restou convenientemente escondido nos anos seguintes, a fim de que os pacotes tecnológicos oferecidos por aquelas corporações pudessem perseguir impetuosamente seus propósitos de universalização, foi o fato de as fomes episódicas, a desnutrição endêmica e mesmo a obesidade cada vez mais comum nos países ocidentais serem mais do que simples funções da oferta anual de quilocalorias pelo setor agropecuário. Na verdade, a crescente interdependência dos mercados, a volatilidade da cotação das commodities alimentícias, a pressão especulativa imposta pelo mercado secundário de derivativos, o controle cada vez maior de importantes elos da cadeia produtiva por um número restrito de grandes conglomerados e até o efeito recente da demanda por biocombustíveis no preço dos alimentos têm demonstrado que a crise na alimentação perpassa o complexo de articulações entre agroindústria, comércio internacional e sistema financeiro que, marcadamente desde a década de 1970, vêm caracterizando a produção e distribuição de alimentos enquanto mercadorias mundializadas. Ao mesmo tempo, taxas impressionantes de desperdício – seja durante o transporte de alimentos por distâncias epopéicas, seja devido aos restritos critérios de padronização impostos pelas redes varejistas – denunciam o que há de desmedido de um modelo produtivo cuja maior preocupação parece ser a de arrasar qualquer vestígio de diversidade social, étnica e biológica que ainda resista ao feroz avanço de suas monoculturas.

É nesse sentido que autores como Friedmann (1982 e 2000) argumentam que o acirramento da escassez seletiva de alimentos a partir da década de 1970 resulta de uma virada estrutural, na qual há o desmonte dos arranjos internacionais do pós-Guerra e sua substituição por um modelo agroalimentar liberal-produtivista. Nessa transição de um regime alimentar intensamente regulado pelos Estados-nações e pelos excedentes assim produzidos para um regime dominado pelos capitais industriais e financeiros, aqueles que sofrem as consequências mais perversas têm sido justamente os mais pobres, concentrados em países com frágeis balanços de pagamento e individualmente desapropriados dos meios de gerar sua subsistência tanto no campo quanto na cidade.

O presente trabalho se insere em uma linha de produções acadêmicas que se pretendem críticas a esse estado de coisas. No caso, o contraponto será feito a partir de duas alternativas ao modelo agroalimentar hoje emergentes: a agricultura urbana e a agroecologia. Tanto uma quanto a outra se ancoram em legados de práticas de longa data, cuja existência restou marginalizada diante da disseminação

da agricultura capital-intensiva, e as ressignificam a partir de discursos e ações por vezes manifestamente contra-hegemônicos. A agricultura urbana remete à tradição dos quintais produtivos e medicinais ora tão corriqueiros nos subúrbios de diversas cidades em países tardiamente industrializados. A agroecologia, por sua vez, se apresenta enquanto paradigma agroalimentar em ascensão a partir justamente do resgate criativo de saberes-fazeres nativos e tradicionais.

Das articulações e das distinções de estatuto entre esses dois conjuntos de experiências é que se pode estabelecer o caráter da relação a ser traçada ao longo deste trabalho. De fato, a agricultura urbana aparece mais diretamente enquanto complexo de práticas cujo fator agregador seria, segundo a interpretação mais corrente, sua localização: a cidade e seu entorno imediato. A agroecologia, por outro lado, aparece sobretudo enquanto discurso científico e político caracterizado pela crítica ao modelo agroalimentar hegemônico e pela proposição de uma forma de produção de alimentos atenta à diversidade de relações ecológicas, biogeoquímicas, culturais, sociais e econômicas mobilizadas pelo manejo dos agroecossistemas.

O que se propõe, portanto, é considerar as formas pelas quais uma pode servir à outra. Em outras palavras, trata-se de questionar em que medida as práticas da agricultura urbana podem criar um espaço de discussão e de circulação do discurso agroecológico que possa ser estratégico para os propósitos deste último. É essa a tese central que se buscou pôr à prova ao longo da investigação.

À tal tese central subordina-se outra de fundo, que lhe precede e possibilita um eventual caráter estratégico do espaço urbano para o paradigma agroecológico, qual seja: é necessário que haja algo de específico do espaço urbano que diferencie a atividade agrícola agroecológica ali desenvolvida – ou bem suas relações e consequências – daquela que se realiza em outros espaços. Isto é, é preciso que a *agricultura urbana* seja mais do que uma *agricultura na cidade*, como tende a considerar parte da literatura sobre o tema; e que ela comporte, por isso, certas singularidades que façam jus a esse adjetivo. Em outros termos, é preciso que a agricultura na cidade comporte também certa *urbanidade*.

1.2 OBJETIVOS, MÉTODO E TÉCNICAS

A investigação aqui relatada se dispôs a pôr a prova um conjunto de enunciados fundamentados em certa construção teórico-conceitual, mas ainda carente de falseamento ou corroboração pelo confronto com casos empíricos:

- O objeto de estudo apresenta particularidades em relação a outras práticas de agricultura (inclusive considerando o contexto mais restrito da agricultura agroecológica);
- Essas particularidades advêm, pelo menos em parte, da condição propriamente urbana da sua situação espacial, isto é, da sua urbanidade – e podem, por outro lado, reforçar elas mesmas essa urbanidade onde se inserem;
- A relação entre agricultura e urbanidade enseja interações com uma dimensão política potencialmente relevante para o movimento agroecológico.

Ao cotejar essas hipóteses prévias com o caso empírico da agricultura urbana da Região Metropolitana, o trabalho se configurou metodologicamente enquanto de hipotético-dedutiva, conforme descrevem Bunge (1973) e Popper (1993). Grosso modo, isso significa deduzir da teoria estabelecida uma hipótese aplicável ao tema de estudo, e dessa hipótese deduzir enunciados passíveis de falseamento pela experiência empírica. Admite-se, entretanto, a impossibilidade de testar todo o universo de casos empíricos possíveis, bem como a impropriedade lógica de uma generalização apenas a partir da correspondência entre a hipótese aventada e o comportamento observado de uma amostra particular. Assim, diz-se que um eventual resultado positivo para os enunciados formulados corrobora a hipótese e a teoria subjacente, ao passo que a negativa deve ensejar uma revisão da construção teórico-conceitual que lhes deu origem.

Tal método não deve significar, porém, subestimar a natureza potencialmente multideterminada do objeto de estudo. Ao contrário, está claro que ele se relaciona com uma diversidade de processos em múltiplas escalas e durações, com uma trajetória singular, atrelada à inserção das práticas no contexto paulistano, brasileiro e da periferia do capitalismo. Por isso, o desafio posto foi o de dialogar permanentemente com a riqueza de inter-relações e condicionantes que fazem do

recorte espacial e temporal escolhido um objeto de estudo único, ao mesmo tempo em que se buscava ali um caso significativo para enfrentar as questões mais gerais que motivaram a pesquisa.

O caminho encontrado para articular essas necessidades aparentemente contraditórias foi desdobrar a persecução do objetivo principal em uma série de objetivos específicos ou operacionais, delineando um trajeto de investigação ao longo do qual fosse possível se aproximar do objeto de pesquisa:

- Levantar um panorama da agricultura urbana agroecológica praticada na RMSP, a partir da compilação das iniciativas citadas em levantamentos pré-existentes, nos cadastros de atores institucionais, nas redes de contatos de organizações da sociedade civil, e nos grupos de interesse e discussão dedicados ao tema;
- Realizar uma caracterização básica das iniciativas identificadas e das suas respectivas práticas socioespaciais, a partir da utilização de questionários com os agricultores; da revisão de referências bibliográficas e de fontes primárias; e, secundariamente, de entrevistas com militantes, técnicos ou representantes de associações ou cooperativas envolvidos com a temática; e
- Para um número restrito das iniciativas identificadas, realizar entrevistas e trabalhos de campo voltados a compreender de maneira mais completa a relação entre as práticas de agricultura, o espaço urbano e os sujeitos que os produzem.

De um ponto de vista procedimental, esse trabalho implicou a mobilização de uma diversidade de técnicas orientadas ao levantamento e interpretação de dados empíricos de natureza qualitativa. O esboço de um quadro geral da agricultura urbana no núcleo denso da RMSP partiu da revisão dos trabalhos acadêmicos recentes com temática e área de estudos semelhantes, passando em seguida aos levantamentos documentais necessários ao mapeamento das iniciativas. Nessa etapa, foram fontes importantes os pedidos de acesso à informação enviados aos órgãos públicos municipais, bem como os mapeamentos anteriores por entidades da sociedade civil organizada. Em alguns casos, recorreu-se ainda a notícias divulgadas pela imprensa local, ou mesmo às listas de discussão mantidas pelos próprios agricultores/hortelões em meios eletrônicos, como forma de identificar

minimamente algumas iniciativas que houvessem permanecido invisíveis aos levantamentos institucionais.

A caracterização de uma parte desse universo de iniciativas identificadas contou inicialmente com a contribuição de algumas entrevistas exploratórias, mas baseou-se principalmente no uso de questionários fechados (reproduzidos no Anexo I). Estes continham perguntas sobre quem eram os agricultores; onde, de quem e de que tamanho eram suas hortas; suas parcerias e estratégias de cuidado da horta e de distribuição dos produtos. Os formulários foram enviados eletronicamente àqueles agricultores e hortelões cujos contatos nesse meio puderam ser identificados, ou realizadas por telefone em alguns outros casos. No total, foi tentado algum tipo de contato com 252 das 380 iniciativas mapeadas, somando o número de 25 respostas válidas (9,9% do total de envios e 6,6% das iniciativas mapeadas).

Finalmente, foram realizados trabalhos de campo em duas hortas urbanas: a Horta da Mateo Bei e a Horta Comunitária da Saúde. Esse passo possibilitou a realização de entrevistas mais longas e abertas com os envolvidos nessas iniciativas, de maneira a esclarecer dúvidas e elaborações delineadas nas etapas anteriores de pesquisa. Buscou-se, assim, contornar uma possível carência de significados, caso a pesquisa se limitasse a meros levantamento e caracterização impessoais. Assim, a ida a campo acrescentou alguma de visão – ainda que amostral e, portanto, restrita – da diversidade de experiências humanas potencialmente envolvidas no fenômeno em estudo.

1.3 A ÁREA DE ESTUDO: CARACTERIZAÇÃO E RECORTES ESPAÇO-TEMPORAIS

A revalorização da agricultura urbana e a multiplicação de redes e iniciativas identificadas com o emergente paradigma agroecológico são fenômenos identificáveis em diversas cidades do mundo, inseridas em contextos socioespaciais por vezes bastante destoantes: desde Toronto até Kampala, passando pelas experiências com forte apoio estatal em Cuba². Não é de surpreender, portanto, que

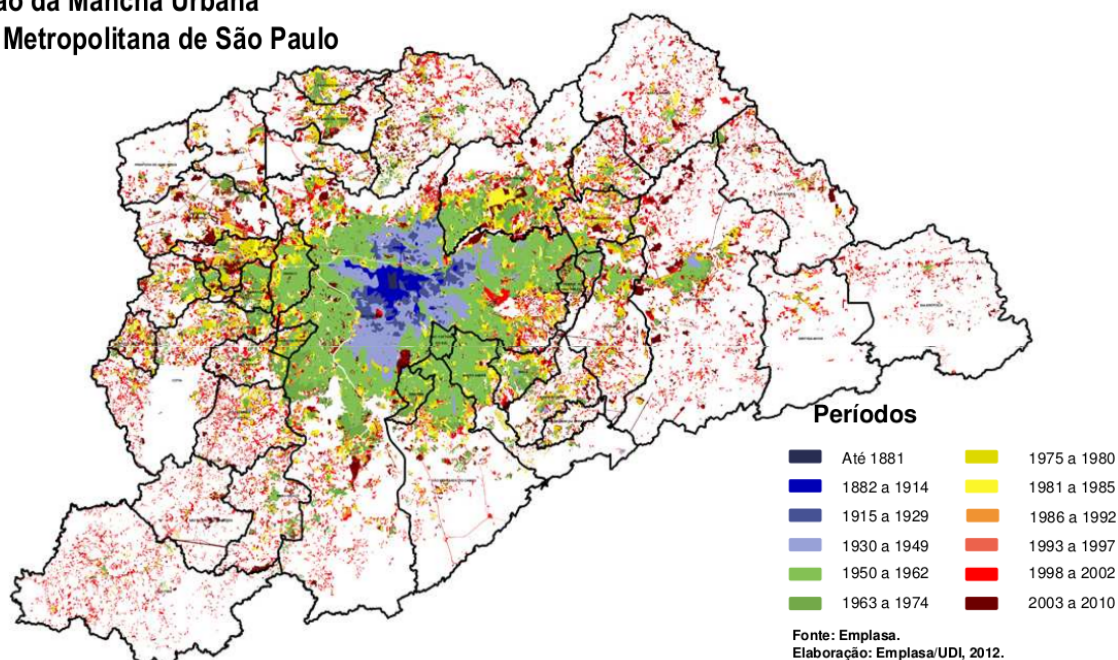
² Ver, respectivamente, Broadway e Brodway (2011), Maxwell (1995) e Castellón (2003) sobre os exemplos canadense, ugandês e cubano. A RUAF Foundation mantém um diretório de publicações (disponível em: <http://bieb.ruaf.org/ruaf_bieb/appflow/bieb_search.asp>) a partir do qual se pode ter

cada uma dessas experiências apresente características e significados bastante particulares, em decorrência dos contextos que lhes são próprios. A pesquisa apresentada nas próximas páginas elegeu, portanto, trabalhar a partir de uma entre outras experiências possíveis de articulação entre agroecologia e agricultura em espaços urbanos: a experiência da metrópole de São Paulo.

São Paulo é uma das maiores aglomerações urbanas do mundo, abrigando 20,5 milhões (SEADE, [2016]) de pessoas que fazem dela o local de sua moradia e de sua vida cotidiana. Essa gigantesca concentração de pessoas se materializa em uma mancha urbana de mais de 1500km² (ROSS, 2001: 17), cuja extensão remete ao processo explosivo de crescimento demográfico vivido a partir da sua condição de centro da industrialização brasileira durante boa parte do século XX.

Mapa 1 - Evolução da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo

Evolução da Mancha Urbana Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Emplasa (2013).

Curiosamente, para os efeitos deste trabalho, a cidade atual se ergue sobre um sítio urbano com algumas das terras mais pobres no estado, localizando-se a certa distância de qualquer centro agrícola mais importante (PRADO JÚNIOR, 1935: 7). Aos solos – sobretudo os das bacias sedimentares –, já impróprios para uma atividade agrícola proveitosa, somam-se ainda a proximidade da Serra do Mar e a

uma ideia da variedade de experiências de agricultura urbana no mundo. Mesmo entre as cidades brasileiras, pode-se notar diversidade também grande de experiências ao consultar relações de trabalhos acadêmicos como a que mantém o AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana/UFMG (disponível em: <<https://aueufmg.wordpress.com/biblioteca/monografias-dissertacoes-e-teses/>>).

influência de massas de ar (AZEVEDO, 1956: 14), concorrendo para um clima notavelmente instável.

De outro ponto de vista, contudo, São Paulo apresenta uma situação geográfica privilegiada, responsável desde cedo pela sua condição de centro de um sistema de comunicações entre litoral e planalto. O aglomerado ergueu-se sobre o trecho em que é mais fácil vencer os maciços do Planalto Atlântico na altura da Serra do Mar, sendo esse o caminho de subida predileto já pelos índios que ali habitavam. Ao mesmo tempo, por convergirem ali as vias naturais de comunicação que eram os cursos d'água navegáveis da Bacia do Tietê, eram os descampados dos "Campos de Piratininga" um condensador demográfico por excelência – primeiramente para as comunidades indígenas locais e, a partir do século XVI, também para os europeus que dali investiram rumo à colonização do planalto (PRADO JÚNIOR, op. cit.: 9-22).

Se o aglomerado urbano paulistano propriamente dito experimentaria um desenvolvimento bastante modesto durante seus primeiros três séculos de existência, seria justamente daquela localização privilegiada original que surgiriam as condições do reforço da sua centralidade a partir da expansão da cultura cafeeira no Oeste Paulista, a partir das últimas décadas do século XIX. Para sustentar o avanço do café, constituiu-se um sistema de comunicações baseado em ferrovias que ligassem as plantações no interior ao porto de Santos, com São Paulo novamente emergindo enquanto centro articulador e receptor da maior parte das funções urbanas exigidas e estimuladas pelo boom agroexportador.

O papel de São Paulo durante o período áureo do café, concentrando fluxos migratórios e de capitais excedentes, ao mesmo tempo em que surgia uma infraestrutura urbana moderna, colocou a cidade em posição de destaque para liderar a instalação do parque industrial brasileiro a partir dos anos de 1930. Durante as quatro décadas seguintes, a aglomeração experimentou um impressionante salto populacional, estimulado pelo crescimento do emprego industrial e dos serviços e alimentado pela migração interregional e o êxodo rural resultante dos processos de modernização no campo. Por outro lado, esse crescimento implica também a agudização de uma crise de habitação cujas consequências imediatas são o surgimento das primeiras favelas e a expansão do auto-emprego da moradia particular em loteamentos periféricos precários (BONDUKI, 1998).

Tabela 1 - População nos Anos de Levantamento Censitário: Município e Região Metropolitana de São Paulo e Brasil (1978-2010)

Anos	Município de São Paulo		Região Metropolitana de SP		Brasil	
	População	Taxa de Crescimento ⁽¹⁾	População	Taxa de Crescimento ⁽¹⁾	População	Taxa de Crescimento ⁽¹⁾
1872	31.385		-		10.112.061	
		4,1		-		2,0
1890	64.934		-		14.333.915	
		14,0		-		1,9
1900	239.820		-		17.318.556	
		4,5		-		2,9
1920	579.033		-		30.635.605	
		4,2		-		1,5
1940	1.326.261		1.568.045		41.236.315	
		5,2		5,3		2,3
1950	2.198.096		2.622.786		51.944.397	
		5,6		6,1		3,1
1960	3.781.446		4.739.406		70.119.071	
		4,6		5,6		2,9
1970	5.924.615		8.139.730		93.139.037	
		3,7		4,5		2,5
1980	8.493.226		12.588.725		119.002.706	
		1,2		1,9		1,9
1991	9.646.185		15.444.941		146.825.475	
		0,9		1,6		1,6
2000	10.434.252		17.878.703		169.799.170	
		0,8		1,0		1,2
2010	11.253.503		19.683.975		190.755.799	

Fonte: elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (s/d, b).

Outro resultado dessas dinâmicas é a consolidação, a essa altura, do caráter propriamente metropolitano da aglomeração. Além do crescimento dos antigos bairros isolados, pela justaposição de novos loteamentos contíguos dos quais viriam a se tornar subcentros, surge um cinturão de loteamentos residenciais suburbanos. Impulsionado inicialmente pela valorização especulativa dos terrenos no perímetro urbano, bem como pela implantação de indústrias ao longo das várzeas e terraços fluviais vizinhas às ferrovias, esse desenvolvimento suburbano seria sobremaneira estimulado pela generalização da circulação rodoviária. Resultam desse crescimento tanto a compactação do perímetro urbano – o início do processo de verticalização e a ocupação de lotes até então reservados para a especulação imobiliária – quanto a rápida anexação dos subúrbios ao núcleo central (LANGENBUCH, 1971: 131 et seq.), terminando por formar um mancha contígua de espaços fragmentados e

hierarquizados, cuja coesão precisa ser produzida e mediada pela multiplicação de redes materiais e imateriais no território metropolitano (LENCIONE, 2010).

A reestruturação da produção e das relações de trabalho em resposta às crises estruturais que irrompem a partir da década de 1970, ao lado da iniciativa estatal em favor da desconcentração do parque industrial, levariam à redução da participação relativa da metrópole paulistana no produto industrial brasileiro (FRANCESCONI, 2004: 118-119). A centralidade paulistana, porém, não declina na mesma medida. Ao contrário:

A metrópole paulista afirma-se, cada vez mais, como a região central do país apesar do dinamismo global da tendência à homogeneização das condições gerais de produção. Com este significado é que na reiteração do primado metropolitano as desigualdades espaciais do Estado de São Paulo tomam um novo conteúdo. As decisões comerciais, o controle da produção e as decisões de investimento, por exemplo, estabelecem-se, em grande parte e reiteradamente, a partir desta metrópole, elo privilegiado da intermediação do local e do internacional. (LENCIONE, 1991: 66-67)

Estudar qualquer fenômeno a partir da metrópole paulistana, portanto, implica a oportunidade e o desafio de articular as relações multiescalares que têm nela sua base material e que, ao mesmo tempo, conformam a trajetória histórica do seu espaço construído.

São Paulo é pelas suas características uma Cidade onipresente em todo o território nacional e é o lugar onde são mais fortes e significativas as relações internacionais, sobretudo as de comando. Por isso ela [...] mantém sua força, aumentando-a inclusive no Brasil e no mundo, graças às atividades de serviço que abriga, criando um expressivo setor terciário de comando, baseado na informação, qual seja na possibilidade de concepção, direção, coordenação e controle de grandes sistemas técnicos, operacionais e gerenciais. [...] *Daí a importância de examinar a configuração territorial e verificar em que medida, a adequação da metrópole para o funcionamento das ações hegemônicas, vem prejudicando a maioria da população e agudizando a contradição abundância/escassez, riqueza/pobreza.* [GRIFO NOSSO] (SOUZA, 2010: 24)

Sem deixar de reconhecer esse papel de comando das ações hegemônicas na metrópole paulistana – ao mesmo tempo construindo esse espaço e agindo através dele – o esforço deste trabalho vai no sentido de tentar buscar o anverso do projeto anunciado por Souza. Trata-se justamente de tentar entender em que medida certos “*sub-espacos metropolitanos*”, na terminologia adotada por aquela autora, podem dar margem ao surgimento de relações e à circulação de discursos contra-hegemônicos.

Conforme já se argumentou, a presente investigação trabalha com a hipótese de que o caráter propriamente urbano desses espaços possa ter algum tipo de

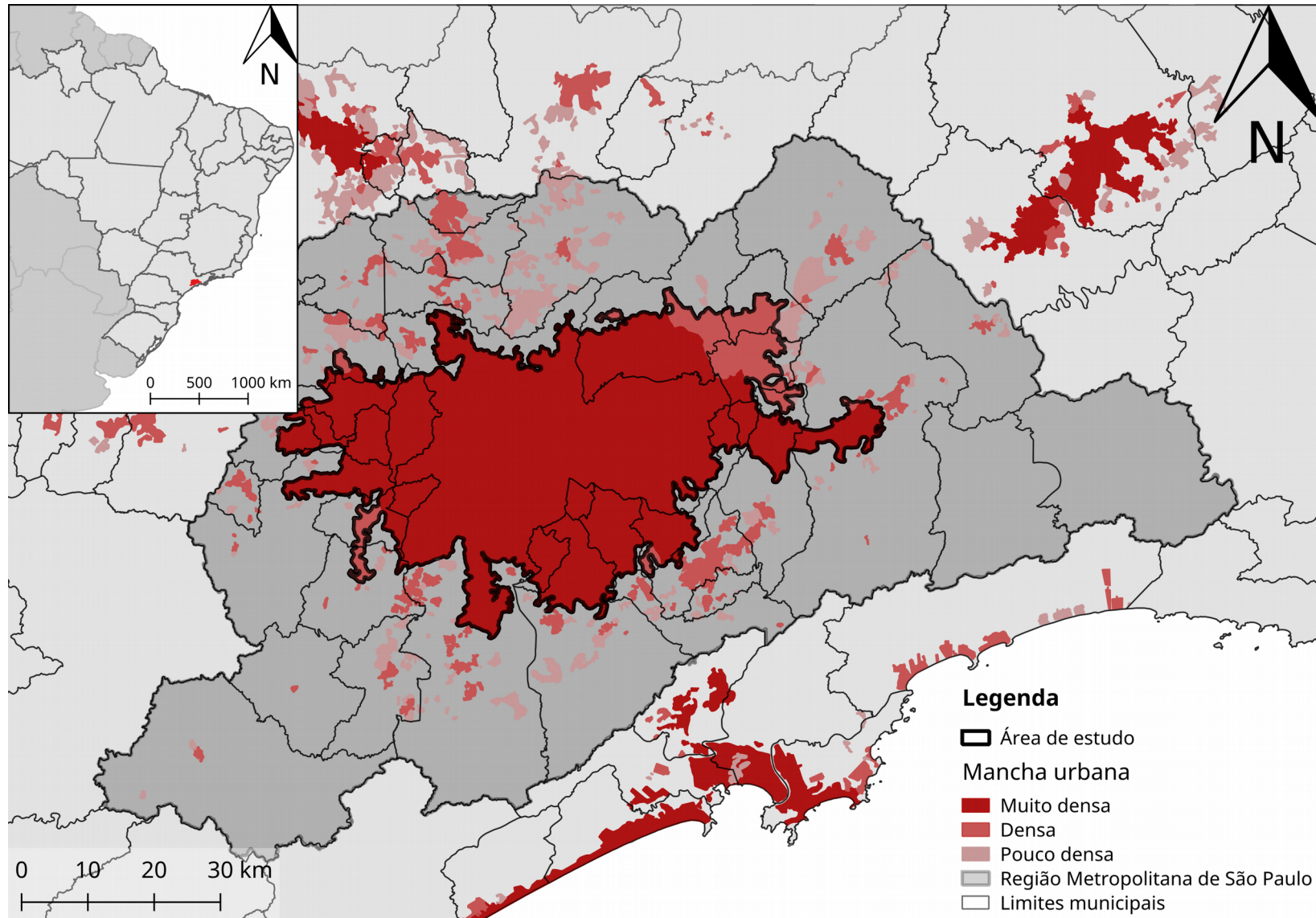
relação com a forma que essas ações e discursos contra-hegemônicos ali vêm a tomar. Por essa razão, optou-se por restringir o recorte da pesquisa ao núcleo denso da metrópole, operacionalmente definida a partir da mancha urbana “muito densa” e “densa” identificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005) e representada no Mapa 2: a existência de um espaço densamente edificado, espera-se, deve funcionar como expressão morfológica e primeira indicação de uma relação densidade/diversidade que, como se discutirá mais adiante, é condição necessária – ainda que insuficiente – para que germine a urbanidade.

Há já uma percepção de longa data na literatura acadêmica acerca da inadequação dos limites municipais para o estudo dos fenômenos próprios às grandes aglomerações urbanas contemporâneas (GUEDDES, 1915). Não sendo diferente a realidade para as maiores cidades brasileiras, não parece necessário justificar longamente a escolha da escala metropolitana enquanto menor unidade de análise que permita falar coerentemente em uma “cidade de São Paulo”: basta lembrar que o fenômeno contemporâneo da metrópole, entendido enquanto resultado de uma formação histórico-geográfica (SEABRA, 2011), configura uma sociedade local e é o espaço do cotidiano de seus habitantes (OLIVA, 2008), além de abrigar uma divisão regional do trabalho manifesta na multiplicidade de deslocamentos pendulares intermunicipais (ÂNTICO, 2004: 4).

No caso em questão, a despeito de todos os problemas da delimitação institucional das regiões metropolitanas brasileiras (MOURA; FIRKOWSKI, 2001), será considerada para fins práticos a configuração da Região Metropolitana de São Paulo cristalizada no artigo primeiro da Lei Complementar nº 14, de 1973³. Uma vez feito esse esclarecimento, serão feitas referências indistintamente à “cidade” e à “metrópole” de São Paulo, sempre tendo em vista esse recorte espacial – ou, mais exatamente, aquele da mancha contínua densa ou muito densa que ocupa pelo menos parte dos territórios de vinte e cinco dos trinta e nove municípios da RMSP.

3 Compreendida pelos municípios de São Paulo, Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra. São Paulo, Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra (BRASIL, 1973)

Mapa 2 - Localização da área de estudos no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: elaboração própria com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (s/d, a)

Finalmente, o fato de que a metrópole não é a mesma conforme o período histórico que se considere, cabe delimitar um recorte também temporal para a investigação. No caso presente, a definição do recorte teve em vista a disposição em tratar da manifestação contemporânea dos fenômenos estudados – se bem que em diálogo com a sua construção histórica –, assim como a disponibilidade de fontes de pesquisa atuais. Optou-se, por isso, por realizar o mapeamento e caracterização de iniciativas de agricultura urbana a partir de 2007, ano no qual foi divulgado o “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção” (SANTANDREU e LOVO, 2007), primeiro levantamento sistemático sobre o tema nas principais regiões metropolitanas brasileiras.

Desse modo, foram considerados como fontes para o mapeamento aquelas produzidas entre 2007 e 2016, ainda que contivessem dados já obsoletos ao final do período de pesquisa. Por isso, uma parte das iniciativas mapeadas a partir de levantamentos de terceiros e que não responderam aos questionários que lhes foram enviados pode se encontrar atualmente com atividades interrompidas ou encerradas, sem que tenha sido possível diferenciá-las a contento.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A forma como este relatório chega a apresentar os resultados da investigação e a propor algumas interpretações sobre eles reflete, em alguma medida, a subjacente trajetória intelectual de construção e de acercamento do objeto de pesquisa. Desse modo, o capítulo que abre a exposição (“Política e espaço, cidade e urbanidade: os fundamentos teórico-conceituais”) dedica-se desde logo a discutir conceitos e relações teóricas que possibilitaram a constituição da hipótese de pesquisa – a começar pelos conceitos de política e o de espaço, trabalhados respectivamente a partir de Hannah Arendt e de Doreen Massey.

A partir da ênfase conferida por esta última à abertura ao inesperado, originária da interação entre seres humanos, buscou-se apoio em autores como Jane Jacobs para localizar na cidade o espaço onde tal abertura é a mais intensa possível. Como, porém, tal potencial não necessariamente é plenamente desenvolvido nas cidades reais, mostrou-se necessária uma construção intelectual que abarcasse essa

disparidade entre o potencial normativo do urbano e a forma efetiva que tomam as cidades. Daí a incorporação do conceito de urbanidade, que, tal como proposto pelo geógrafo Jacques Levy, se propõe a delimitar *o que há de urbano na cidade*.

O capítulo seguinte, “Agricultura urbana e agroecologia”, contextualiza os fenômenos que se havia proposto estudar. O movimento ali ensaiado parte de uma breve revisão do aparecimento do modelo agro-alimentar hegemônico e de uma crise na alimentação a ele associada. As críticas e alternativas a esse modelo são discutidas a partir da ideia de agroecologia, entendida como paradigma técnico, científico e político que se contrapõe ao modelo da Revolução Verde. São apresentadas também a construção do discurso e da prática em favor da agricultura urbana, antes de se chegar a articular esses fenômenos na Região Metropolitana de São Paulo. Neste aspecto, teve-se em vista novamente a constituição histórica do processo, além das articulações institucionais que lhe acompanharam.

Em seguida, estão os capítulos intitulados “A agricultura urbana agroecológica no núcleo denso da Região Metropolitana de São Paulo: mapeamento e caracterização das iniciativas” e os “Estudos de caso em duas hortas urbanas do núcleo denso da Região Metropolitana de São Paulo”, que trazem os resultados dos dados produzidos ou recolhidos por esta investigação. No primeiro deles, relatam-se os resultados do mapeamento de iniciativas e da sua caracterização por meio de questionários, discutindo alguns dos aspectos que se sobressaíram: a localização das hortas; os possíveis tipos em que poderiam ser agrupadas as iniciativas; as características das pessoas envolvidas nessas atividades; as relações com o Poder Público, as ONGs, as empresas e os vizinhos; e a adoção de práticas agroecológicas. A outra seção se dedica ao relato dos trabalhos de campo na Horta da Mateo Bei e na Horta Comunitária da Saúde, já atentos às questões propostas no restante do relatório.

Ao final, propõem-se algumas interpretações sobre os dados encontrados. É ali que se pode propor algumas respostas provisórias à comparação entre o exemplo empírico das hortas urbanas mapeadas, caracterizadas e visitadas na RMSP, e as hipóteses aventadas inicialmente. Assim, são ali discutidas as implicações encontradas entre as hortas estudadas e a urbanidade dos espaços, bem como as potencialidades que daí podem surgir para o discurso e a prática agroecológicos. Também entra em questão a existência de um circuito da agricultura urbana agroecológica em funcionamento ou em formação na RMSP, e, pautando as

limitações da presente pesquisa, se tentará esboçar algumas linhas para trabalhos futuros que se dediquem a investigar o tema.

2 POLÍTICA E ESPAÇO, CIDADE E URBANIDADE: OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

2.1 UMA CONCEPÇÃO DA POLÍTICA

A polissemia e a multidão de preconceitos que cercam a ideia de política nos tempos atuais significa que qualquer esforço de pesquisa que pretenda avaliar um discurso dito político deve, antes de tudo, esclarecer o que se entende por esse conceito. O caso presente não foge a essa necessidade: que a agroecologia seja um complexo de ideias com implicações *políticas* só é concebível dentro de certos marcos teóricos do que é a *política* mesma.

Segundo Norberto Bobbio, o termo “política” deriva do adjetivo “*politikós*”, isto é, é tudo aquilo que se refere à cidade (“*pólis*”) - “o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social”. Para além das relações que serão exploradas mais adiante entre essa origem etimológica e uma perspectiva das cidades enquanto espaços privilegiados do exercício da política, importa aqui notar que o uso do termo eventualmente adquiriu outros significados a partir da sua aplicação por Aristóteles para descrever os assuntos do governo e do Estado. De fato, esse uso restrito à atividade direta ou indiretamente ligada à organização do poder coativo tem sido o mais comum ao longo da história da filosofia dita “política” (BOBBIO, 1909: 954, 960).

Esse sentido usual da política enquanto relação entre dominadores e dominados tem sua contrapartida na expressão de preconceitos não menos usuais:

[...] a ideia de que a política interna é uma teia de mentiras e ardis tecida por interesses escusos e ideologias ainda mais escusas e a política externa um pêndulo a oscilar entre a propaganda insulsa e o exercício da força bruta [...] No que tange à política interna, esses preconceitos são pelo menos tão antigos quanto a democracia partidária [...], que pela primeira vez na história moderna pretendeu representar o povo, algo que o próprio povo nunca acreditou. A origem d[os] preconceitos sobre [a] política externa pode ser situada nas primeiras décadas da expansão imperialista da virada do século [XIX para o século XX], quando o Estado nacional começou [...] a estender o domínio europeu por todo o globo. [...] (ARENDDT, 2010: 150)

Refletindo sobre o perigo de o preconceito estender-se à arena política, a Hannah Arendt lembra que é impossível a qualquer ser humano formar juízos

originais sobre todos os assuntos, mas que justamente por isso “[...] em todas as épocas e lugares é tarefa da política esclarecer e dissipar os preconceitos” (Ibid.: 151-153). Dita tarefa teria importância capital na medida em que, estando ancorados em experiências passadas cuja validade não chegou a ser revista, os preconceitos possam afetar tanto o juízo quanto a autêntica experiência do presente.

Distanciando-se, portanto, dos preconceitos *contra* a política, Arendt oferece algumas indicações de um juízo seu sobre o termo. Em um fragmento denominado “O que é política?”, a autora localiza as bases da política no fato da pluralidade humana: “Política diz respeito à coexistência e associação de homens *diferentes*. Os homens se organizam politicamente segundo certos atributos comuns essenciais existentes em, ou abstraídos de, um absoluto caos de diferenças” (Ibid.: 144-145). De maneira ainda mais importante, e contrária à interpretação corrente de que a política é um fenômeno da essência *do homem* – no singular –, a autora esclarece: “o *homem* é apolítico. A política surge *entre os homens*; portanto, absolutamente *fora do homem*. Não existe, por conseguinte, nenhuma substância política” (Ibid.: 146).

O corolário dessa concepção da política é a recusa à confusão de longa data entre política e sociedade, esta entendida enquanto “conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana”, cujos “negócios diários deveriam ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca” (ARENDR, 1981: 37-38). Esse erro derivaria da falsa percepção de que a finalidade última da política seria salvaguardar a vida em seu sentido mais amplo, possibilitando ao indivíduo seguir seus próprios fins (Id., 2010: 169). Ao contrário, a revisão das origens gregas da política permite perceber que “a categoria meios/fins não se aplica à esfera da própria vida. [...] Em termos de meios e fins, a relação entre casa e pólis [...] [é] a de que o controle das necessidades práticas da vida [...] é o meio pelo qual o homem se torna livre para a atividade política” (Id., 2010: 189).

Essa identificação entre liberdade e política é central para o pensamento grego, a cuja experiência Arendt remete para se contrapor ao apelo à definição aristotélica do homem enquanto “animal político”, como se isso significasse a onipresença da política onde quer que o homem viva em comunidade. De fato, a liberdade era o que distinguia a vida comum na *pólis* grega em um duplo sentido: enquanto libertação das necessidades vitais, obtida pelo recurso à relação pré-política da escravidão; e

enquanto liberdade dos homens em interagir uns com os outros como iguais no direito à palavra.

Nessa perspectiva centrada na liberdade, e por oposição à violência, a política seria o espaço em que os assuntos são resolvidos por meio do diálogo e da palavra. Seria, portanto,:

[...] um espaço que só pode ser criado por homens e no qual cada homem circula entre seus pares. Sem esses que são meus iguais, não existe liberdade, razão pela qual o homem que domina outros – e que precisamente por essa razão é diferente deles em princípio – é de fato, mais feliz e invejável do que aqueles que domina, embora nem um pouco mais livre. Também ele se move em um espaço onde não há liberdade. (Ibid.: 172)

A recusa à visão da política como *mal necessário* a emergir em qualquer esfera da vida comum implica que a associação aqui proposta, entre o conceito de política e o âmbito da produção e circulação de alimentos, está longe de ser direta. Ao contrário, à primeira vista, trata-se justamente da sorte de atividades destinadas à garantia das necessidades vitais, as quais são condição para a política, mas não políticas em si mesmas. Sobre os alimentos, inclusive, seria possível argumentar que carecem da durabilidade que os caracterizaria como objetos de um mundo comum dos seres humanos, cuja existência deveria constituir a preocupação última da política.

Ditas objeções são certamente verdadeiras no que concerne à moderna agricultura crescentemente industrializada e financeirizada. De fato, as transformações nesse campo tem resultado em uma relação cada vez mais instrumental do produtor e do consumidor com o alimento. Este, destituído de vínculos simbólicos, acaba visto como pacote de nutrientes (para o comprador) ou de custos de produção e lucro potencial (para o produtor, beneficiadores e distribuidores), a serem consumidos sem deixar marcas – ou melhor, deixando como marcas apenas os resíduos materiais e as muitas “externalidades” do processo de produção.

Nesse sentido, as implicações políticas do discurso agroecológico aparecem porquanto esse abra espaço para uma relação com a alimentação que *não se consoma no próprio ato*. É dizer: a apropriação da natureza pelos seres humanos enseja necessariamente a produção simultânea de significados e afetos, técnicas e saberes, de maneira que na agricultura se produzem objetos que transcendem a perecibilidade da própria comida. Cada técnica ou estratégia de manejo,

conhecimento empírico ou sistemático, crença ou mito aplicado à agricultura é, por assim dizer, objeto de um mundo comum que extrapola a existência individual e geracional de produtores e consumidores.

Para mencionar alguns exemplos, o pensamento e a prática agroecológicas têm se comprometido com a circulação e valorização de sementes crioulas e de espécies e variedades botânicas, que, juntamente às suas respectivas formas de cultivo/manejo e de preparo/consumo, têm sido reconhecidas como bens do patrimônio cultural imaterial (FAGUNDES, 2014), ainda que desprezadas nas últimas décadas em detrimento de cultivares de alto rendimento. Mesmo a conservação do solo, que é uma das primeiras preocupações da agroecologia, deve ser considerada uma preocupação com um objeto do mundo, na medida em que se reconheça a centralidade da “antropopedogênese” e, portanto, da ação humana na formação e evolução dos solos (RICHTER e YAALON, 2012).

A agroecologia implica, desse modo, uma certa maneira de lidar com um legado de objetos produzidos pelo trabalho e que passam a habitar o mundo, e que é radicalmente diversa da experiência que acompanha a modernização agrícola. De fato, a modernidade, na agricultura como em outros campos, trouxe consigo um *pathos* do novo (ARENDDT, 2007: 226-227), que tem sua melhor expressão na crença da superação do “arcaico” e na missão salvadora das inovações técnicas e tecnológicas. Nesse contexto, a agroecologia não trata de tentar reatar uma tradição perdida – o que seria um esforço infrutífero, visto que esse “fio condutor” da tradição está irreversivelmente rompido –, mas antes de aproveitar abertura gerada pela perda da tradição para olhar para o passado como “inesperada novidade” e para ouvir dele “coisas que ninguém teve ainda ouvidos para ouvir” (Ibid.: 130).

Finalmente, a agroecologia tem também uma dimensão política na medida em que demonstra uma preocupação com a pluralidade de perspectivas e de lugares de fala e ação: agricultoras e agricultores familiares, comunidades originárias, acadêmicos e técnicos passam a ser igualmente considerados produtores de saberes agroecológicos relevantes. Essa inflexão cria ou resgata entre os envolvidos na produção de alimentos uma esfera política, entendida enquanto âmbito onde há igual direito de falar. Significa, de certo modo, negar a imposição da visão única de mundo que acompanha a disseminação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, em favor de uma dimensão pública em que a condição de realidade é a soma de perspectivas apresentadas por multidão de espectadores (ARENDDT, 1981: 67).

2.2 ESPAÇO, POLÍTICA E ABERTURA PARA O INESPERADO

A construção teórica ao redor do conceito de política, tal como apresentada até agora, tem origem na reflexão filosófica e, a princípio, carece da preocupação espacial fundamental para a aplicação em um estudo de caráter geográfico. Nem por isso deixam de abundar ali enunciados, imagens e metáforas evidentemente espaciais. No caso de Arendt, elas aparecem sobretudo em relação aos conceitos ora de espaço público, ora de mundo comum:

[...] onde quer que os seres humanos se juntem – em particular ou socialmente, em público ou politicamente – gera-se um espaço que simultaneamente os reúne e os separa. Esse espaço tem uma estrutura própria que muda com o tempo e se revela em contextos privados como costume, em contextos sociais como convenção e em contextos públicos como leis, constituições, estatutos e coisas afins. Onde quer que as pessoas se reúnam, o mundo se introduz entre elas e é nesse espaço intersticial que todos os assuntos humanos são conduzidos.

O espaço entre os homens, que é o mundo, não pode, é claro, existir sem eles, e um universo sem seres humanos e uma natureza sem seres humanos seria uma contradição em termos.[...] (ARENDR, 2010: 159)

Conforme se pretende demonstrar, essas intuições espaciais, por assim dizer, presentes no pensamento arendtiano parecem dialogar de alguma forma com as reflexões propriamente geográficas de autores como Doreen Massey. Esta, com efeito, enfatiza o papel que tem para si a relação entre espaço e política:

[...] Certamente é parte de meu argumento que não apenas o espacial é político [...], mas que, sobretudo, pensar no espacial de um modo específico pode perturbar a maneira em que certas questões políticas são formuladas, pode contribuir para argumentações políticas já em curso e – mais profundamente – pode ser um elemento essencial na estrutura imaginativa que permite uma abertura para a genuína esfera da política. [...] (MASSEY, 2009: 29-30)

Antes, porém, de explorar mais detidamente as implicações entre espaço e política sugeridas por Massey, cabe esclarecer como a autora concebe essa categoria central da geografia. São três as proposições gerais que ela sugere acerca do espaço: que ele é produto de inter-relações em uma variedade de escalas; que ele é a esfera que permite a multiplicidade, entendida enquanto contemporaneidade de trajetórias diversas; e que está sempre em construção, “sempre no processo de fazer-se”. É, em suma, “uma simultaneidade de estórias-até-agora” (Ibid.: 29).

O postulado de que o espaço é produto de inter-relações é uma reação, segundo a autora, contra o essencialismo presente no liberalismo individualista e na visão das identidades como constituídas *a priori* e que seriam, conseqüentemente, imutáveis. Ao contrário, a autora se coloca ao lado das posições que enxergam a constituição das identidades como construídas nas “práticas encaixadas” que são as inter-relações, e amplia o âmbito dessa proposição para a ideia de espacialidade:

[...] a espacialidade pode ser [...], desde o princípio, integrante da constituição dessas próprias identidades, incluindo as subjetividades políticas. Além disso, identidades especificamente espaciais (lugares, nações) podem, igualmente, ser reconceitualizadas em termos relacionais. (Ibid. 30-31)

A segunda proposição – o espaço como esfera de possibilidade da multiplicidade – implica a recusa às cosmologias políticas que concebem o espaço como superfície em que coexistem entidades em diferentes estágios de desenvolvimento em uma mesma trajetória unilinear (Ibid: 109). O reconhecimento da multiplicidade e da heterogeneidade, nesse caso, dependeria necessariamente do reconhecimento da espacialidade. Afinal, o espaço é justamente a dimensão que permite a existência do Outro, isto é, que abriga uma complexidade contemporânea de trajetórias.

Por último, a visão do espaço como sempre em processo corresponde a uma postura de defesa sobre a abertura do futuro, em contraposição aos esquemas estruturantes propostos pelas grandes narrativas da modernidade. Essa postura, entretanto, não se limita a uma abertura da história. É porque o espaço é interacional e aberto que

há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação [...], relações que podem ou não ser realizadas. [...] O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. [...] É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo. (Ibid.: 32)

Essas formulações sobre o espaço estabelecem substanciais paralelos e convergências com o discurso sobre política que se havia construído anteriormente. A ideia de espaço interacional adotada por Massey, por exemplo, corresponde com surpreendente exatidão ao já aludido *mundo entre homens* de que fala Arendt ao tratar da esfera pública – e não deixa de ser significativo que apareçam justamente

aí as metáforas e o vocabulário mais diretamente espaciais do raciocínio filosófico da autora.

Igualmente, é possível estabelecer um diálogo entre a existência coetânea de trajetórias reconhecida por Massey e as concepções arendtianas da pluralidade como condição de realidade da esfera pública:

[...] a realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta [...] [pois] os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares [...] (ARENDDT, 1981: 67)

Nesse ponto, Massey poderia muito bem estar recuperando uma dimensão espacial a uma ênfase à multiplicidade que, na filosofia política de Arendt, é prioritariamente ontológica:

“Não é a natureza específica das heterogeneidades, mas a realidade delas, que é intrínseca ao espaço” (Massey, op. cit.: 33)

Não obstante, é possivelmente na questão da abertura do futuro que residam as conexões mais interessantes entre espaço e política para os fins deste trabalho. Em Arendt, essa condição de abertura ao futuro é central, mas é antes associada ao que denomina de *natalidade* da condição humana do que à sua *espacialidade*:

O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. [...] Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais. (ARENDDT, 1981: 191)

As considerações de Massey são importantes justamente para lembrar que essa faculdade humana de realizar o novo, à qual Arendt dá o nome de natalidade e que se renova permanentemente pela ação, se realiza necessariamente no espaço:

[...] Nesta leitura, o espacial é, crucialmente, o reino da configuração de narrativas potencialmente dissonantes (ou concordantes). Lugares, em vez de serem localizações de coerência, tornam-se os focos do encontro e do não-encontro do previamente não-relacionado e assim essenciais para a geração do novo. O espacial, em seu papel de trazer distintas temporalidades para novas configurações, desencadeia novos processos sociais. [...] (Massey, op. cit.: 111)

Emerge, assim, a noção geográfica de *lugar* como aquele em que pode surgir o novo, pela ação dos seres humanos. É no lugar que se realiza o inesperado; é nele que os encontros de trajetórias realizam a possibilidade de abertura do futuro:

Isto é a eventualidade do lugar, em parte, no simples sentido de reunir o que previamente não estava relacionado, uma constelação de processos, em vez de uma coisa. Este é o lugar enquanto aberto e enquanto internamente múltiplo, não capturável como um recorte através do tempo no sentido de um corte essencial. Não intrinsecamente coerente. [...]

Mas se trata de uma unicidade [*uniqueness*], de um lócus de geração de novas trajetórias e novas configurações. Tentativas de escrever sobre a unicidade do lugar foram, algumas vezes, punidas pela despolitização. Unicidade significa que não podemos alcançar regras eternas. Mas “política”, em parte, repousa precisamente no fato de não sermos capazes de alcançar tal tipo de regra, um mundo que exige ética e responsabilidade de encarar a eventualidade, onde a situação não tem precedentes e o futuro é aberto. Lugar é uma eventualidade também nesse sentido. (Ibid.: 203-204)

2.3 AS CIDADES COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA A POLÍTICA

O argumento desenvolvido até aqui buscou demonstrar a relação íntima entre espaço e política. O papel do lugar para a efetivação das múltiplas conexões ainda *por realizar*, que caracterizam o espaço enquanto sempre *em processo de*, trazem uma nova complexidade ao tema. É preciso, de fato, considerar que os lugares não são meros palcos neutros em que se dão as interações, mas são eles mesmos produtos de interações pretéritas e possíveis limitadores ou potencializadores novos dos encontros (e não-encontros) que possam neles ocorrer. Sobretudo, cabe considerar o desafio que impõe uma sorte de lugar que, por suas características, parece explicitar de forma particularmente intensa essas questões: a cidade.

Boa parte do pensamento que se propõe “crítico” de uma maneira ou de outra em Geografia parece concordar que as cidades são locais privilegiados da ação e da construção políticas. Na Geografia brasileira, por exemplo, caberia destacar a centralidade conferida por Milton Santos à urbanização como uma das condições materiais da construção de uma “outra globalização”:

[...] Na cidade – sobretudo na grande cidade –, os efeitos de vizinhança parecem impor uma possibilidade maior de identificação das situações, graças, também, à melhoria da informação disponível e ao aprofundamento das possibilidades de comunicação. Dessa maneira, torna-se possível a identificação, na vida material como na ordem intelectual, do desamparo a que as populações são relegadas, levando, paralelamente, a um maior reconhecimento da condição de escassez e a novas possibilidades de ampliação da consciência.

A partir desses efeitos de vizinhança, o indivíduo refortificado pode, num segundo momento, ultrapassar sua busca pelo consumo e entregar-se à

busca da cidadania. [...] [E] a busca da cidadania apontará para a reforma das práticas e das instituições políticas.

Frente a essa nova realidade, as aglomerações populacionais serão valorizadas como lugar da densidade humana e, por isso, lugar de uma coabitação dinâmica. [...] (SANTOS, 2000:165-166)

Outra corrente bastante influente no atual debate geográfico e que identifica as cidades como locais de agudização dos conflitos e de possibilidade de superação das sociedades contemporâneas é aquela relacionada à obra de David Harvey. A partir de um viés marxista, Harvey dedicou boa parte de sua produção acadêmica a relacionar a urbanização ao atual estágio de desenvolvimento capitalismo, demonstrando como a produção do espaço urbano tem se tornado uma forma cada vez mais importante de absorver os capitais excedentes. A multiplicação da vida urbana daí proveniente não se faria sem conflitos, mas enseja também um direito dos mais preciosos: o de “mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações”(HARVEY, 2008: 28). Segundo o autor:

[...] nós, individual e coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Todos somos de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não. [...] (Ibid.: 31)

O direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações de vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas. O direito à cidade não é um presente. Ele deve ser tomado pelo movimento político. (Ibid.: 34)

O conceito de direito à cidade a que Harvey faz alusão remete declaradamente à obra de Henri Lefebvre, autor que tem sido uma referência bastante profícua para a produção em Geografia Urbana. De fato, esse filósofo francês desenvolveu um pensamento original acerca daquilo que denominava “problemática do urbano”, contrapondo-se ao discurso e à prática do urbanismo que lhe era contemporâneo. Utilizando um instrumental conceitual radicado na tradição marxista, Lefebvre identifica o período atual como um ponto crítico na história da cidade, em que, “sobre as ruínas da cidade” industrial, estaria se constituindo uma “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2001: 81):

Ici, nous réserverons le terme “société urbaine” à la société qui naît de l’industrialisation. [...]. Cette société ne se conçoit qu’à la fin d’un processus au cours duquel *éclatent* les anciennes formes urbaines, héritées de

transformations *discontinues*. [...] Pour nommer la société *post-industrielle*, c'est-à-dire celle qui naît de l'industrialisation et lui succède, on propose ici le concept: *société urbaine*, qui désigne la tendance, l'orientation, la virtualité, plutôt qu'un fait accompli.¹ (LEFEBVRE, [1970]: 8-9)

O urbano aparece, nessa acepção, como conceito teórico que designa uma “forma mental e social”; é a forma “da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro (ou antes, dos encontros)”, “lugar do desejo e ligação de tempos” (LEFEBVRE, 2001: 86-87). A cidade, por sua vez, é “a obra por excelência”, criação humana cujo entendimento tem passado pela condição de objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação distintos do espaço rural; pela condição de mediadora entre uma ordem próxima e uma ordem distante; e pelos seus aspectos de monumentalidade e de emprego do tempo pelos cidadãos e cidadãs (LEFEBVRE, 1971: 74-75). Longe de serem sinônimos, esses termos se distinguiriam justamente na medida em que o urbano se manifesta a partir da explosão da cidade, trazendo à tona aspectos desta que até então passavam despercebidos (Ibid.: 76).

O que importa aqui considerar é que, para Lefebvre, o urbano é uma virtualidade, uma forma ainda por realizar-se em sua base material, prático-sensível (LEFEBVRE, 2001: 88). Esse é o sentido da *zona crítica* por ele mencionada, na medida em que a cidade como obra e valor de uso entra em colapso e a sociedade urbana é experimentada ainda como utopia. Nessa zona crítica é que aparece como chamada e exigência o direito à cidade, concebido como direito à vida urbana, transformada e renovada, e cuja realização tem como agente a classe trabalhadora (Ibid.: 117-118):

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão imbricados no direito à cidade. (Ibid.: 134)

Embora por diferentes caminhos metodológicos, todos os autores mencionados parecem convergir em algumas constatações fundamentais acerca do fenômeno urbano: por implicar proximidade e diversidade, o urbano aparece sempre

1 “Aqui, reservaremos a expressão ‘sociedade urbana’ à sociedade que nasce da industrialização. [...] Essa sociedade não se concebe senão ao fim de um processo no qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas. [...] Para nomear a sociedade *pós-industrial*, quer dizer, aquela que nasce da industrialização e a sucede, propomos aqui o conceito de *sociedade urbana*, que designa a tendência, a orientação, a virtualidade, mais do que um fato realizado.”

intimamente relacionado à ação política e à possibilidade de realização humana. Essa relação pode aparecer, como em Milton Santos, na forma de uma “coabitação dinâmica” cujos “efeitos de vizinhança” possibilitam uma “ampliação de consciência” e a busca da cidadania. Ou, como em Harvey, pode aparecer como “lugar catalítico” onde práticas diárias possam dar lugar a um “caldeirão de vida urbana” capaz de construir novas concepções de direitos. Ou, ainda, pode-se pensar um “direito à cidade” tal qual formulado por Lefebvre, na qual o urbano é o próprio sentido do projeto da classe trabalhadora, abrigando sob si uma multitude de direitos.

A construção teórica que proposta por este trabalho não se afasta, nesse sentido, daquilo que tem sido proposto pela maior parte da reflexão crítica sobre o urbano. O que se pretende, em consonância com essa tradição de pensamento e com as elaborações aqui mais diretamente adotadas, não é de modo algum postular ao urbano a exclusividade do potencial de iniciar a ação política. Ao contrário, entende-se que a condição da política é o princípio da espacialidade enquanto existência coetânea de uma pluralidade de trajetórias, e esse princípio se aplica também ao rural e aos próprios objetos ditos naturais (Massey, op. cit.: 227).

Tampouco se está propondo enxergar os efeitos de proximidade associados ao urbano nos termos do que Massey denomina de “um apelo sentimental à felicidade das localidades misturadas”, baseado no pressuposto de que “as nossas prioridades, em termos tanto de afeto quanto de responsabilidade, começam no que está próximo [...], e então, com repercussão decrescente, espalham-se para fora em círculos concêntricos” (Ibid.:143-144). O que se está advogando é, simplesmente, o entendimento das cidades como constelações peculiarmente grandes, intensas e heterogêneas de trajetórias, que exigem negociações complexas (Ibid.: 221) – negociações que são, por excelência, políticas. O que significa reivindicar, para as cidades, o que Massey considera

uma das mais efetivamente produtivas características da espacialidade material – seu potencial para a justaposição circunstancial de trajetórias previamente não conectadas, a questão de dobrar uma esquina e topar com os vizinhos que chegaram “aqui” (neste prédio de apartamentos, nesta vizinhança ou país) por caminhos diferentes dos seus; esse estar juntos aqui é, nesse sentido, não-coordenado. Este é um aspecto do caráter criador da espacialidade que pode possibilitar que “algo de novo” aconteça. (Ibid.: 143)

2.4 DO URBANO NORMATIVO AO URBANO REAL: A URBANIDADE COMO CONCEITO MEDIADOR

Ao introduzir brevemente o pensamento de Henri Lefebvre, chegou-se a tocar em uma possível distinção entre os conceitos de cidade e de urbano. Cabe explorar melhor, a partir da perspectiva que se tem esboçado até aqui, de que formas esses dois conceitos se distanciam ou, ao contrário, se articulam. Como se verá, esse exercício deve abrir caminho para considerar os diferentes matizes de efetivação, nas cidades realmente existentes, do potencial de ação política implicado no urbano.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que o recurso ao urbano como conceito que dá conteúdo e especificidade à cidade enquanto realidade sensível é antigo e remete à própria dificuldade de definição desta configuração espacial. O precursor dessa solução provavelmente foi o sociólogo Louis Wirth, da chamada “Escola de Chicago”. Em busca de uma definição sociologicamente relevante para a cidade, o autor recusa as tipologias baseadas em critérios de número de habitantes ou de densidade demográfica, bem como aquelas que levam em conta apenas a ocupação dos habitantes ou a existência de certos equipamentos, instituições e formas de organização política (WIRTH, 1938: 4-6). Ao contrário, ele sugere uma definição mínima da cidade como “um assentamento relativamente grande, denso e permanente de indivíduos” (Ibid.: 7), nos quais tipicamente emergem certas formas de ação social que denomina de “urbanismo”:

[...] the larger, the more densely populated, and the more heterogeneous a community, the more accentuated the characteristics associated with urbanism will be. [...] To say that large numbers are necessary to constitute a city means, of course, large numbers in relation to a restricted area or high density of settlement. There are, nevertheless, good reasons for treating large numbers and density as separate factors, since each may be connected with significantly different social consequences. Similarly [...] it may be said that the city shows a kind and degree of heterogeneity of population which cannot be wholly accounted for by the law of large numbers or adequately represented by means of a normal distribution curve. [...] The city has [...] historically been the melting-pot of races, peoples, and cultures, and a most favorable breeding-ground of new biological and cultural hybrids. It has not only tolerated but rewarded individual differences. It has brought together people from the ends of the earth because they are different and thus useful to one another, rather than because they are homogeneous and like-minded.² (Ibid.: 9-10)

2 “[...] quanto maior, mais densamente povoada e mais heterogênea a comunidade, mais acentuadas serão as características associadas ao urbanismo. [...] Dizer que grandes números necessariamente constituem uma cidade significa, obviamente, grandes números em relação a uma área restrita ou uma alta densidade do assentamento. Há, entretanto, boas razões para tratar os grandes números e

Essa percepção do urbano como fundada quantidade, densidade e diversidade de elementos parece ter se consolidado a partir das influentes constatações de Jane Jacobs em “Morte e vida das grandes cidades”. Nessa obra, a urbanista novaiorquina se insurge contra o que denomina de “planejamento urbano ortodoxo” - sobretudo em suas correntes modernistas inspiradas na Carta de Atenas, mas também nas vertentes influenciadas pelas ideias de Cidade-Jardim e de Cidade Monumental. Em contraposição a esse “planejamento anticidade”, a autora desenvolve um argumento em favor da concentração e da heterogeneidade de usos como fundamental à vida das grandes aglomerações:

Seja de que espécie for, a diversidade gerada pelas cidades repousa no fato de nelas muitas pessoas estão bastante próximas e elas manifestam os mais diferentes gostos, habilidades, necessidades carências e obsessões. (JACOBS, 2013: 161)

Para compreender as cidades, precisamos admitir de imediato, como fenômeno fundamental, as combinações ou as misturas de usos, não os usos separados. [...] Se tivermos como meta que a mistura de usos seja suficientemente complexa para prover a segurança urbana, o contato do público e a interação de usos, ela precisa de uma quantidade enorme de componentes. Nesse caso, a primeira pergunta sobre o planejamento urbano – a qual, acho eu, é de longe a mais importante – seria esta: como as cidades podem gerar uma mistura suficiente de usos – uma diversidade suficiente –, por uma extensão suficiente de áreas urbanas para preservar a própria civilização? (Ibid.: 158)

A intensificação da vida urbana vislumbrada por Jacobs passa por um elogio da rua como espaço de convivência, mais do que vias de circulação. É já clássico nesse sentido o conceito de “balé das calçadas”, com o qual a autora buscava reconhecer a existência de uma ordem complexa de movimento e mudança, sempre irreproduzível e repleto de improvisações, mas que garante, pela sucessão de olhos atentos à rua (os “olhos da rua”), a manutenção da segurança e da liberdade (Ibid.: 52). Essa garantia da ordem pública, no entanto, só é possível por um pressuposto inconsciente de apoio, baseado na confiança que surge dos contatos ali realizados:

A confiança na rua forma-se com o tempo a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas. Ela nasce de pessoas que param no bar para tomar uma cerveja, que recebem conselhos do merceiro e dão

a densidade como fatores separados, já que cada um deles pode estar conectado a consequências sociais significativamente diferentes. De modo similar, [...] pode-se dizer que a cidade revela um tipo e um grau de heterogeneidade da população que não pode ser inteiramente contabilizado pela lei dos grandes números ou adequadamente representado por uma curva de distribuição normal. [...] A cidade tem sido [...] historicamente um caldeirão de raças, povos e culturas dos mais favoráveis à miscigenação biológica e cultural. Ela não apenas tolerou, mas recompensou as diferenças individuais. Ela pôs em contato pessoas de diferentes extremos do mundo porque elas eram diferentes e, portanto, úteis umas para as outras, e não porque eram homogêneas e pensavam parecido.

conselhos ao jornaleiro, que cotejam opiniões com outros fregueses na padaria e dão bom-dia aos garotos que bebem refrigerante à porta de casa ...

Grande parte desses contatos é absolutamente trivial, mas a soma de tudo não é nem um pouco trivial. A soma desses contatos públicos casuais no âmbito local [...] resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança. (Ibid.: 60)

Decerto, pode-se criticar o pensamento jacobiano pela visão organicista que chega a exibir em determinados trechos de sua obra – e que, no limite, obriga-lhe a relevar a perspectiva conflituosa do urbano e a ignorar a questão da gênese das desigualdades que se fazem presentes nas cidades. Entretanto, parece difícil negar que a autora tenha capturado algo de fundamental da experiência urbana no que ela tem de enriquecedora: a casualidade dos contatos, a diversidade de experiências, a possibilidade de sustentar a heterogeneidade de usos e o surgimento de comunidades de interesses. Uma experiência que está, sem dúvida, baseada na existência imprescindível do par densidade-diversidade, mas que, além disso, – e aí reside talvez o cerne da discussão proposta por Jacobs – é modulada pela disposição morfológica e pelo uso dos componentes do ambiente urbano (zoneamento, tamanho das quadras, distribuição horária dos vários públicos etc.).

Desde uma perspectiva geográfica, essa visão do urbano como fundado na intensificação da possibilidade de encontros (inclusive casuais), tem sido reunida sob a ideia de *urbanidade*. Esse conceito, declaradamente inspirado no “urbanismo” intuído por Wirth, encontra sua formulação mais precisa no trabalho do *Laboratoire Chôros* e dos geógrafos franceses Jacques Lévy, Michel Lussault. Para eles:

L'urbanité, c'est ce qui fait d'une ville une ville: la combinaison de densité et de diversité. L'urbanité est le fruit des configurations matérielles et immatérielles d'un espace. C'est ce qui lui donne son caractère urbain et ce par quoi il s'offre à nous. Les coopérations au sein du système productif, la vie culturelle, les potentialités de rencontre ou d'échange, les interactions aléatoires qui s'y produisent, les paysages: tous ces éléments sont autant de moyens d'approcher l'urbanité d'un espace.³ (GUILLEMOT, CHAVINIER, LÉVY e BEAUDE, 2010: 113)

A propriedade de *ser urbana*, a urbanidade, daria conteúdo à cidade como forma típica – um *geotipo*, no termo sugerido por Lévy – dos espaços fundados na

3 “A urbanidade é aquilo que faz de uma cidade uma cidade: a combinação de densidade e diversidade. A urbanidade é fruto das configurações materiais e imateriais de um espaço. É aquilo que lhe confere seu caráter urbano e a razão pela qual ele se abre a nós. As cooperações no seio do sistema produtivo, a vida cultural, as potencialidades de encontro e de troca, as interações aleatórias que se produzem, as paisagens: todos esses elementos são igualmente meios de abordar a urbanidade de um espaço.”

copresença. A cidade, nesse caso, é definida como “situação espacial caracterizada pela concentração de uma sociedade em um lugar [...] de maneira a maximizar a densidade e a diversidade das interações sociais” (LÉVY, 1999: 199). É dizer,:

La ville est, dans son principe même, une option spatiale, une acte géographique. Il s'agit en effect de créer une situation, impliquant une société dans son ensemble, dans laquelle la coprésence permet de tendre vers des distances égales à zero, vers un espace à zéro dimension, conçu sur le modèle géométrique du point.

[...] En tant que coprésence, c'est-à-dire concentration, l'existence d'une ville repose sur sa forte densité. Densité d'habitants mais aussi de toutes les autres réalités matérielles (bâtiments, objets mobiles) et immatérielles (information, communication, culture). En tant que situation sociétale, la ville implique la diversité maximale car, à la différence d'une concentration du même (comme dans un bassin minier), la ville suppose une altérité forte, de niveau suffisant pour “faire société”. En outre, l'existence de sous-espaces intra—urbains, les quartiers, manifestent eux-mêmes de la diversité, complète les dispositifs d'accessibilité entre les lieux de la ville. En créant de la co-présence à différentes échelles, elle rapproche l'espace urbain de son idéal utopique.⁴ (LÉVY, 2003: 988-989).

Essa dimensão utópica do urbano – a utopia da distância zero –, a qual a cidade teria por princípio tentar realizar, é extremamente importante para se compreender a razão de ser de um conceito como a urbanidade. De fato, as sociedades urbanas demonstram, ao longo de suas histórias particulares e na diversidade de sub-espacos que habitam, diferentes graus de entusiasmo e de resultados na persecução desse ideal de cidade. Daí que a urbanidade apareça como “indicador do estado específico da organização dos objetos da sociedade no seio de uma dada situação urbana” e como “resultado da organização urbana tanto quanto operador dessa organização e de seu funcionamento” (LUSSAULT, 2003: 966). Ela seria um conceito mediador a permitir interpretar, em termos de um urbano normativo (ideal), o urbano real materializado nas cidades, bairros e metrópoles.

Como Jacobs pareceu reconhecer de maneira pioneira, densidade e diversidade são requisitos indispensáveis de uma vida urbana intensa. Contudo, a efetivação dessas condições depende também da disposição e das relações

4 “A cidade é, por princípio, uma opção espacial, um ato geográfico. Se trata de fato de criar uma situação, implicando uma sociedade em seu entorno, na qual a copresença permite tender a distâncias iguais a zero, rumo a um espaço com zero dimensões, concebido segundo o modelo geométrico do ponto. [...] Enquanto copresença, isto é, concentração, a existência de uma cidade repousa em sua forte densidade. Densidade de habitantes, mas também de todas as outras realidades materiais (construções, objetos móveis) e imateriais (informação, comunicação, cultura) Enquanto situação societal, uma cidade significa a diversidade máxima, porque, diferentemente de uma concentração do mesmo (como ao redor de uma mina) a cidade supõe uma alteridade forte, de nível suficiente para “fazer sociedade”. Ao mesmo tempo, a existência de sub-espacos intraurbanos, isto é, os bairros, manifestações eles mesmos da diversidade, completa os dispositivos de acessibilidade entre os lugares da cidade. Ao criar a co-presença em diferentes escalas, ela aproxima

espaciais dos objetos na realidade concreta da cidade. Faz-se, por isso, necessário diferenciar uma urbanidade *a priori*, enquanto aquela que uma entidade urbana poderia alcançar em função da densidade e diversidade de seus componentes; e uma urbanidade *a posteriori*, que seria o potencial de fato realizado em um tempo histórico por aquela situação urbana, a partir da organização seus bens materiais e imateriais e das trocas ali desenvolvidas (Ibid.: 967).

O raciocínio acompanhando as elaborações teóricas acerca do conceito de urbanidade devem parar por aqui: continuar seguindo as formulações dos autores mencionados significaria afiançar uma proposta de gradação das realidades urbanas em uma escala entre dois grandes modelos de urbanidade (LÉVY, 1999: 242-245). Diante da perspectiva até aqui firmemente defendida do espaço e do futuro como necessariamente imprevisíveis, entende-se que tal proposta seria, senão uma flagrante contradição, no mínimo um esforço classificatório vazio de significado.

Entretanto, o trajeto teórico desenvolvido permitiu chegar ao que era necessário para seguir com o esforço de investigação: um conceito minimamente operacional de urbanidade, que, embasado em concepções sobre de espaço, política e cidade, permita avaliar as possíveis contribuições da agricultura urbana para discursos e práticas agroecológicos politicamente relevantes. Fazê-lo passa antes, porém, por uma breve consideração das conjunções que fizeram culminar na atual crise na alimentação, e das quais emergem a agroecologia e agricultura urbana como possíveis alternativas. São justamente essas questões que se buscará discutir no capítulo seguinte.

3 AGRICULTURA URBANA E AGROECOLOGIA

3.1 UMA GENEALOGIA DA CRISE NA ALIMENTAÇÃO: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A “REVOLUÇÃO VERDE”

Constatar que há uma crise na alimentação pode significar dizer que, em algum momento, a tradição deixou de ser capaz de responder satisfatoriamente às questões e às complexidades percebidas no presente. Nesse sentido, “crise” é entendida na acepção original do grego “*krísis*”, isto é, como peneira: “ato ou faculdade de distinguir; ato de escolher, escolha, eleição; ato de separar [...]; ato de decidir; decisão, julgamento” (MACHADO, 1952: 254). Significa dizer que há uma confusão, e que já nenhuma autoridade do passado basta para ajuizar os critérios segundo os quais os seres humanos devem guiar-se na busca da sua sustentação material.

Não obstante, crise significa também, em uma acepção mais moderna do termo, uma emergência. É disso também que se está falando, na medida em que se vive em um mundo onde o excesso de oferta e o desperdício de alimentos convivem cotidianamente com bolsões de fome e de subnutrição crônica. Buscar a raiz dessa crise, as formas como essa emergência chegou a ser construída – porque decerto ela não é natural, nem necessária –, implica remeter ao início do que acabou conhecido como modernização da agricultura para, a partir daí, acompanhar seus desenvolvimentos e sua disseminação.

As primeiras manifestações da moderna dissolução dos sistemas tradicionais de produção – a chamada *Revolução Agrícola* – tiveram como precursor o movimento dos cercamentos (*enclosures*) na Inglaterra, por volta de 1700 a 1750. Abolidos ainda no século anterior os impostos feudais e garantidas vantagens e direito de proprietários aos donos de terras – mas não aos rendeiros e camponeses livres –, decretos parlamentares abriram caminho à anexação das terras comuns às propriedades privadas dos latifundiários. Ao longo da primeira metade do século XVIII, grandes massas de camponeses foram deslocados pelos cercamentos na Inglaterra, transformando-se em mão de obra para as manufaturas, enquanto suas

antigas culturas de subsistência deram lugar principalmente às criações de carneiros para atender à demanda da indústria têxtil (GUIMARÃES, 1979: 28-31).

Ao longo dos séculos seguintes, essa agricultura moderna, orientada ao mercado, se difundiria no ocidente, conforme eram abolidos os últimos resquícios do feudalismo: primeiro a partir dos Estados Unidos e da França pós-revolucionários, e depois no resto da Europa – tardando até após a virada do século XX em países como a Rússia. A acumulação de riqueza desenvolvida nesse processo viabilizou em grande medida a revolução industrial nesses países ao fornecer demanda, capital e mão de obra excedente para as indústrias; mas também, de modo ainda mais importante, rebaixar dos custos com a alimentação da classe operária e assim aumentar as margens de lucro na indústria. Isso passava por uma intensificação da concorrência e pelo conseqüente rebaixamento dos preços agrícolas, mas nem a crise agrária geral que daí resultaria, a partir de 1870, foi suficiente para frear o desenvolvimento do capitalismo agrícola (Ibid.: 36-44).

A reação às primeiras décadas de queda dos preços na agricultura foi uma tendência ao protecionismo, à emigração e ao cooperativismo na maioria dos Estados industrializados (HOBBSAWM, 1988: 60-61), ou à manipulação do câmbio e às primeiras políticas controle da produção e de sustentação de preço pelos países dependentes com economias agroexportadoras (GUIMARÃES, op. cit.: 44-50). Em todo caso, deixou-se para trás uma dominância do comércio livre e abriu-se caminho para a atuação estatal na regulação e subvencionamento da agricultura moderna. De fato, os subsídios, controles de estoque e destruições de excedentes se generalizariam a partir do colapso representado pela Grande Recessão (Ibid: 50-52; VEIGA, 1991: 82-96).

Esse movimento é fundamental para compreender o surgimento, no pós-Segunda Guerra Mundial, de uma “ordem alimentar internacional”. Baseada na centralidade da produção e das políticas agrícolas estadunidenses e no aparecimento de novos Estados independentes entre as antigas colônias do chamado “Terceiro Mundo” (FRIEDMANN, 1982: S259), essa ordem seria marcada pelo papel central que passaria a ocupar, a partir da década de 1950, a assistência alimentícia dos Estados Unidos a países de forte base agrária. Permitia-se assim a distribuição dos excedentes de cereais daquele país, assim como a intensificação da dependência e do subdesenvolvimento agrícola nos países receptores (Ibid.: S260, S262-S263).

O resultado das décadas de predomínio desse modelo agrícola/agrário fordista, intensamente regulado pelos Estados e organizado por um comércio internacional que implicitamente gerenciava os excedentes produzidos (FRIEDMANN, 2000: 6-7), foi o crescimento da pobreza rural e o aumento das populações urbanas no Terceiro Mundo. Finalmente, o aumento da demanda nesses países, a abertura ao comércio com os países do bloco socialista e uma série de conjunturas econômicas levariam, a partir da década de 1970, ao fim da abundância de excedentes e ao aumento dos preços dos alimentos no comércio internacional. A redução do peso dos agricultores na política doméstica dos Estados Unidos e o custo dos programas de assistência alimentícia sobre sua balança de pagamentos colocariam em xeque a continuidade da política de exportações subsidiadas, uma vez que estas já haviam cumprido seu principal papel de garantir a existência de mercados cativos no Terceiro Mundo (FRIEDMANN, 1982: S272-S274).

É nos marcos do colapso subsequente do regime alimentar fordista que deve ser compreendida a atual crise agro-alimentar. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, disseminou-se um modelo alimentício baseado no consumo de carne, resultando, do ponto de vista da produção, na tendência à especialização na pecuária intensiva ou nas monoculturas de grãos, articuladas entre si pelas produtoras transnacionais de ração. Firms dedicadas ao processamento de alimentos e redes de varejo também tornavam-se gigantes transnacionais, na medida em que se inventam e consumiam novos alimentos com maior vida de prateleira. Conseqüentemente, os produtores dos países ricos tornaram-se cada vez mais fornecedores de matérias-primas para a manufatura industrial de alimentos, ao mesmo tempo em que as exportações tropicais ou eram controladas por corporações internacionais, ou perdiam competitividade diante da substituição por cultivos de clima temperado ou por alternativas sintéticas (FRIEDMANN, 2000: 7-8).

Essas transformações na estrutura da produção e do consumo, cujo resultado é a emergência de um complexo agroindustrial¹ no qual os agricultores ficam subordinados ao capital industrial e financeiro (FRIEDMANN, 2000:9), foram acompanhadas de uma intensa transformação das técnicas e tecnologias aplicadas

1 “Em termos formais, o complexo agroindustrial, CAI, pode ser definido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e à transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica” (MÜLLER, 1989: 45)

à agricultura, em um processo que acabaria conhecido como “Revolução Verde”. Na prática, essa “revolução” consistiu na disseminação em larga escala de um pacote tecnológico² baseado nas produções especializadas e com uso intensivo de tratores e grandes máquinas, de adubos minerais, de defensivos agrícolas, de ração para o gado e de variedades animais e vegetais altamente selecionadas. Ditos implementos possibilitaram imensos ganhos de produtividade (tanto por trabalhador quanto por área cultivada), sendo a produção gerada – assim como os insumos consumidos – negociados em mercados multirregionais e multinacionais (MAZOYER e ROUDART, (2001): 370-371) cada vez mais afetados pelas seguidas “Rodadas” de flexibilização do comércio decididas no âmbito do GATT e da OMC (ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2001: 29-37)

A princípio, a difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde ocorreu nos países ricos, onde, desde o final da Segunda Guerra Mundial, indústrias químicas que outrora abasteciam o setor bélico começaram a incentivar a aplicação de seus produtos no combate às chamadas “pragas” agrícolas. Nessa mesma época, pesquisas financiadas por instituições como a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford desenvolveram os centros de pesquisas dedicados ao desenvolvimento e melhoramento das chamadas *Variedades de Alta Produtividade*, em países tais quais o México e as Filipinas. Nas décadas de 1950 e 1960, essas fundações privadas, juntamente aos órgãos do governo estadunidense e a FAO articularam um conjunto de propostas para os países de baixa renda, justificando como necessário ao combate à fome a generalização do modelo baseado no uso intensivo de maquinário pesado, insumos químicos e variedades melhoradas (ROSA, 1998: 18).

A obstinação com a qual a disseminação desse receituário de aplicação pretensamente universal foi defendida por aquelas instituições³ esteve relacionada a um esforço de abertura de uma nova fronteira de acumulação capitalista

2 “[...] o pacote tecnológico corresponde, por assim dizer, a uma *linha de montagem*, onde o uso de determinada tecnologia – *sementes melhoradas*, por exemplo – exige o uso de determinadas tecnologias ou componentes anteriores – *máquinas e equipamentos para os serviços de preparo do solo; calagem para correção do solo* – e leva ao emprego de determinadas tecnologias ou componentes posteriores – *adubação e combate químico de pragas*. O sucesso – ou o insucesso – da atividade produtiva ficaria completamente condicionado ao uso completo do pacote tecnológico.” (AGUIAR, 1986:42-42)

3 Uma rede de instituições dedicadas à promoção do pacote tecnológico da Revolução Verde se formou ao redor do GCPAI – Grupo Consultivo sobre de Pesquisa Agrícola Internacional, cuja gênese envolveu governos e institutos de pesquisa de países de alta renda, o Banco Mundial, o BIRD, a FAO, o PNUD e as fundações Ford, Kellogs e Rockefeller. Curiosamente, porém, a justificativa da sua constituição era a necessidade de “fortalecer e intensificar os programas de pesquisa internacionais (regionais, inclusive) relacionados aos problemas dos países em desenvolvimento”. (grifo nosso, INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT, 1971)

(ANDRADES e GANIMI, 2007), mas que deve igualmente ser compreendido como parte do contexto geopolítico da época. De fato, em um mundo pós-guerra marcado por forte polarização ideológica entre o bloco socialista/soviético e o bloco capitalista/ocidental, o espectro da fome ganhava contornos potencialmente explosivos – tal qual a Revolução Chinesa já demonstrara em 1949. Nesse sentido, a Revolução Verde foi desde logo, uma tentativa de despolitizar o debate da fome, tratando-o como problema meramente técnico-científico. Foi, mais do que uma revolução tecnológica, uma contrarrevolução nas relações de poder, fazendo uso da tecnologia (PORTO-GONÇALVES, 2006: 225-227).

No Brasil, como em outros países ditos “em desenvolvimento”, a implantação do pacote tecnológico e as correspondentes mudanças organizacionais trazidas pela modernização agrícola se intensificaram a partir da década de 1970 e contaram com o apoio decisivo do Estado. Já desde 1965, com a articulação do Sistema Nacional de Crédito Rural, o regime ditatorial recém-implantado deslocara a ênfase da questão agrária, até então focada no problema da estrutura fundiária, para o estímulo da produtividade agrícola, utilizando isenções fiscais, o farto crédito rural subsidiado e o aporte direto a entidades e programas governamentais de fomento (DELGADO, 2001: 165). As premissas da “ideologia da modernização”, isto é, o avanço tecnológico como vetor de modernização do latifúndio, ficariam explícitas no primeiro PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) do regime militar e nos instrumentos de planejamento subsequentes. Estes demonstravam, efetivamente, o desejo da camada dirigente em integrar o sistema produtivo brasileiro ao processo de produção capitalista mundial, por meio de uma política tecnológica e do ingresso do capital transnacional (AGUIAR, 1986: 79 et seq.).

As consequências da modernização estimulada pelo Estado, no Brasil como em outros países de passado colonial, foram o direcionamento dos estímulos para as culturas de exportação, em detrimento dos gêneros fundamentais ao abastecimento interno; a submissão da agricultura aos interesses das indústrias transnacionais produtoras de máquinas e insumos; o incremento das desigualdades regionais e o reforço da tendência histórica à concentração de terras e de renda; e a entrega do fundo de terras públicas ao grande capital nacional e internacional (GUIMARÃES, 1979: 307 et seq.; GRAZIANO NETO, 1982: 40 et seq.). Em nível mundial, isso significou a criação de um abismo brutal entre as agriculturas mais modernas, capital-intensivas, e aquelas de base camponesa e/ou familiar que

sobrevivem à margem das políticas oficiais de crédito, subvenção e assistência – o que, na medida em que a evolução dos transportes e a liberalização do comércio criavam um mercado mundial de concorrência quase universal, implicou na crescente dependência alimentar dos pobres nos países agroexportadores e na miséria ou êxodo dos trabalhadores rurais (Ibid.: 58-78; MAZOYER e ROUDART, (2001): 501-508).

Por outro lado, a expansão da fronteira agropecuária e do mercado de terras, seguindo a penetração do agronegócio ao longo dos novos corredores logísticos de exportação, também tem colocado em xeque a permanência de importantes reservas de diversidade biológica e cultural (PORTO-GONÇALVES, op. cit.: 247-250). Do mesmo modo, a reprodução, nos países tropicais, de técnicas de cultivo desenvolvidas e receitadas inicialmente para as regiões temperadas têm sido motivos de degradação dos solos pela perda de fertilidade química e da estabilidade física, cujas expressões mais claras são a intensificação da erosão, a compactação e até a desertificação.

Os ecossistemas simplificados criados pela monocultura e o aniquilamento dos inimigos naturais pelos próprios instrumentos de controle geram sistemas de produção altamente instáveis e sujeitos à resistência crescente das espécies-praga. Nem mesmo técnicas como a transgenia, que prometiam facilitar o combate às pragas, parecem resolver a questão de modo satisfatório, favorecendo antes a tendência a uma “agricultura sem agricultores” e impondo um monopólio das sementes pelos laboratórios detentores de sua propriedade intelectual, além de intensificar do uso associado de herbicidas e inseticidas (PORTO-GONÇALVES: 237-244) - com todos os riscos que esses agrotóxicos representam para os trabalhadores e consumidores.

3.2 DA CRÍTICA À REVOLUÇÃO VERDE À AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA EMERGENTE

Não à toa, portanto, a modernização capitalista da agricultura e o pacote tecnológico associado à Revolução Verde têm sido alvos de intensa crítica. Os questionamentos surgem tanto desde dissidências nas ciências majoritariamente

implicadas na disseminação da Revolução Verde, quanto a partir de movimentos ambientalistas e de redes de comunidades – camponeses, sociedades ditas “tradicionais” ou “originárias” etc. - cuja sobrevivência e reprodução material e cultural/simbólica foi diretamente ameaçada pelo avanço da modernização. A forma original como esses grupos acabaram por articular as dimensões ambiental e humana da crítica e elaboraram a partir delas um conjunto de experiências e propostas alternativas ao modelo hegemônico faz valer uma abordagem mais detida dos principais argumentos por eles alçados.

Em primeiro lugar, uma crítica técnica à Revolução Verde aponta que essa se baseou no “desenvolvimento e aplicação de um conjunto de tecnologias genéricas que permitiram a superação da variabilidade ecológica local” (BUTTEL, 1995: 18), o que se reflete na redução na diversidade de espécies e variedades cultivadas e consumidas na alimentação. A expansão das áreas cultivadas e a excessiva simplificação dos agroecossistemas – cuja expressão máxima são as paisagens agrícolas homogêneas criadas pela monocultura em larga escala – significam a perda de *habitats* naturais e de espécies silvestres, bem como da agrobiodiversidade e da variabilidade genética herdada de séculos de seleção artificial.

O corolário de todas essas perdas é a vulnerabilidade ecológica e a instabilidade dos agroecossistemas, de maneira que as infestações por pragas e doenças e os rendimentos decrescentes das culturas comerciais apenas podem ser evitadas ao custo da introdução periódica de novas variedades e de aportes cada vez maiores de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. Há, assim, uma abertura dos ciclos de nutrientes, água, energia e resíduos que revela a dependência insustentável de insumos externos à unidade de produção (ALTIERI, 2012: 23-29; SHIVA, 2003: 56 et seq.).

Essa crítica técnica está diretamente relacionada à constatação da inviabilidade do modelo da Revolução Verde para os pequenos agricultores, camponeses e sociedades tradicionais, responsáveis pela maior parte do contingente populacional do campo e com um papel significativo no abastecimento interno nos países de menor renda. Os insumos e equipamentos necessários à implantação do pacote tecnológico demandam altos custos de capital, apenas absorvíveis em estabelecimentos agrícolas de grandes dimensões (PORTO-GONÇALVES, op. cit.: 231-234) e para os produtores cujos *status* social e político e

vínculos com o governo e instituições privadas lhes confere acesso informações privilegiadas e ao crédito subsidiado (FREEBAIRN, 1995: 267).

Os pequenos produtores, por outro lado, são pressionados pela queda dos preços agrícolas em relação aos produtos industrializados (PORTO-GONÇALVES, op. cit.: 230-231); pelo aumento no custo dos insumos químicos – sobretudo com a subida do preço do petróleo desde as crises dos anos 1970 (MOREIRA, 2000: 46-47) –; e pela subordinação a oligopólios industriais que impõem a transferência dos rendimentos agrícolas pelo fornecimento de insumos e pela compra dos produtos agrícolas para o processamento (GRAZIANO NETO, op. cit.: 69-70). A situação dos não-proprietários que sobrevivem como trabalhadores rurais é ainda pior, uma vez que as transformações tecnológicas reduzem a utilização de mão de obra em algumas fases do ciclo de produção e engendram formas de trabalho nômade/volante, sazonal ou por tarefa/empreitada, quando não a expulsão definitiva para as periferias das grandes cidades (Ibid.: 75-78; GUIMARÃES, op. cit.: 269-292).

Finalmente, a perda de autonomia dos agricultores tem sido identificada também como pertencendo ao campo dos saberes. Ao negar a existência ou designar como “primitivos” os sistemas locais de saber, ao mesmo tempo que destrói as bases sociais nas quais eles se assentam, a cultura dominante impõe como universal um sistema moderno de saber que é, ele próprio, colonizador (SHIVA, op. cit.: 21-23). Tradicionalmente, o manejo da agricultura comportou conjuntos de símbolos e rituais, bem como a criação e experimentação de práticas engenhosas para a garantia da segurança alimentar e a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais no interior de sistemas agrícolas complexos, diversificados e localmente adaptados. Entretanto, esse patrimônio cultural – expresso na forma de conhecimentos agrícolas, de raças e sementes crioulas, de configurações autóctones de organização social e de propriedade, e de outras matrizes de racionalidade –, já ameaçado desde a conquista europeia, corre sério risco de ser perdido para a homogeneização trazida pelo avanço do agronegócio em áreas até então caracterizadas pelo uso múltiplo dos recursos naturais (PORTO-GONÇALVES, op. cit.: 257-261; ALTIERI, op. cit.: 159; HECHT, 1993: 5).

Diante desse quadro, a formulação de uma alternativa consistente para a agricultura passa por uma transformação radical em relação aos valores e à racionalidade que caracterizam as concepções vigentes. Esse campo heterogêneo de proposições contra-hegemônicas na agricultura tem sido chamado de

“agroecologia”, e se inspira de algum modo nas diversas propostas de “agriculturas não industriais” - orgânica, biodinâmica, natural, biológica etc. - elaboradas desde a década de 1920 (ASSIS, 2005: 13-21). Seu desenvolvimento, no entanto, dependeu também de uma gradual incorporação de um ponto de vista ecossistêmico e social nas ciências agrícolas, sobretudo desde a década de 1970, bem como do aparecimento de vertentes ambientalistas que incorporassem questões econômicas, sociais, culturais e geopolíticas (HECHT, op. cit.: 9-13).

Uma marca fundante da agroecologia é, portanto, o seu caráter ambíguo de enfoque acadêmico-científico e de projeto político de superação da Revolução Verde. Por um lado, ela é concebida como “estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos”, cuja atenção se volta “para a forma, a dinâmica e a função de suas inter-relações, bem como para os processos nos quais estão envolvidas” (ALTIERI, op. cit.: 105-106). Por outro, autores como Buttel falam de “transição agroecológica” para delimitar as transformações que esperam ver emergir da atual crise e da “ecologização da agricultura” (BUTTEL, op. cit.: 26-34). Por fim, conquanto formule ou agregue práticas e estratégias de manejo, a agroecologia não raro é adjetivada, confundida ou equiparada a uma “agricultura agroecológica” (WEZEL et al., 2009).

Para além da variedade de sentidos – bem aceita no âmbito de um discurso que tem o princípio declarado de desmanchar as fronteiras rígidas entre teoria e prática, entre academia e agricultores, e campos disciplinares –, importa notar que essa diversidade de acepções comportam sempre algumas diretrizes comuns. A primeira delas é o próprio teor *ecológico* de suas proposições: como o nome mesmo já revela, a aproximação entre agricultura e ecologia teve uma importância singular no desenvolvimento da agroecologia. Nessa interação, ganharam destaque os temas relacionados à ciclagem de nutrientes, as interações entre plantas domesticadas e as “pragas” e a sucessão ecológica (HECHT, op. cit.: 13). Daí que a parte do esforço de investigação agroecológica se tenha dado no sentido de desenvolver tecnologias que possam:

[...] funcionar como uma “mesa de controle ecológica”, ao ativar e influenciar os componentes do agroecossistemas e processos, como:

1. Reciclagem da biomassa e equilíbrio do fluxo e da disponibilidade de nutrientes.
2. Condições de solo favoráveis ao crescimento das plantas, por meio do incremento de matéria orgânica e da atividade biológica do solo.
3. Minimização das perdas de radiação solar, ar, água e nutrientes por manejo do microclima, da captação de água e da cobertura do solo.

4. Diversificação genética e de espécies no tempo e no espaço.
5. Aumento das interações biológicas e dos sinergismos entre os componentes da agrobiodiversidade resultando na promoção de processos e serviços ecológicos essenciais. (ALTIERI, op. cit.: 131)

Percebe-se, portanto, que o tipo de produção advogado pela agroecologia não prescinde da utilização de tecnologia na agricultura; pelo contrário, valoriza formas de manejo dos agroecossistemas que não sejam verticalmente impostas, que correspondam aos anseios dos camponeses – em oposição aos do capital industrial e financeiro – e que se adaptem aos agricultores com poucos recursos ou inseridos em ambientes marginais de alto risco (Ibid.: 117-118). O conjunto de estratégias assim proposto, embora apresente enorme variedade conforme as condições locais específicas, inclui em seu arsenal técnicas como os plantios consorciados (policultivos); as rotações de cultura e métodos de adubação verde; os sistemas agroflorestais que mimetizam a sucessão ecológica natural dos ambientes tropicais; os cultivos de cobertura e as coberturas mortas; o estímulo à biodiversidade de inimigos naturais das espécies-praga; e o controle cultural e biológico das doenças vegetais (Ibid.: 221-359). Em todos esses casos, o que conta é menos o lucro e mais a necessidade de conceber agroecossistemas estáveis e resilientes, com a menor dependência possível de insumos externos.

Um último aspecto que não deve ser ignorado nessas formulações é que elas recuperam a autonomia e a centralidade do agricultor enquanto detentor e produtor de saberes relevantes. Com efeito, o estudo dos sistemas de produção autóctones foi outra das raízes fundadoras da agroecologia, e muitas das técnicas por ela propaladas são, na verdade, a incorporação de práticas bastante antigas das agriculturas camponesas e tradicionais (HECHT, op. cit.: 6, 14). A agroecologia constitui, portanto, um convite a um diálogo de saberes em que seja valorizado o legado de conhecimentos ecológicos e de estratégias de manejo desenvolvidos por gerações de agricultores em resposta às condições locais, ao mesmo tempo em que a pesquisa sistemática possa subsidiar o compartilhamento e a adaptação dessas práticas de sucesso com vistas a aprimorar a agricultura tradicional sem alterar-lhe os fundamentos (ALTIERI, op. cit.: 159–182).

Talvez graças a essa postura é que haja ocorrido uma proveitosa aproximação entre os movimentos sociais agrários e o discurso agroecológico. Como parte de uma busca de autonomia em relação aos mercados de crédito, de insumos e de alimentos convencionais, diversos movimentos locais passaram a adotar e a

promover práticas agroecológicas, e membros da Via Campesina tem articulado programas de formação, materiais de treinamento, feiras e redes de distribuição de sementes e de comercialização de produtos agroecológicos em diversos países das Américas, da Ásia e da África. Ademais, o crescente reconhecimento nos encontros e declarações da Via Campesina tem demonstrado que o marco argumentativo da agroecologia é um importante instrumento discursivo na crítica proposta por esses grupos ao agronegócio, sobretudo na medida em que este começa a adotar estratégias de “lavagem verde” (*green-washing*) das suas práticas (ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

3.3 OS LUGARES DA AGRICULTURA URBANA NO DISCURSO: RESQUÍCIO RURAL, COADJUVANTE NA SEGURANÇA ALIMENTAR OU IMPULSO À AUTONOMIA?

Assim como a emergência da agroecologia, o fenômeno da agricultura urbana, em suas manifestações contemporâneas, não pode ser compreendida senão no contexto da crise na alimentação acirrada a partir da década de 1970. Porém, ele estabelece um percurso diverso ao daquela: a agroecologia, muito embora se inspire declaradamente em práticas ancestrais, pode ser mais bem descrita como um campo de conhecimentos e de discursos surgido especificamente para estudar, valorizar e aprimorar certas organizações socioprodutivas. A agricultura urbana, ao contrário, é em si mesma uma prática ancestral, na medida em que haja prevalecido no interior e nas orlas das cidades desde tempos imemoriais (MOUGEOT, 1994: 1 et seq.). O que é realmente inédito, nas últimas décadas, é a visibilidade que esse fenômeno passa a ter para uma série de iniciativas de investigação, bem como o tratamento que lhe passa a ser conferido por governos e outros organismos de fomento, e as novas formas que a atividade ganha a partir daí.

Desde a Antiguidade, diversas civilizações desenvolveram engenhosas estratégias de produção permanente de alimentos em suas cidades. A disseminação dessas práticas entre culturas tão distantes no tempo e no espaço parecem revelar algumas preocupações e características comuns da agricultura entre populações citadinas pré-industriais: a receio de quebra ou insuficiência do abastecimento; a

necessidade de assegurar a subsistência e as trocas por meio do cultivo de um mínimo confiável de bens alimentícios e não-alimentícios nas proximidades das próprias casas; e o provável papel dos espaços urbanos na experimentação, aperfeiçoamento e disseminação de sistemas agrícolas mais intensivos e produtivos (Ibid.: 4-5).

O divórcio entre agricultura e ambiente citadino é, portanto, um fenômeno bastante característico (embora talvez não exclusivo) da cidade industrial que surge no ocidente a partir do século XIX. A visão filosófica que opunha radicalmente o natural (“rural”) e o artificial (“urbano”), juntamente à privatização da propriedade da terra e ao privilégio dos cultivos em terras pertencentes a uma elite agrário-capitalista parecem contribuir para explicar o relativo desaparecimento da agricultura nas concepções urbanísticas pós-industrialização. A consequência, diretamente relacionada às transformações econômicas e das relações campo-cidade nessas sociedades, foi a dependência das populações urbanas em relação a fornecedores cada vez mais distantes de produtos agrícolas, bem como a transformação das cidades em grandes deficitárias na relação de energia e matéria com o entorno (Ibid.: 6).

Ainda assim, as realidades urbanas nem sempre corresponderam à total separação formal entre cidade e agricultura postulada pelo urbanismo industrial ocidental. Situações extremas induziram exceções, como os *allotments* (hortas urbanas) difundidos na Inglaterra durante as Guerras Mundiais (Ibid.: 6; SMITH, NASR e RATTA, 2001 apud NAGIB, 2016: 37). Da mesma forma, diversas cidades asiáticas e africanas abrigavam atividades primárias ainda na segunda metade do século XX, sendo algumas delas quase autossuficientes na produção de certos alimentos. Conforme viriam a demonstrar diversos estudos ao longo das décadas de 1970 e 1980, em muitas dessas cidades – sobretudo na África –, a agricultura e a pecuária urbanas envolviam em algum grau a maior parte da população, abrangendo um largo espectro socioprofissional e econômico (MADALENO, 2002: 7-12).

Mesmo em cidades altamente industrializadas, porém, é possível encontrar marcas de práticas de agricultura urbana. É o caso de Cubatão (SP), por exemplo, onde, apesar da presença de um enorme polo petroquímico, Vilma Aparecida da Silva identificou hortas na maioria dos bairros e diversas práticas de criação de animais. Embora o Poder Público haja atuado na implantação e manutenção de

algumas hortas, a autora associa o desenvolvimento dessas atividades à disponibilidade de terra, a uma espontaneidade dos moradores locais e a uma certa tradição de um passado agrícola do município e de seus habitantes (SILVA, 2006: 101-180, *passim*). Haveria, segundo ela, um traço de *campesinidade* manifesto nas práticas de uma população oriunda de um processo de êxodo rural:

A horta, de certa forma, proporciona o reencontro do migrante com suas origens – expressa desejo, necessidade e vontade. Existe uma preocupação, manifestada por muitos, em recriar antigos hábitos e costumes, atributos morais de épocas anteriores da vida na roça, no interior. Seria uma tentativa de recuperar, mas num processo de resignificação, um universo simbólico da vida rural. E conforme a cidade apresenta algumas brechas, a população expressa suas antigas práticas. (Ibid.: 147)

O que se percebe, portanto, é que esses casos são relatados na literatura acadêmica como exceções ou como reelaborações de um rural dentro do espaço urbano – o que, em todo caso, deixa em dúvida a sua capacidade de recriação e continuidade ao longo do tempo⁴. Os primeiros estudos sobre o tema, nos anos 1960 e 1970, traziam mesmo a tônica de que a agricultura urbana era uma atividade em declínio e que se restringia aos mais pobres e menos instruídos. O próprio esforço de pesquisa realizado desde então contribuiu para derrubar os mitos vigentes e mostrar uma figura mais complexa desse fenômeno no mundo (MADALENO, op. cit.: 12), abrindo caminho a sua incorporação a uma agenda de promoção da segurança alimentar por parte de agências internacionais de desenvolvimento e por segmentos governamentais.

Contribuiu sobremaneira para essa inflexão a repercussão do sucesso da experiência cubana com a agricultura a partir do final dos anos 1980: confrontada com a grave crise econômica resultante do colapso do bloco soviético e do endurecimento do embargo estadunidense, Cuba inicia um esforço com forte direcionamento estatal para reverter a dependência das importações de comida, petróleo e insumos. Se, até então, a Revolução Cubana havia privilegiado a incorporação das tecnologias da Revolução Verde e os cultivos de exportação, a agricultura urbana passava agora a um papel central no provisão da

4 Outra objeção passível de ser levantada a esse tipo de interpretação da agricultura urbana é o fato de não considerar nenhuma especificidade a *princípio* dessas práticas em relação às realizadas no campo – destacam, no máximo, as adaptações técnicas e mudanças de objetivos decorrentes da exiguidade de certos recursos (espaço, luminosidade etc.) nas cidades. Com efeito, esta investigação se contrapõe a ditas interpretações, ao sugerir como a hipótese alternativa que se localize a singularidade dessas atividades justamente na interação com a urbanidade do entorno.

demanda alimentar das grandes aglomerações, aproveitando a abundância de mão de obra e os espaços intersticiais nelas disponíveis.

Esse esforço passa pela criação, em 1994, de um Grupo Nacional de Agricultura Urbana e suas ramificações provinciais e municipais. Três anos depois, o Ministério da Agricultura cubano lança um Programa Nacional de Agricultura Urbana, inclusive com a cessão de propriedades estatais para o cultivo em benefício próprio. Como resultado do incentivo à agricultura urbana, ao final do ano 2000 já se produziam no país mais de 1,3 milhão de toneladas de hortaliças e condimentos frescos a preços competitivos, empregando mais de cem mil pessoas na atividade e com métodos predominantemente orgânicos (CASTELLÓN, 2003; CHAPLOWE, 1998: 47-48; CRUZ, s/d. apud ROSTICHELLI, 2013: 133-135).

Inspirados nesse e em outros exemplos bem-sucedidos de políticas oficiais de fomento, diversos organismos multilaterais e agências nacionais e internacionais de desenvolvimento⁵ passaram a estimular e a patrocinar iniciativas de promoção da agricultura urbana como parte de uma estratégia de combate à pobreza e de garantia da segurança alimentar nos países ditos “em desenvolvimento”. Ao longo dos anos 1990, essas entidades articularam redes – o “Support Group on Urban Agriculture” (1992) e a “Global Initiative on Urban Agriculture” (1996) em âmbito internacional, a “Águila” na América Latina, a “The Urban Agriculture Network” (1993) etc. - que estabeleciam projetos próprios e linhas de patrocínio e financiamento de iniciativas de agricultura urbana naqueles países (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1999, UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, 1996).

Ao mesmo tempo, esses organismos contribuiram para aumentar a visibilidade e disseminar entre os governos nacionais a necessidade de utilizar os recursos locais para abastecer as populações urbanas. De fato, o Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação, em 2002, reconheceu oficialmente como princípio:

Assegurar que o fornecimento de alimentos seja seguro, física e economicamente acessível, apropriado e adequado às necessidades energéticas e nutricionais da população. Para se alcançar este objectivo, os Governos, colaborando com todos os agentes da sociedade civil, como apropriado, deverão: [...]

Encorajar, onde apropriado, a produção e o uso das colheitas alimentares respeitando as culturas locais, tradicionais e insuficientemente utilizadas,

5 Entre elas, agências internacionais como a FAO (em diversos programas), o PNUD, a UNICEF, o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Africano; organizações não-governamentais como a CARE International, a Save the Children Fund, a Oxfam, o Instituto Heifer e a Fundação Ford; e órgãos de ajuda internacional canadenses, alemães, estadunidenses, ingleses, dinamarqueses, suecos, italianos e taiwaneses (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1999, UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, 1996).

incluindo os cereais, sementes oleaginosas, legumes, tubérculos, frutas e verduras, promovendo hortas familiares e, onde possível, escolares, assim como uma agricultura urbana, mediante o emprego de tecnologias adaptadas e o fomento da utilização sustentável dos recursos piscícolas não utilizados ou insuficientemente utilizados (WORLD FOOD SUMMIT, 2002)

Já por essa época, uma série de governos de diferentes níveis hierárquicos na América Latina possuíam algum tipo de programa relacionado à agricultura urbana. No Brasil, por exemplo, havia iniciativas no governo estadual do Pará e nos municípios de Belém, Rio Branco, São Paulo, Presidente Prudente, Curitiba e Londrina, além de apoios de grandes empresas nacionais (MADELENO, op. cit.: 18-20). No entanto, o grande impulso à atividade viria apenas a partir de 2003, quando entra em vigor o Programa Fome Zero, em que se reconhece em nível federal a agricultura urbana como uma estratégia de acesso aos alimentos. Desde então, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁶ assumiu, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a articulação das iniciativas de fomento em parceria, sobretudo, com os governos municipais (ROSTICHELLI, op. cit.: 112, 115).

Como parte dessa estratégia, foram criadas a Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana e o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, em nível nacional; e os Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana, para oferecer assistência técnica e estimular empreendimentos agroecológicos em nível estadual. Foram também destinados recursos públicos, por meio de editais, para estados e municípios que quisessem desenvolver projetos de agricultura urbana. Estes deveriam ser voltados principalmente para populações marginalizadas ou vulneráveis, de modo que os governos locais funcionassem como intermediários da aplicação dos recursos (Ibid.: 115-117).

Em todo caso, porém, esses estímulos incorriam em uma série de problemas: negavam, por exemplo, o acesso direto pelos agricultores aos subsídios governamentais existentes, dificultando a sua utilização para as necessidades imediatas dos cultivos. Além disso, o traço de institucionalidade presente nas políticas públicas restringe o espaço de autonomia e de participação democrática dos agricultores urbanos, constituindo uma ameaça permanente a formas de organização autogestionadas, horizontais ou independentes. E, finalmente, as

⁶ Atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

políticas públicas de fomento estão sempre sujeitas ao risco de interrupção ou abandono quando das mudanças de gestão, pondo em xeque a continuidade das atividades mais dependentes do apoio governamental (Ibid.: 117-118, 120-121, 123).

Nesse contexto, é importante destacar o surgimento de iniciativas de agricultura urbana que assumem posições independentes – e por vezes até conflituosas – em relação ao poder público e econômico, adotando, ao contrário, um discurso de promoção da autonomia por meio do auto-cultivo em ambientes urbanos. Muitas dessas práticas se inspiram diretamente nos movimentos contraculturais de “guerrilha verde” surgidos ao final dos anos 1960, sobretudo nos Estados Unidos. Como tais movimentos, essas iniciativas de agricultura expressam uma atitude ativista, de propensão comunitária e crítica do individualismo, egoísmo e consumismo característicos do modelo socioeconômico dominante (NAGIB, op. cit.: 63-65).

Entre as experiências seminais para essa vertente da agricultura urbana, deve-se mencionar o Parque do Povo (*People's Park*) criado por estudantes em Berkeley e as hortas comunitárias fundadas por Liz Christy em Nova Iorque. No primeiro caso, ocorrido em 1969, um grupo de autodenominados “reformadores agrários” tomaram posse de um terreno baldio de doze mil metros quadrados pertencentes à Universidade da Califórnia e iniciaram ali uma horta com o objetivo declarado de estabelecer o modelo de uma nova sociedade cooperativa, no qual fosse possível cultivar a própria comida não-contaminada – ao que o governo estadual respondeu inicialmente com violenta repressão. No segundo caso, a artista plástica Liz Christy deu início em 1973 à criação de uma série de hortas comunitárias entre os muitos terrenos baldios legados pela reestruturação urbana de Nova Iorque, logrando uma grande repercussão e adesão àquilo que batizaria pioneiramente de “guerrilhas verdes” na cidade – cujas ações desafiariam, em certos casos, a própria especulação imobiliária e a valorização do solo urbano (Ibid.: 54-58).

Outras iniciativas mais contemporâneas contribuem para mostrar as práticas de agricultura urbana também como experiências motivadoras de autonomia. Michele Rostichelli menciona, por exemplo, o caso da *South Central Community Garden*, em um bairro historicamente combativo no Los Angeles, onde trezentos e cinquenta moradores – sobretudo imigrantes mexicanos – que desde 1994 cultivavam um terreno de 5,5 hectares precisaram se organizar politicamente para tentar reverter uma iminente reintegração de posse, demonstrando em que medida aquele lugar

lhes era caro enquanto espaço de solidariedade e de reterritorialização de tradições culturais e familiares (ROSTICHELLI: 143-152). Cita ainda experiências como a *Huerta Orgásmika*, em Buenos Aires, e a *CanMasdeu*, em Barcelona, que “problematizam as questões decorrentes deste urbano constituído com o capitalismo elegendo a ocupação e a agricultura urbana como prática de outra forma de se apropriar dos lugares no espaço urbano” (Ibid.: 143). Em comum,:

Estas experiências autônomas se tornam políticas na medida em que questionam valores da sociedade capitalista, como a propriedade privada, a concentração e acesso à terra, acesso a alimentos sem agrotóxicos – que hoje constituem nicho de mercado, vendidos a preços altos nos mercados e feiras de orgânicos. Ao preservarem essa independência frente aos governos, não ficam vulneráveis às suas políticas sociais, nem ficam dependentes dos programas e editais, de suas decisões e controle. São experiências que mantêm [*sic*] sua autonomia por princípio, motivo pelo qual sofrem com a repressão dos governos. (Ibid.: 143)

3.4 AGRICULTURA URBANA E AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA NA RMSP: BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA E INSTITUCIONAL

A se guiar pela literatura existente sobre o tema, a agricultura urbana parece haver sido uma presença de longa data nos núcleos que conformariam a metrópole paulistana. Na verdade, a expansão do núcleo denso da cidade foi historicamente acompanhada pela transformação de seus arredores em sítios e chácaras que desempenhavam simultaneamente usos de recreação campestre e de produção agrícola peri-urbana, voltada ao abastecimento das cidades (LANGENBUCH, op. cit.: 161 et seq.). Em muitos casos, esses usos pretéritos ficaram marcados na toponímia dos bairros paulistanos, entre os quais é possível encontrar nomes de chácaras, sítios, fazendas, frutas etc. (OLIVEIRA, 2004: 123-125).

Mesmo em seus princípios, o aglomerado quinhentista, apresentava uma notável complementaridade entre exploração agrícola e a população urbana:

[...] Dos campos circunvizinhos e das lavouras distantes, procedia a produção do solo, de que viviam os habitantes do minúsculo núcleo urbano [...]

Na vila aglomerada à sombra do Colégio, [...] estruturou-se, pois, uma sociedade de lavradores, que morava dentro do perímetro urbano e cultivava o solo nas áreas rurais circunjacentes. [...] (ANDRADA E SILVA, 1958)

Embora o núcleo urbanizado pouco tenha crescido durante os dois séculos seguintes, as atividades agropecuárias aumentam um pouco seu raio, com a relativa melhoria dos caminhos vicinais e algum reerguimento econômico da cidade após a sangria demográfica causada pelo sertanismo e pela mineração (Ibid.: 32 et seq.). Nas primeiras décadas do século XIX, chamava atenção a cultura do chá, realizada em pleno vale do Anhangabaú – bem próximo, portanto, ao núcleo urbano. Além disso, o “cinturão de chácaras” que cercava a aglomeração desempenhavam um papel importante papel na produção frutícola para autoconsumo, e os camponeses e colonos dos arredores se dedicavam tanto aos cultivos de subsistência quanto ao abastecimento da cidade (LANGENBUCH, op. cit.: 20-23).

A expansão urbana iniciada no último quartel do século XIX avança sobre esse cinturão de chácaras, mas não de modo uniforme, permanecendo muitas delas nos interstícios da parte arruada (Ibid.: 81-82). Resquícios de uma ocupação agrícola instalada por chacareiros portugueses produtores de legumes e verduras, subsistiram até pelo menos 1970 em fundos de vale e terrenos desocupados em bairros como Água Branca, Vila Pompeia, Lapa, Tatuapé, Penha, Itaim-Bibi, Santana e Casa Verde (Ibid.: 118). A maioria desses produtores sofreria, contudo, uma “repulsão centrífuga” com o avanço dos loteamentos e da especulação imobiliária durante as quatro primeiras décadas do século XX (Ibid.: 162, 165).

Por essa época, estrutura-se o “cinturão verde” de São Paulo, marcando tanto uma intensificação e diversificação da horticultura, fruticultura e floricultura para abastecimento da cidade e de outros centros consumidores; quanto a sua efetiva diferenciação em relação ao núcleo urbano denso (Ibid.: 163-164). No interior desse último, sobrevivem usos agropecuários apenas onde a topografia atrasa a edificação e o arruamento. Escrevendo em 1935, Caio Prado Júnior notava que:

[...] São Paulo conservou, plantado em cheio nele, setores que em nada se parecem como pertencentes a uma grande cidade. São desbarrancados onde a ação do homem ainda não se faz sentir e em que, entre a vegetação silvestre que aí cresce desordenadamente e sem peias, encontram-se ainda aspectos de caráter rural [...]. Só muito recentemente [...] se começaram a urbanizar estes setores esquecidos da cidade, integrando-os na sua vida de grande centro. (PRADO JÚNIOR, op. cit.: 71-72)

[...] Doutro lado, os seus pontos mais sujeitos às enchentes periódicas foram evitados e contornados; daí estes claros que interrompem a cidade, e fazem o transeunte tão frequentemente estacar surpreso, na extremidade de uma rua densamente povoada e movimentada, diante de um pântano ou largas extensões vagas, onde, num conjunto puramente rural, vagueiam soltos animais domésticos, vacas, burros, cabras, ou aparece alguma pequena cultura de hortaliças. (Ibid.: 78)

Mesmo esses interstícios não tardariam a desaparecer a partir da década de 1940, conforme a compactação da cidade levou a um paulatino desaparecimento dos terrenos baldios (LANGENBUCH, op. cit.: 179). A pressão exercida pela expansão metropolitana levou a produção hortifrutigranjeira para mais distante da metrópole ou mesmo para o interior do estado e para estados vizinhos, enquanto tradicionais subúrbios rurais eram transformados em loteamentos urbanos. Na virada do século, apenas alguns poucos usos agropecuários resistiam no interior e nas imediações da mancha urbana: a produção de couve, cheiro verde e suínos na várzea do Tietê no Parque Novo Mundo; a criação de suínos e produção de chuchu nas proximidades da Rodovia Fernão Dias, às bordas da Cantareira; a silvicultura na porção norte da metrópole; e a produção hortícola e floricultora em Parelheiros e Marsilac (OLIVEIRA, op. cit.: 149-150, 153).

Após esse período de expansão e compactação urbanas, há, contudo, que se mencionar a reprodução de certa produção hortícola doméstica, nos quintais das residências unifamiliares. Embora praticamente ignorado na bibliografia a respeito da evolução urbana de São Paulo, essas práticas de agricultura *intraurbanas* chegaram a ser mencionados por atores entrevistados nos trabalhos de campo realizados nesta investigação⁷, e aparecerem na memória e relatos de paulistanos moradores de bairros mais recentemente verticalizados. Nos casos dos bairros periféricos, tais práticas parecem existir até períodos bastante recentes, lembrando os traços de *campesinidade* antes mencionados por Vilma Aparecida da Silva e surgindo quando limitadores ambientais (rios, áreas de preservação) ou a posição ainda limítrofe nas franjas de expansão urbana promovem paisagens com menor densidade de edificações do que é comum nas demais periferias autoconstruídas.

Não é, portanto, sem base na realidade e na história da cidade que se dá o movimento de retomada e visibilização da agricultura urbana na metrópole a partir dos anos 2000. De fato, os programas de estímulo a agricultura urbana que foram surgindo em âmbito municipal nessa época encontrariam algumas hortas formadas já há décadas, em processos espontâneos de ocupação de terrenos desocupados em baixo de linhões de energia ou de dutos da Petrobrás, de adutoras da Sabesp, de escolas, unidades de saúde, das prefeituras e até particulares (ROSTICHELLI, op. cit.: 64). Em Santo André, por exemplo, há relatos de terrenos no bairro do Capuava utilizados como hortas por vizinhos há mais de trinta anos (Ibid.: 67).

⁷ Veja-se a respeito o relato da Sra. Sebastiana no item 5.2 do presente trabalho.

Do lado dos poderes públicos locais, o reconhecimento oficial dessas atividades tem início principalmente na década de 2000⁸. A partir de 2002, o Plano Diretor da capital passou a incorporar entre suas diretrizes o estímulo à produção de alimentos em terrenos particulares e públicos subutilizados ou não utilizados, prevendo o fomento de atividades produtivas solidárias e associativas e a criação de mecanismos legais de implantação de um programa municipal de agricultura urbana(SÃO PAULO, 2002). Este é promulgado dois anos depois, por meio da Lei nº 13.727/2004:

LEI Nº 13.727, DE 12 DE JANEIRO DE 2004 [...]

Art. 1º - Fica criado o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo. [...]

Art. 2º - O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município de São Paulo tem por objetivos:

I - combater a fome;

II - incentivar a geração de emprego e renda;

III - promover a inclusão social;

IV - incentivar a agricultura familiar;

V - incentivar a produção para o autoconsumo;

VI - incentivar o associativismo;

VII - incentivar o agroecoturismo;

VIII - incentivar a venda direta do produtor;

IX - reduzir o custo do acesso ao alimento para os consumidores de baixa renda.

Art. 3º - O Executivo efetuará o levantamento das áreas públicas apropriadas para a implantação do programa, observando a Lei nº 13.430/2002.

Art. 4º - O Executivo cadastrará as áreas privadas compatíveis para a implementação do programa, com prévia concordância dos proprietários.

§ 1º - O Executivo poderá oferecer incentivo fiscal ao proprietário de terreno sem edificação ou com edificação que não comprometa a implementação do programa, com redução do IPTU. [...]

Art. 7º - O programa priorizará:

I - a produção local de alimentos incentivando a vocação de cada região;

II - uma política de crédito e de seguro agrícolas;

III - a garantia de assistência técnica e pesquisa pública direcionadas ao bom desempenho do programa;

IV - incentivo para a consolidação de formas solidárias de produção e comercialização dos produtos;

V - o incentivo para formação de cooperativas de produção e de comercialização dos produtos;

VI - formas e instrumentos de agregação de valor aos produtos;

VII - a criação de centrais de compra e distribuição nas periferias da cidade;

VIII - a aproximação de produtores e consumidores de uma mesma região;

IX - estimular os comerciantes a vender produtos locais em feiras e mercados municipais;

X - a compra de produtos do programa para abastecimento das escolas municipais, creches, asilos, restaurantes populares, hospitais e entidades assistenciais.

8 O município de São Bernardo do Campo pode ser considerado precursor desse movimento, havendo já no início da década de 1990 regulamentado a permissão de uso para a formação de hortas comunitárias (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 1991; Id., 1992).

Art. 8º - O Executivo garantirá a realização de cursos de aprendizado e aprimoramento em matérias concernentes aos propósitos desta lei, bem como a assistência técnica nos locais de implementação do programa.

Art. 9º - O Executivo deverá adotar providências no sentido de que princípios básicos de agricultura sejam incluídos no conteúdo de algumas disciplinas escolares, a critério do órgão competente.

Art. 10 - Fica o Executivo autorizado a firmar parcerias e convênios com a União, com o Estado, cooperativas de trabalho, as micro, pequenas, médias e grandes empresas, bem como com entidades estrangeiras para atingir os objetivos desta lei. (SÃO PAULO, 2004)

No ano anterior, os municípios de Diadema e de Embu das Artes haviam lançado também seus programas de hortas comunitárias, com objetivos semelhantes (DIADEMA, 2003; EMBU DAS ARTES, 2003). Osasco e Guarulhos aderiram um pouco depois ao movimento – em 2006 e 2008, respectivamente –, replicando literalmente o texto legal e as concepções fundantes do programa aprovado na capital (OSASCO, 2006; GUARULHOS, 2008). Em 2013, Rostichelli identificaria nove municípios da Região Metropolitana com programas oficiais de fomento à agricultura urbana, incluindo, além dos já citados, Embu-Guaçu, Mauá, São Bernardo do Campo e Suzano (ROSTICHELLI, op. cit.: 124).

Em comum, todas as prefeituras mencionadas eram administradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) quando da implantação desses programas. De fato, o tom das leis formuladas nesse período está alinhado às diretrizes do Programa Fome Zero propostas pela gestão petista em escala nacional (Ibid.: 124-125), que viam a agricultura urbana como uma forma de mitigação da pobreza. Por isso, os objetivos de “combater a fome”, “incentivar a geração de emprego e renda”, “promover a inclusão social” etc. aparecem nos textos aprovados pelos legislativos locais.

Ao longo dos anos seguintes, haveria algumas mudanças de rota em relação à concepção original desses projetos. Na redação das primeiras leis municipais não havia, por exemplo, qualquer menção à agricultura ecológica ou orgânica, embora se pretendesse fomentar o agroecoturismo e educação ambiental a partir da instalação das hortas. Já na nova regulamentação dada ao PROAURP na capital pelo decreto nº 51.801/2010, essa seria uma das modificações introduzidas: passava-se a dar prioridade à produção agroecológica, sendo as secretarias responsáveis pelo programa chamadas a fornecer assistência técnica, instrução e programas de educação alimentar nesse sentido (SÃO PAULO, 2010).

Um aspecto fundamental do funcionamento do PROAURP na capital foi a implantação de duas Casas de Agricultura Ecológica, em Parelheiros (2006) e no Parque do Carmo (2011). Geridos pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento,

Trabalho e Empreendedorismo, esses equipamentos foram fundamentais para articular a assistência aos agricultores urbanos e periurbanos das Zonas Sul e Leste, inclusive apoiando os processos de organização associativa e de transição orgânica dos agricultores da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas) (COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2015).

Por outro lado, tem havido descontinuidades nos apoios governamentais à agricultura urbana. Por exemplo, o programa informal de fomento existente em Santo André foi interrompido em 2008, com a mudança de gestão (ROSTICHELLI, op. cit.: 64-65). Também o Projeto Colhendo Sustentabilidade, de Embu das Artes, foi parcialmente descontinuado desde 2011, sob a justificativa de inviabilidade financeira (SOCIEDADE ECOLÓGICA AMIGOS DO EMBU, 2015). Mesmo onde os programas sobreviveram às mudanças de prioridades da administração local, como na capital, muitos dos instrumentos pensados como fundamentais para o fomento da atividade – isenções do Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU), políticas de crédito e seguro agrícola, assistência técnica frequente – não chegaram a ser plenamente regulamentadas e implementadas (TEMP, 2016, informação pessoal).

Recentemente, importantes transformações no cenário da agricultura urbana e periurbana metropolitana têm se processado em função da articulação da sociedade civil e de formas autônomas de organização. No primeiro caso, entidades como a Cidades sem Fome⁹, o Instituto Kairós e, mais recentemente, o Instituto Chão têm desempenhado um papel cada vez mais importante na implantação de novas hortas, na organização dos produtores, na abertura de canais de comercialização e na formação de consumidores. Por outro lado, uma série de coletivos e de iniciativas de caráter espontâneo têm germinado na cidade, reivindicando bandeiras tão diversas quanto a autonomia de plantar o próprio alimento, a recriação de laços comunitários e de vizinhança, a ocupação do espaço público, a ampliação das áreas verdes e o estabelecimento de práticas agroecológicas, permaculturais e espirituais no interior do tecido urbano.

9 O envolvimento da Cidades sem Fome, especificamente, acompanha a história da agricultura urbana paulistana. Havendo sido criadas em 2004, seus fundadores participaram do processo de formulação do PROAURP no município de São Paulo. Hoje, a ONG já implantou e/ou apoiou dezenas de hortas urbanas, com destaque para as hortas educativas em escolas e as de geração de renda localizadas em sua maioria na Zona Leste de São Paulo. (TEMP, 2016, informação pessoal; CIDADES SEM FOME, [2015])

A interpretação desse movimento é ainda recente no meio acadêmico, mas as investigações existentes parecem apontar como experiência precursora a horta iniciada em 2006 na Casa da Lagartixa Preta “Malagueña Salerosa”, um coletivo anarquista e espaço autogerido ativo até hoje no município de Santo André (ROSTICHELLI, op. cit.: 163-167). Nagib ressalta também o papel pioneiro da Horta das Corujas, na Vila Madalena, cuja fundação, entre 2011 e 2012, acompanha a articulação dos “Hortelões Urbanos”, importante rede de ativismo e troca de informações sobre agricultura urbana que deu impulso à formação de diversas hortas comunitárias em São Paulo nos anos seguintes (NAGIB, op. cit.).

O ativismo do movimento dos “hortelões” paulistanos parece haver surtido efeito não apenas na disseminação de coletivos¹⁰ sobre a temática e na materialização de dezenas de hortas de espaços públicos da cidade, mas também na formulação de políticas públicas locais. De fato, a maior visibilidade desse tipo de ativismo coincide com a elaboração e a aprovação recentes, no município de São Paulo, das leis nº 16.212/2015 e nº16.140/2015, que versam, respectivamente, sobre a gestão participativa das praças (SÃO PAULO, 2015b) e sobre a obrigatoriedade dos alimentos orgânicos/agroecológicos na merenda escolar(SÃO PAULO, 2015a). Se regulamentadas, cumpridas e replicadas, essas leis prometem ampliar significativamente o espaço da agricultura urbana agroecológica na cidade, seja incentivando o plantio nos espaços públicos, seja gerando uma demanda fixa para estimular a produção agroecológica de base local.

10 Embora a maioria desses coletivos atue no centro expandido e em outros bairros privilegiados sobretudo da capital, há também articulações de caráter assumidamente periféricos. A “Rede Permacultural da Periferia” (disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/496270823864999/>>) parece ser o fórum mais ativo a pôr em contato essas iniciativas, replicando a estratégia fundada pelos “Hortelões Urbanos” de comunicação baseada em redes sociais eletrônicas.

4 A AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA NO NÚCLEO DENSO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DAS INICIATIVAS

4.1 A LOCALIZAÇÃO DAS INICIATIVAS DE AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA NA RMSP

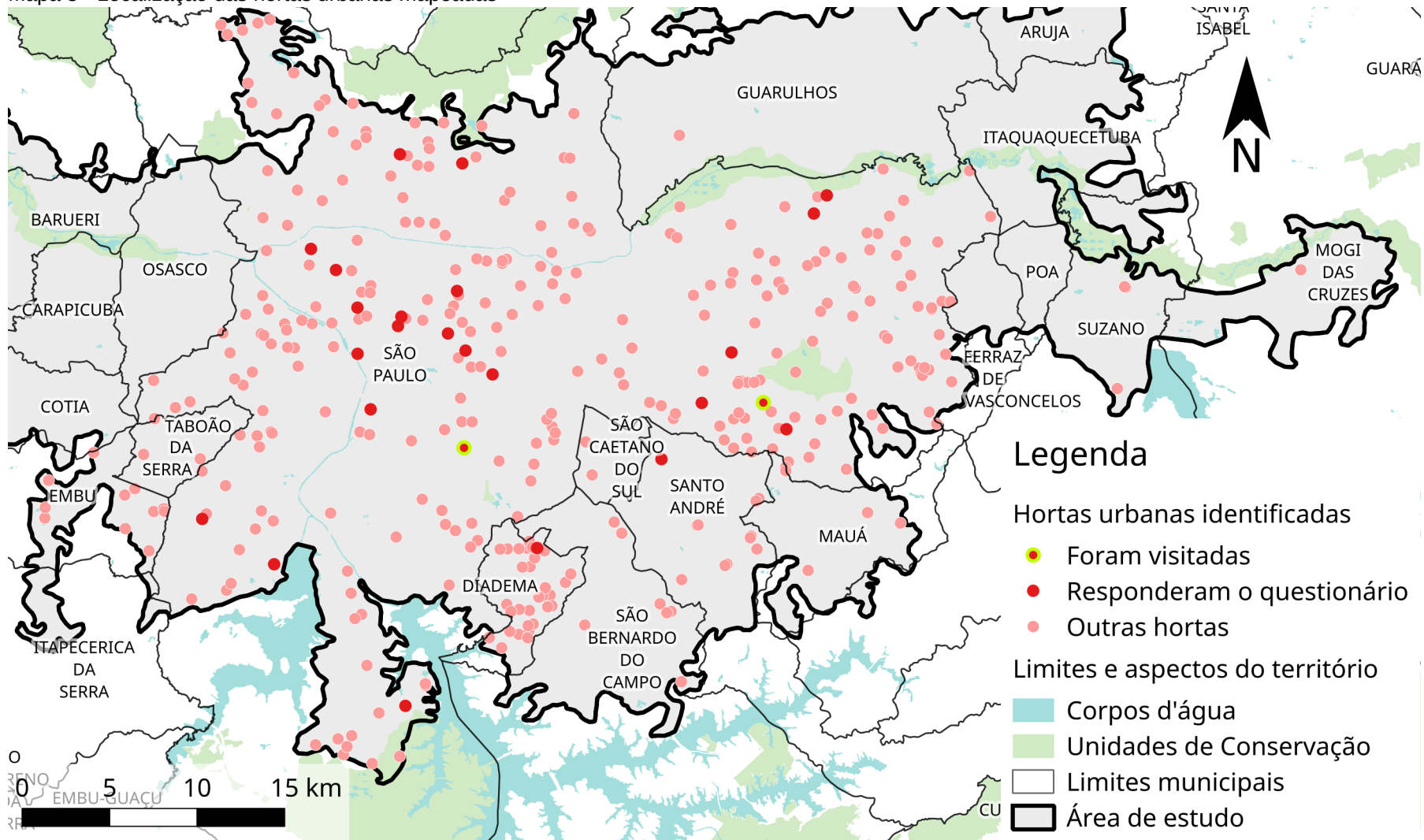
Durante a segunda metade de 2016, foi realizado um esforço de mapeamento das iniciativas de agricultura urbana existentes atualmente ou em algum momento dos últimos dez anos na RMSP, recorrendo a uma diversidade de fontes de pesquisa. Foram aproveitados os levantamentos previamente realizados por Rostichelli (op. cit.) e Ribeiro (2013), e obtidos novos dados por meio de pedidos de acesso à informação à Petrobras e às secretarias de Educação, da Saúde e do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo do município de São Paulo, bem como às secretarias responsáveis pelo fomento à agricultura urbana nos municípios de Diadema e São Bernardo do Campo¹. Também foi possível obter acesso a mapeamentos realizados por entidades da sociedade civil organizada como o MUDA-SP, o Cidades sem Fome e o Instituto Kairós²; além de listas colaborativas como a disponibilizada no Portal da Agricultura Urbana da “Wikiversidade”³. Adicionalmente, foram consultados páginas e grupos de interesses em redes sociais e sítios na *internet* mantidos pelas próprias iniciativas ou por seus apoiadores; e realizadas consultas nos portais de notícias da imprensa local e regional.

1 Também foi enviado um pedido de acesso à informação para a Coordenadoria do Fundo Social de Solidariedade da Prefeitura do Município de Guarulhos, sem que houvesse resposta. Contatada, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Suzano declarou não ter projetos sob seu acompanhamento atualmente. Por fim, a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão da Prefeitura do Município de Osasco se prontificou a disponibilizar as informações sobre seu Programa de Agricultura Urbana apenas em um encontro pessoal, o que não foi possível em razão do calendário da pesquisa.

2 Relatório realizado sob responsabilidade do IPES-Promoción del Desarrollo Sostenible e da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas para o então Ministério do Desenvolvimento Sustentável.

3 Disponível em: <https://pt.wikiversity.org/wiki/Portal:Agricultura_Urbana>. Acesso em 17 dez. 2016.

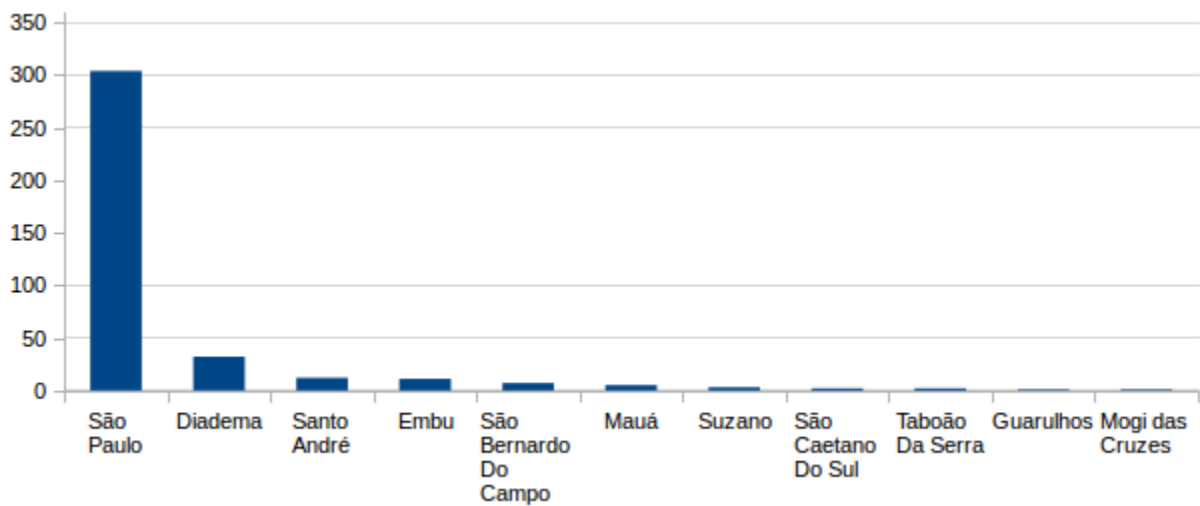
Mapa 3 - Localização das hortas urbanas mapeadas



Fonte: elaboração própria.

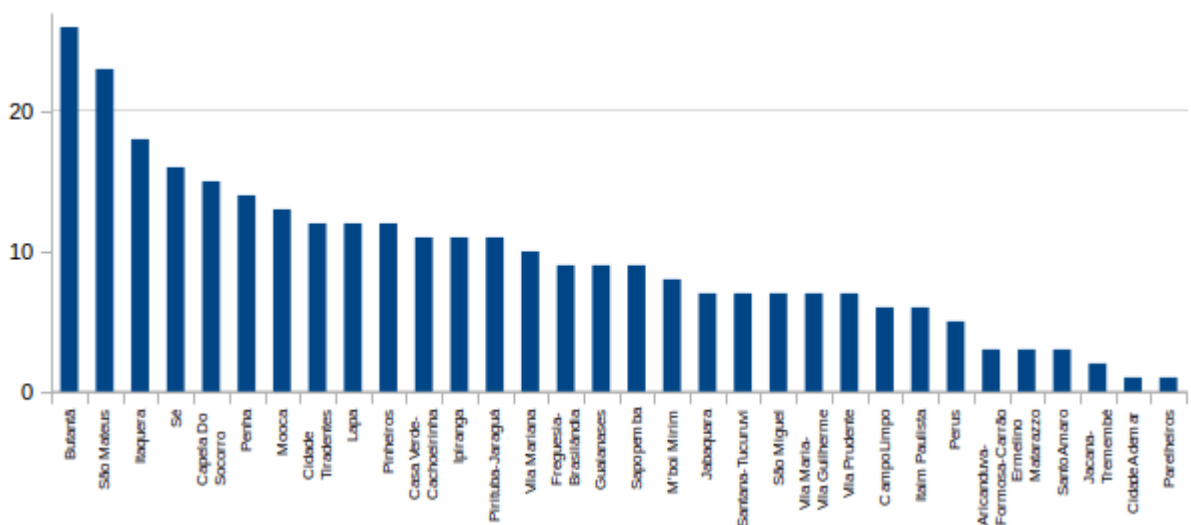
Ao final desse levantamento, foram encontradas menções a 412 hortas em onze municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Dentre essas, uma foi excluída do mapeamento por não se ter obtido seu endereço; e outras trinta e uma por estarem localizadas fora da área de estudo – isto é, já fora dos limites da mancha urbana contínua da região metropolitana. A localização das 304 hortas urbanas restantes está representada no Mapa 3, que as discrimina ainda segundo a sua participação nas etapas seguintes da pesquisa (questionário e trabalho de campo).

Gráfico 1 - Frequência das hortas urbanas por município em que estão localizadas



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2 - Frequência das hortas urbanas por subprefeitura em que estão localizadas (apenas na capital)



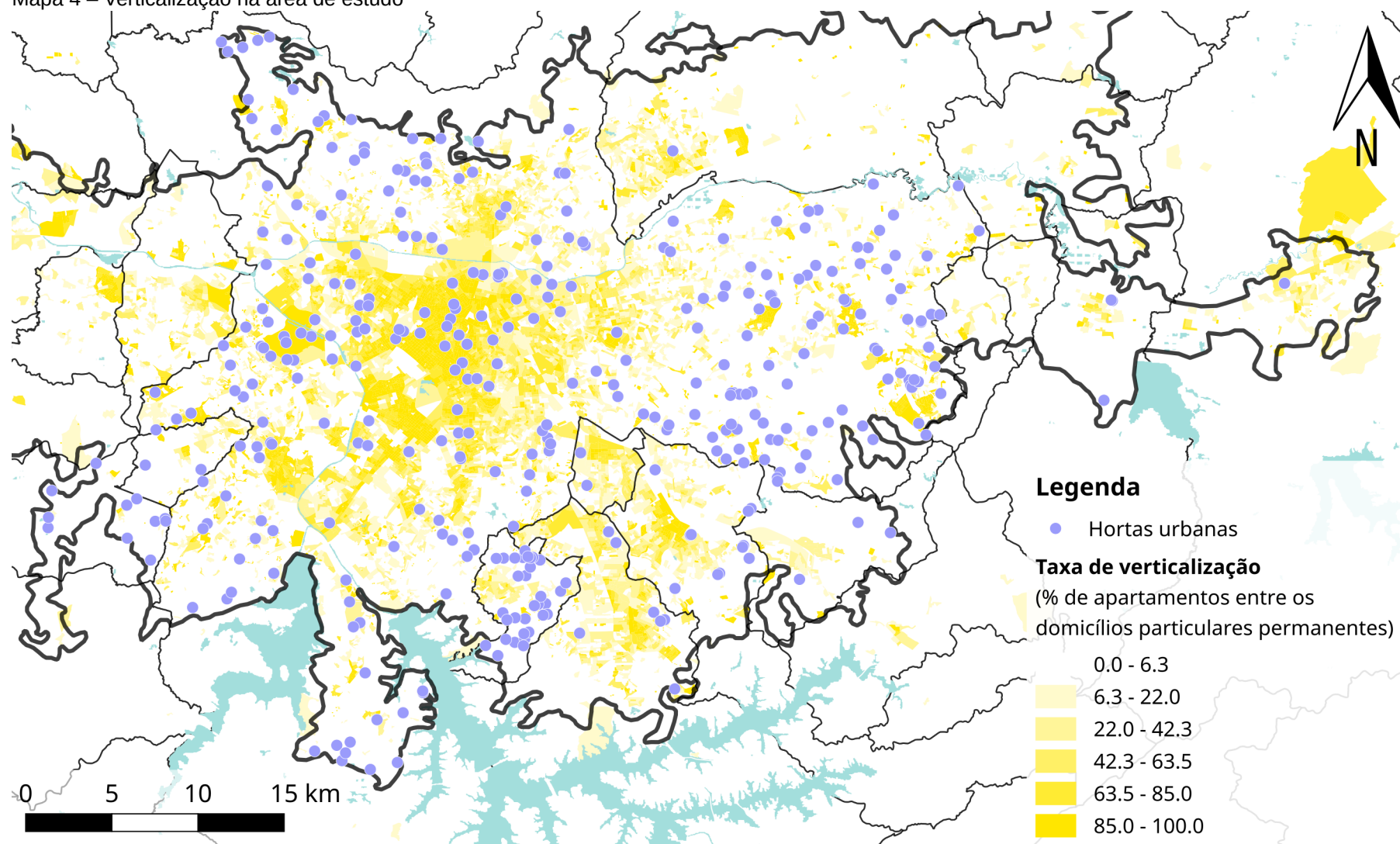
Fonte: elaboração própria.

Conforme mostram o mapa e o Gráfico 1, o município de São Paulo abriga a imensa maioria das iniciativas mapeadas (trezentas e quarenta), embora haja uma concentração expressiva em Diadema, segundo município em número de hortas (trinta e duas). De modo geral, aparecem com destaque também outros municípios do chamado “Grande ABC” (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Mauá), além de Taboão da Serra e de Embu das Artes.

Por um lado, essa distribuição corresponde em parte à presença de programas de agricultura urbana em âmbito municipal, conforme já se chegou a discutir no capítulo anterior. Por outro lado, os padrões espaciais encontrados podem refletir menos a real distribuição do fenômeno e mais o acesso que foi possível obter a fontes estruturadas sobre a situação da agricultura urbana nos municípios. Nesse sentido, os casos de São Paulo e de Osasco são paradigmáticos: no primeiro, o grande número de iniciativas reflete em parte a existência de mapeamentos extensos por três secretarias municipais e pela sociedade civil; enquanto, no segundo, a impossibilidade de acessar as informações do órgão público local na forma em que as disponibilizou (isto é, apenas pessoalmente) fez com que nenhuma iniciativa fosse mapeada no município, apesar de ser de conhecimento público a existência ali de um programa ativo de fomento à agricultura urbana.

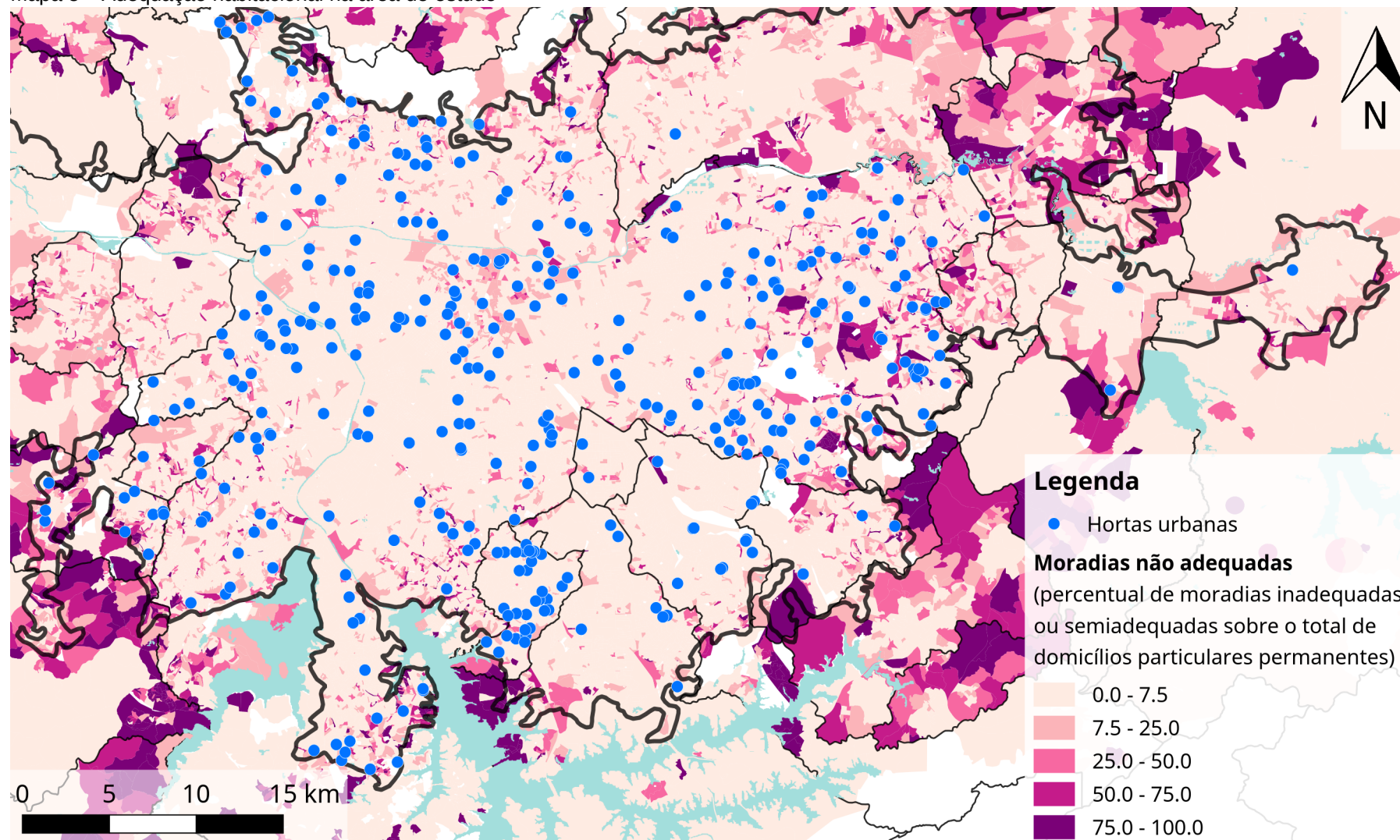
Concentrando-se apenas no universo das iniciativas na capital, nota-se um padrão de distribuição mais disperso do que era de se imaginar pelas entrevistas e pesquisas exploratórias sobre o tema. De fato, a Zona Leste, que é sede de uma importante associação de agricultores urbanos, aparece com uma concentração expressiva de iniciativas, conforme mostra o Gráfico 2 ao destacar entre as primeiras posições subprefeituras como São Mateus, Itaquera, Penha, Mooca e Cidade Tiradentes. Porém, surpreendentemente, é o Butantã que aparece com o maior número de iniciativas (vinte e seis), em grande parte graças às hortas em equipamentos públicos – apenas na Cidade Universitária “Armando Salles de Oliveira” são cinco hortas, além de outras tantas em escolas, UBSs, parques, CEU, Cresan etc. O mesmo pode ser dito de subprefeituras mais periféricas, como a Capela do Socorro, na Zona Sul. Já onde predominam bairros de renda mais alta – na Sé, na Lapa e em Pinheiros, por exemplo –, passa a haver maior participação de hortas comunitárias e de iniciativas em espaços privados.

Mapa 4 – Verticalização na área de estudo*



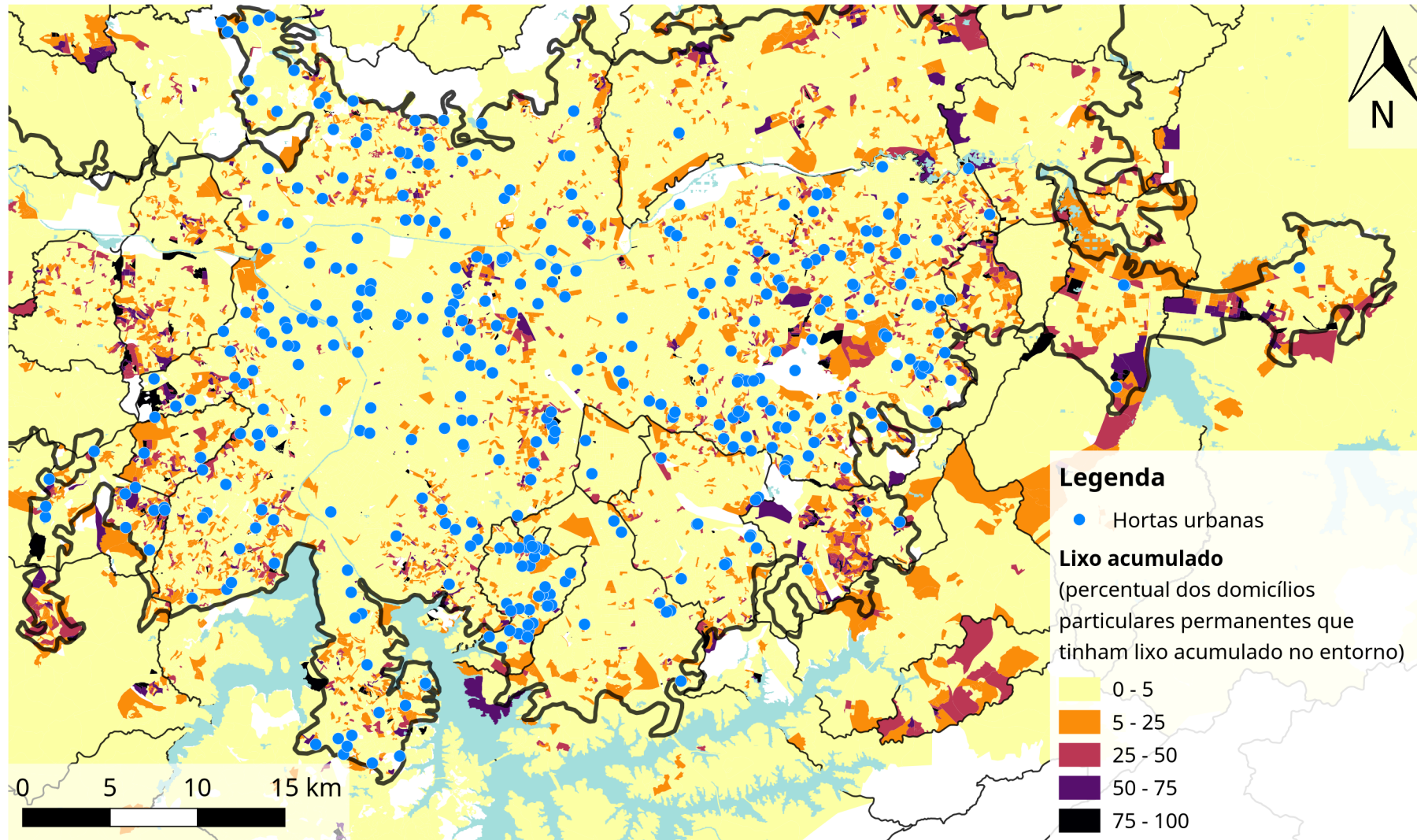
Fonte: elaboração própria, com dados do IBGE (2010).

Mapa 5 – Adequação habitacional na área de estudo*



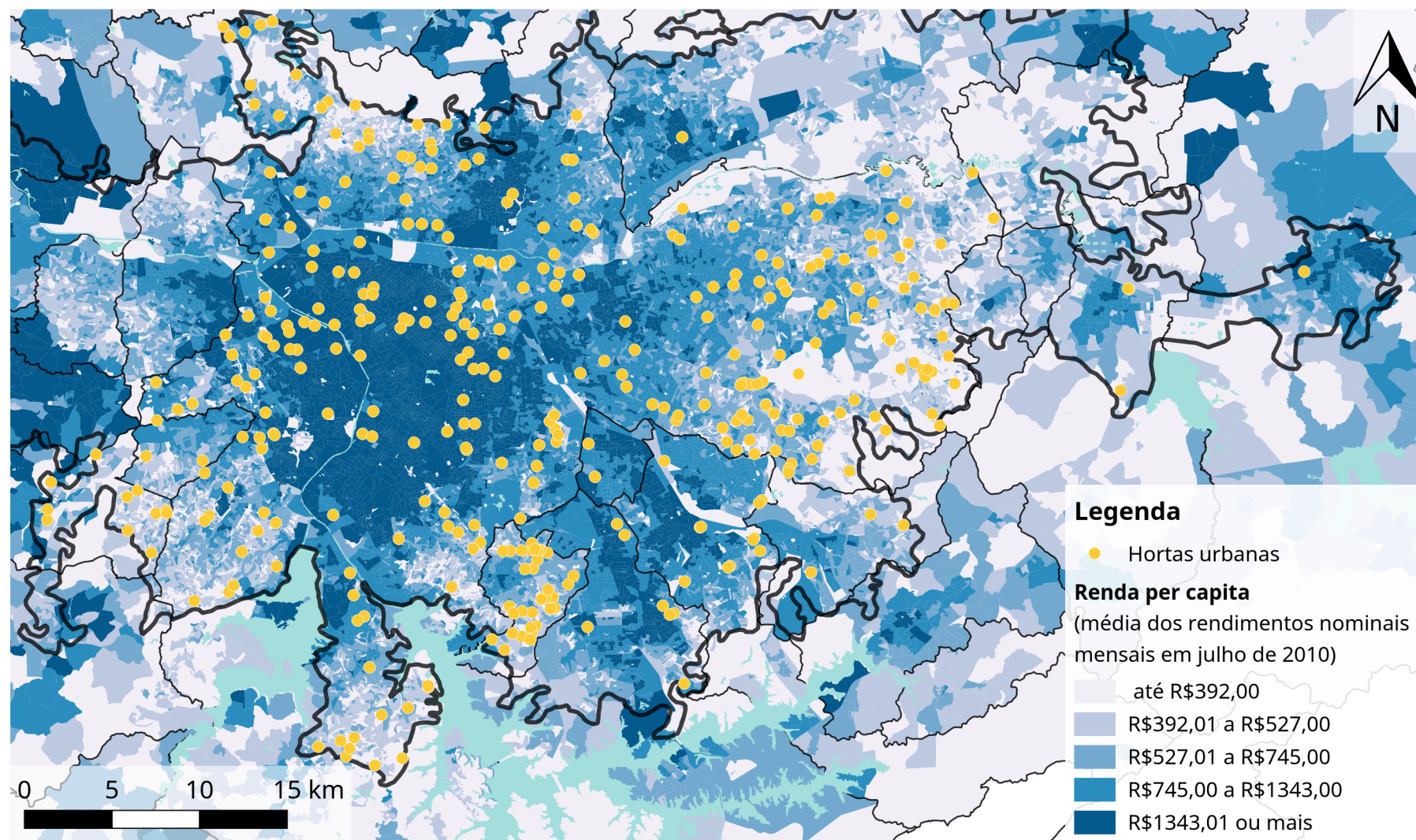
Fonte: elaboração própria, com dados do IBGE (2010). *São consideradas adequadas pelo IBGE as moradias que estão ligados simultaneamente às redes de água e de coleta de esgoto, e que possuem coleta de lixo, eletricidade, banheiro dentro da casa e não mais do que duas pessoas por cômodo.

Mapa 6 - Lixo acumulado no entorno dos domicílio da área de estudo



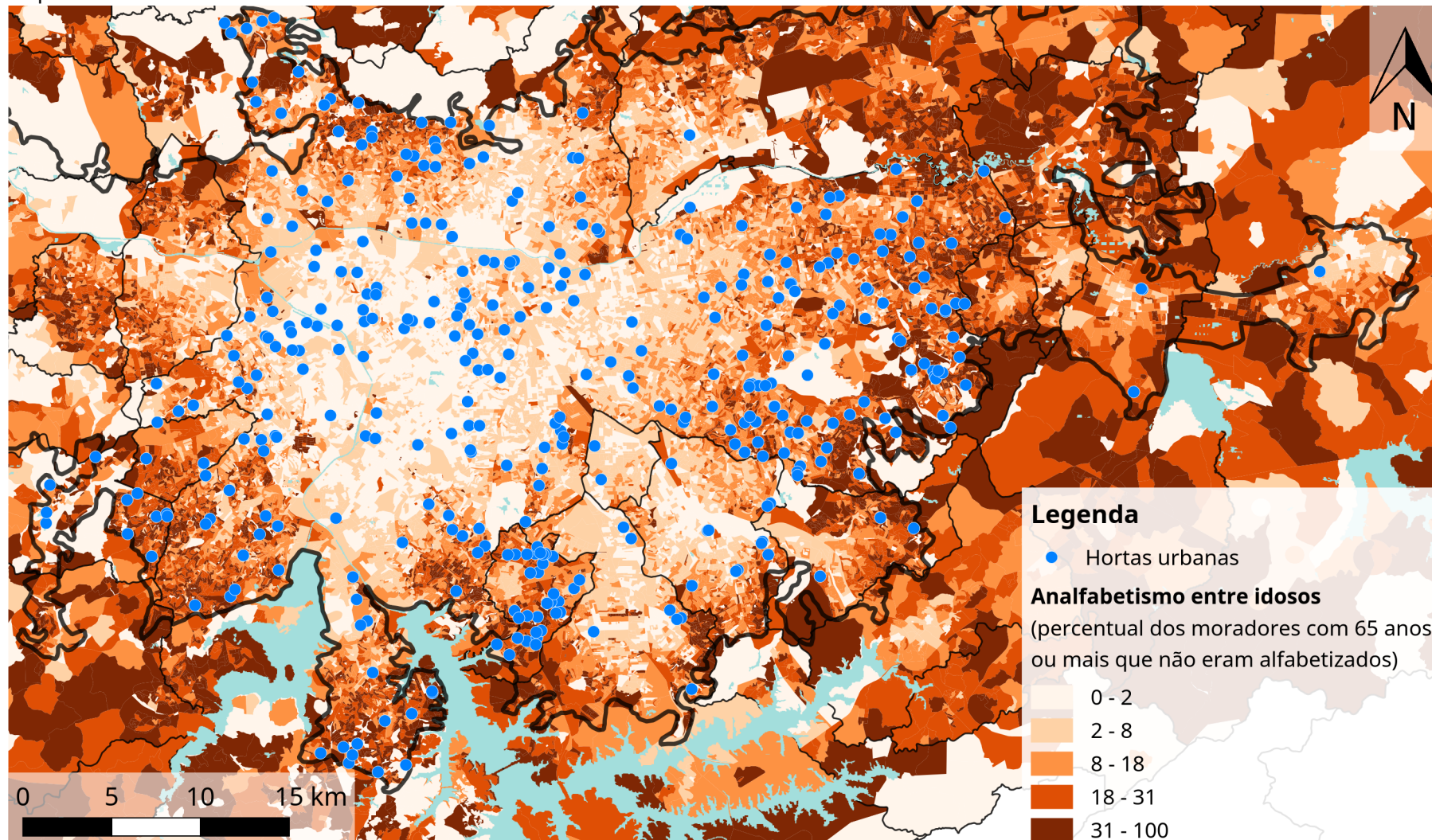
Fonte: elaboração própria com dados do IBGE (2010).

Mapa 7 - Renda média por morador nos domicílios da área de estudo



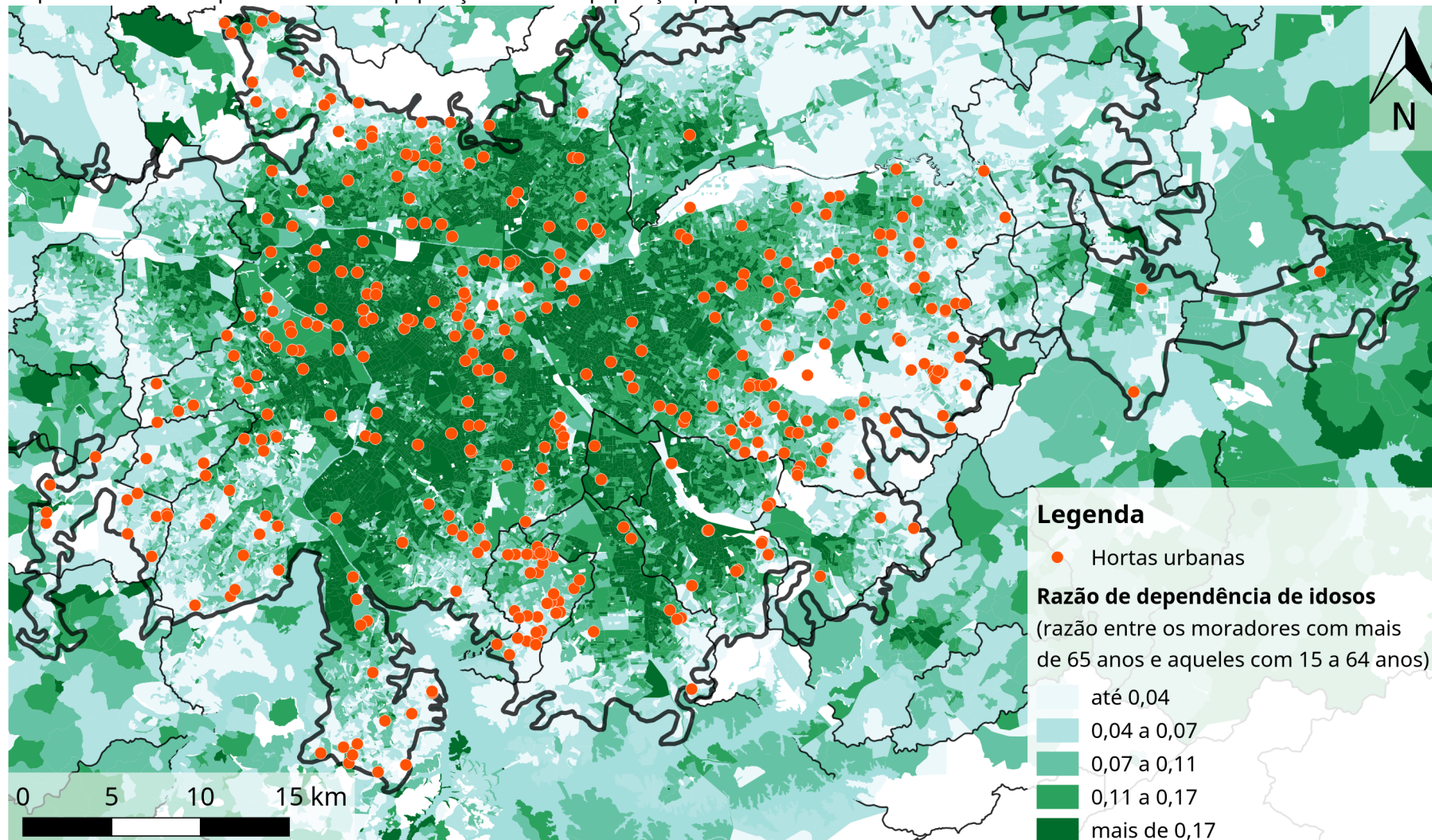
Fonte: elaboração própria com dados do IBGE (2010).

Mapa 8 - Analfabetismo entre idosos na área de estudo



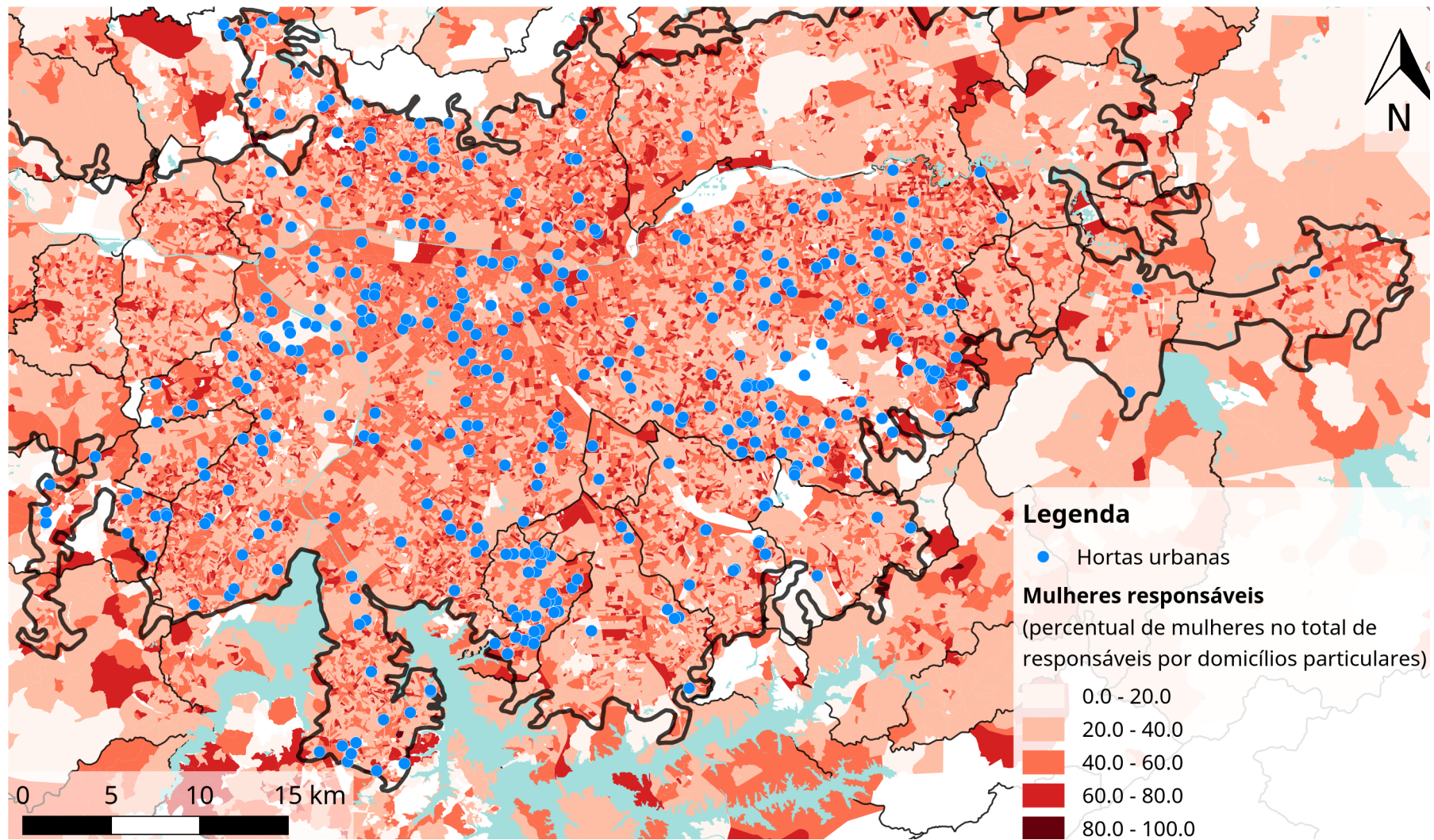
Fonte: elaboração própria com dados do IBGE (2010).

Mapa 9 - Razão de dependência entre a população idosa e a população potencialmente ativa na área de estudo



Fonte: elaboração própria, com dados do IBGE (2010).

Mapa 10 - Proporção de domicílios chefiados por mulheres na área de estudo



Fonte: elaboração própria, com dados do IBGE (2010).

Os Mapas 4 ao 10 comparam a distribuição espacial das hortas mapeadas com uma série de indicadores formulados a partir dos resultados do universo do Censo Demográfico de 2010, agregados por setores censitários. A escolha desses indicadores se deu como tentativa de comprovar possíveis associações entre os padrões geográficos das iniciativas de agricultura urbana e os padrões demográficos, sociais e econômicos do espaço metropolitano. Em cada caso, buscava-se investigar um aspecto levantado durante as entrevistas exploratórias, que esboçaram uma versão dos técnicos da Prefeitura de São Paulo e das entidades da sociedade civil organizada sobre os praticantes dessa atividade – ambas voltadas, entretanto, para o aspecto produtivo da agricultura urbana, em detrimento de outras possíveis dimensões do fenômeno.

Com efeito, aquelas entrevistas deram uma dimensão dos envolvidos com a agricultura urbana bem mais restrita do que os padrões espaciais demonstrados nos mapas parecem apontar. As iniciativas acompanhadas por esses técnicos e ONGs se dariam sobretudo em periferias densamente ocupadas, mas pouco verticalizadas, caracterizadas por certa precariedade habitacional e pela falta de melhoramentos urbanos. Seus mantenedores seriam, sobretudo, aposentados em busca de complementos de renda, mulheres com filhos em idade escolar e migrantes que já foram empregados na indústria e que hoje têm dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal. Seriam motivados pela possibilidade de produção alimentos, quer para o autoconsumo, quer para a comercialização (ASSIS, 2016, informação verbal; TEMP, 2016, informação verbal).

O que o mapeamento demonstrou, no entanto, foi uma realidade mais dispersa e multifacetada do fenômeno na área de estudo. Na verdade, há hortas urbanas tanto em áreas onde predominam as condições e tipos sociais mencionados pelos entrevistados, quanto em áreas mais centrais, de maior renda, com maior verticalização e infraestrutura urbana consolidada. Há, inclusive, algum descompasso entre a caracterização dos participantes citados pelos entrevistados para as hortas periféricas de viés produtivos e a distribuição de certos indicadores na Região Metropolitana. Por exemplo, não necessariamente estão na periferia os setores censitários com maior proporção de mulheres responsáveis pelos domicílios - que, segundo os entrevistados, participariam das hortas em razão da possibilidade de compatibilizar esse trabalho com o cuidado dos filhos. No caso dos aposentados, há mesmo uma inversão: os setores com maior proporção de idosos são justamente

os do centro expandido, enquanto as áreas de atuação dos técnicos e entidades consultados tendem a possuir populações mais jovens.

Em uma primeira leitura, tais diferenças parecem apontar para uma limitação bastante óbvia desse tipo de comparação baseada em uma figura estatística do território: as hortas urbanas podem mobilizar diferentes segmentos interessados onde se instalam, e não necessariamente esses grupos precisam ser numericamente majoritários no entorno – o que dificulta qualquer correlação espacial simples. Por outro lado, conforme se discutirá mais adiante, o tipo de iniciativas a que faziam referência os discursos dos atores consultados acabou se revelando apenas um recorte bastante restrito dentro o universo da agricultura urbana paulistana, o que igualmente torna mais complexas as comparações.

De resto, a falta de concentrações muito claras na distribuição das hortas pode ainda ser interpretada simetricamente como uma evidência de que a agricultura urbana na metrópole paulistana é um fenômeno com múltiplas manifestações e condicionantes. Embora haja iniciativas tanto no centro expandido da capital quanto nas periferias mais desassistidas da mancha urbana, é efetivamente improvável que as práticas em cada um desses locais sejam as mesmas, como diferentes devem ser as suas relações com o território e com as pessoas que o habitam. Nesse sentido, fica claro que se está tratando não de *uma* agricultura urbana na metrópole, mas sempre de *agriculturas urbanas*, no plural.

4.2 UMA TENTATIVA DE TIPOLOGIA DAS HORTAS URBANAS – E PARA ALÉM DELA

Em função da diversidade com que se estava lidando, surgiu no processo de pesquisa a necessidade de estabelecer algum marco dentro do qual se pudesse conferir inteligibilidade às várias manifestações do fenômeno em questão. Na verdade, as diferenciações aparecem mesmo nos discursos dos envolvidos com essas atividades ou no seu estudo⁴. Chama atenção um primeiro e aparentemente

4 Nesse sentido, se está pensando sobretudo no Encontro de Agricultura Urbana da USP, promovido em outubro de 2016 pelo Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (GEAU) do Instituto de Estudos Avançados/USP. Durante esse encontro, foi possível escutar as colocações de participantes de iniciativas de agricultura urbana na RMSP, bem como de pesquisadores interessados nos temas. O

drástico recorte entre dois tipos de agricultura urbana: uma que seria realizada por “agricultores” ou “horticultores” propriamente ditos, principalmente nas periferias; e outra realizada por “hortelões”, nas muitas hortas comunitárias da cidade.

Segundo essa divisão, os *agricultores urbanos*⁵ se caracterizariam por uma atividade voltada especificamente para a produção de alimentos, quer para o consumo próprio, quer para a venda. Eles realizariam seus cultivos preferencialmente em terrenos relativamente grandes, por vezes parcelados entre diversas famílias, e em geral cedidos sob linhas de alta-tensão da AES Eletropaulo ou sobre adutoras da Sabesp ou dutos da Transpetro, onde a ocupação por edificações não é permitida. A maioria se localizaria na Zona Leste do município de São Paulo, sobretudo em São Mateus, e estaria reunida na AAZL – Associação de Agricultores da Zona Leste (antiga APO-SM – Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus). Seriam eles os principais apoiados pelos programas de fomento da prefeitura, bem como pelas ONGs atuantes na temática.

Os *hortelões e horteloas/hortelãs urbanos*⁶, por outro lado, baseariam suas práticas principalmente nas dimensões de sociabilidade e de resgate de laços de vizinhança propiciados pelo trabalho em hortas comunitárias. Instalados principalmente em pequenos espaços nas praças da cidade, essa conjunção de iniciativas mais ou menos articuladas teria em suas origens uma concepção marcada de ativismo em prol da apropriação do espaço público pelas pessoas. Sua relação com o poder público, portanto, seria no máximo enquanto grupo de pressão. A própria produção de alimentos apareceria como consequência secundária das atividades, uma vez realizadas por pessoas que não dependem da atividade para complementar a sua renda ou para garantir sua segurança alimentar.

Embora hajam sido encontradas hortas que correspondem a essa divisão inicial “agricultores”/“hortelões”, o mapeamento mostrou que as caracterizações esboçadas em cada caso eram mais complexas na realidade do que um esquema mental simplificado pode abranger. Em especial, a visão das hortas comunitárias como movimento exclusivo de bairros de média e alta renda do centro expandido da capital foi desmontada pelo fato de haverem sido encontradas hortas comunitárias mesmo em bairros periféricos e de baixa renda, sobretudo aproveitando os

conteúdo dessas falas foi fundamental para se identificar as diferenciações estabelecidas por esses atores no processo de dar sentido ao fenômeno com o qual estavam lidando.

5 Cf. Rostichelli (op. cit.: 79-82).

6 Cf. Nagib (op. cit.: 201-220).

equipamentos públicos ali existentes⁷. Nesse sentido, o ativismo fundado pelos “hortelões urbanos” parece ter repercutido muito além dos domínios de seu surgimento na Vila Madalena⁸, ganhando contornos e associações particulares à medida que se insere na agenda de lutas e de ações de coletivos, movimentos e agentes públicos em territórios periféricos.

Ao mesmo tempo, foi possível notar que essa tipologia inicial responde por uma quantidade restrita das iniciativas existentes na RMSP. Efetivamente, o maior número de iniciativas mapeadas tiveram como fontes as Secretarias Municipais da Saúde e de Educação da capital, de modo que foi constatado um destaque antes impensado para as hortas das unidades de saúde e para as hortas escolares das instituições públicas de ensino. Em ambos os casos, as hortas apresentam uma distribuição espacial bastante dispersa, por se tratarem de equipamentos “de ponta”, com cobertura bastante capilarizada no território da cidade.

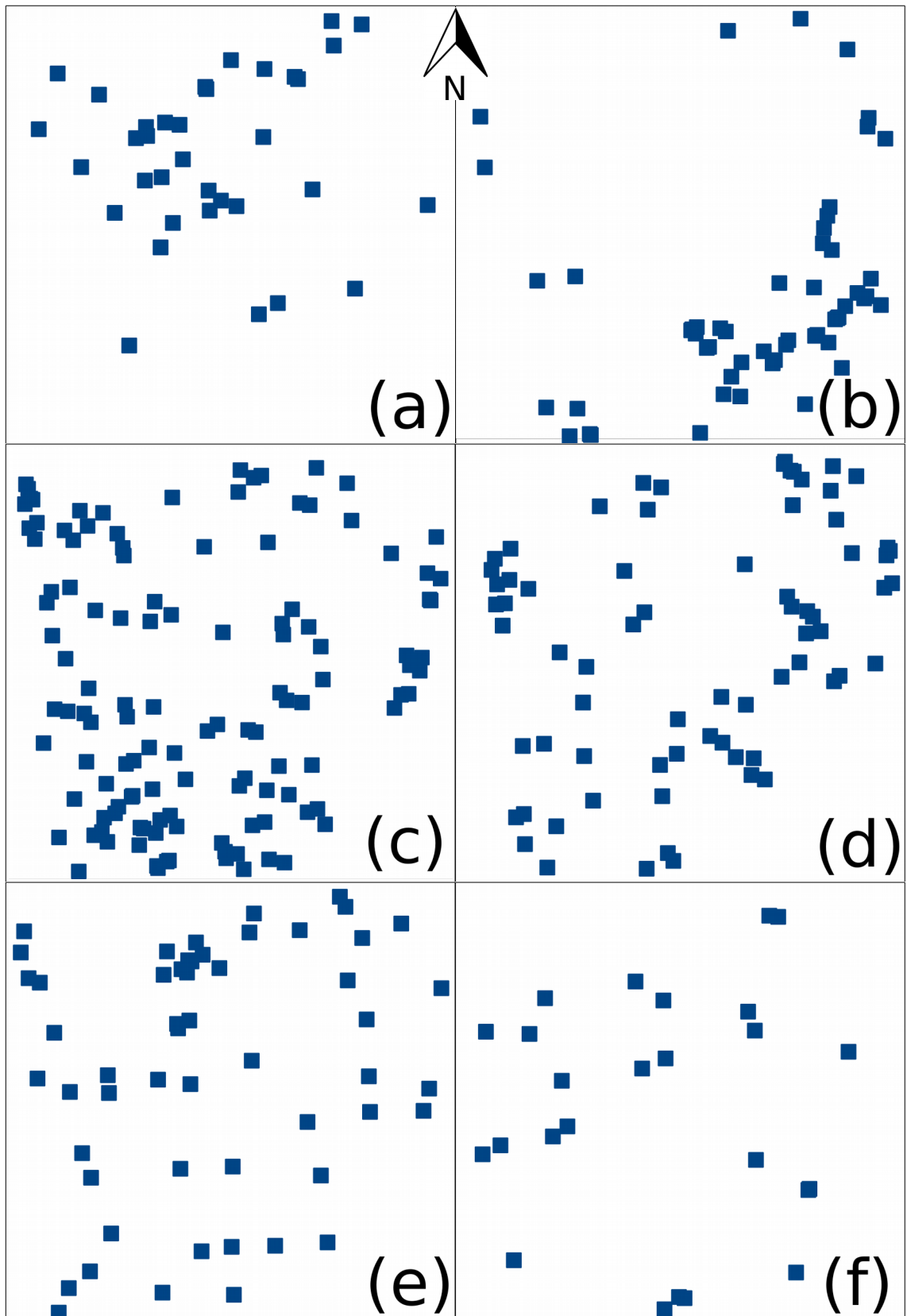
Evidentemente, nem as hortas em UBSs, nem as hortas escolares se enquadram nas categorias “hortelões” ou “agricultores”, embora possam compartilhar certas características com um ou outro desses tipos. No caso das hortas do PAVS⁹, por exemplo, não há como olvidar o papel do resgate e do cultivo de ervas medicinais, uma vez que muitas delas se autointitulam “hortas medicinais”; e os aspectos comunitários dessas hortas passam a ser indissociáveis das dimensões ocupacionais e terapêuticas das atividades de manejo. Por sua vez, nas instituições de ensino, é o caráter educativo que ganha destaque – tanto que, inexistindo um programa formal de estímulo às hortas escolares, elas aparecem como produtos de inúmeras iniciativas das próprias comunidades escolares, ou, no máximo, como parcerias descentralizadas com ONGs e projetos sociais.

7 Um caso bastante ilustrativo a respeito é o da Horta Comunitária da Vila Takebe, em Diadema. Durante a realização de entrevista telefônica para o preenchimento do questionário sobre aquela iniciativa, foi possível ter conhecimento do aspecto ambíguo na qual se encontrava: fundada com caráter de horta comunitária e mantendo esse caráter no nome, ela se desenvolve entretanto em um terreno da AES Eletropaulo e em um bairro de renda mais baixa, localizando-se em um dos municípios do Grande ABC historicamente mais marcados por problemas sociais. Curiosamente, esses aspectos relacionados ao tamanho do terreno disponível – refletido em certa fartura de alimentos produzidos – e das características do entorno fizeram emergir ali tensões em relação à proposta inicial da horta, na medida em que alguns participantes começam a comercializar parte de suas colheitas.

8 Novamente, ver a respeito o trabalho de Nagib (op. cit.).

9 O Programa Ambientes Verdes e Saudáveis é um projeto iniciado em 2005 em São Paulo pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, em parceria com as secretarias da Saúde e de Assistência e Desenvolvimento Social. Pautado no fortalecimento da atuação intersetorial, na participação dos atores e na cogestão, o programa consiste em uma agenda de ações integradas de meio ambiente e saúde, que tem um de seus eixos voltado para o estímulo da implantação de hortas para a promoção de uma alimentação saudável.

Gráfico 3 - Representação esquemática da localização de diversas tipologias de hortas urbanas na RMSP*



Fonte: elaboração própria. (a) Hortas comunitárias; (b) hortas para produção de alimentos; (c) hortas em instituições de ensino; (d) hortas em unidades de saúde; (e) outros - hortas em equipamentos públicos e semipúblicos; e (f) outros - hortas em espaços privados, autônomos e terceiro setor.
*Ordenadas das latitudes (eixo vertical) e das longitudes (eixo horizontal).

Tabela 2 - Indicadores selecionados, segundo diversas tipologias de hortas urbanas e para os setores urbanos da RMSP como um todo

TIPO DE HORTA	Quantidade	Renda mensal per capita	Taxa de moradias não adequadas	Taxa de moradias sem calçadas no entorno	Taxa de moradias sem iluminação no entorno	Taxa de moradias com lixo acumulado no entorno
Comunitárias	35	R\$ 1.501,23	3,9%	0,8%	5,9%	3,5%
Produção para venda e autoconsumo	54	R\$ 778,25	1,9%	2,3%	2,5%	9,0%
Instituições de ensino básico	125	R\$ 796,69	3,1%	1,2%	4,1%	4,6%
Unidades de saúde	72	R\$ 747,22	3,4%	1,6%	3,4%	2,4%
Outros – equipamentos públicos e semipúblicos	54	R\$ 1.243,13	3,1%	1,2%	5,7%	6,7%
Outros – Espaços privados, autônomos e terceiro setor	25	R\$ 1.280,42	5,6%	0,3%	4,5%	2,9%
<i>Não classificados</i>	15	R\$ 493,81	4,8%	4,7%	5,4%	8,7%
Todas as hortas	380	R\$ 910,35	3,3%	1,5%	4,2%	5,2%
Responderam ao questionário	25	R\$ 1.410,63	1,2%	0,2%	0,0%	3,6%
Setores urbanos da RMSP como um todo	-	R\$ 961,33	7,1%	2,7%	8,3%	4,7%

(continuação)	Quantidade	Taxa de analfabetismo entre idosos	Taxa de analfabetismo entre os responsáveis pelos domicílios	Responsáveis mulheres	Razão de Dependência de Jovens	Razão de Dependência de Idosos
Comunitárias	35	4,8%	1,7%	44,0%	0,24	0,16
Produção para venda e autoconsumo	54	12,8%	3,1%	38,8%	0,29	0,11
Instituições de ensino básico	125	10,1%	3,4%	42,4%	0,30	0,12
Unidades de saúde	72	13,7%	4,8%	41,2%	0,29	0,10
Outros – equipamentos públicos e semipúblicos	54	8,9%	3,2%	44,0%	0,29	0,10
Outros – Espaços privados, autônomos e terceiro setor	25	5,5%	1,7%	43,3%	0,26	0,14
<i>Não classificados</i>	15	19,9%	5,0%	43,8%	0,35	0,05
Todas as hortas	380	10,3%	3,4%	42,1%	0,29	0,11
Responderam ao questionário	25	7,4%	2,6%	42,4%	0,24	0,15
Setores urbanos da RMSP como um todo	-	12,4%	4,1%	42,4%	0,31	0,10

Fonte: elaboração própria, com dados do IBGE (2010).

Tendo em vista as principais características das manifestações de agricultura urbana até agora descritas, ensaiou-se uma tipologia das hortas mapeadas em

quatro categorias principais: hortas comunitárias, hortas voltadas para a produção de alimentos, hortas em instituições de ensino e hortas em unidades de saúde. O Gráfico 3 dá uma dimensão da distribuição relativa desses diferentes tipos no território metropolitano, enquanto a Tabela 2 discrimina, segundo a divisão proposta, alguns indicadores selecionados a partir de dados censitários. Esses dados permitem reavaliar, em uma primeira aproximação à heterogeneidade do fenômeno, algumas tendências gerais em relação à localização no território metropolitano:

- As hortas comunitárias se localizam prioritariamente em alguns poucos bairros do município de São Paulo (notadamente em um eixo Noroeste-Sudeste que abrange da Subprefeitura da Lapa à da Vila Mariana), nos setores de maior renda dentre as categorias de hortas, com melhores índices de alfabetização e com uma população relativamente mais velha.
- As hortas voltadas para a produção de alimentos se encontram prioritariamente na Zona Leste do município de São Paulo e no Grande ABC, em setores com renda per capita abaixo das médias da RMSP e do conjunto de todas as hortas. A alta taxa de analfabetismo entre idosos parece reforçar a associação desse tipo de produção com locais habitados por migrantes oriundos de zonas rurais, com baixa escolaridade e mais afetados pelo processo de desindustrialização relativa da metrópole. Por outro lado, a alta taxa de domicílios com lixo acumulado no entorno – dissonante em relação à presença de melhoramentos como calçadas e iluminação nesses mesmos setores – parece ter relação com a própria origem das próprias hortas, substituindo terrenos até então baldios, que eram depósitos de lixo.
- As hortas em equipamentos de saúde e educação têm uma presença bastante dispersa e numerosa no território, alcançando algumas zonas mais periféricas e de população proporcionalmente mais jovem. As UBSs, em especial, se destacam por desempenhar atividades de agricultura urbana nos setores com as piores rendas per capita e as piores taxas de alfabetização. Nos dois casos, porém, as taxas não tão aberrantes em relação aos melhoramentos urbanos e à adequação habitacional demonstram se tratarem de áreas que provavelmente começaram a receber algum tipo de atenção pelo Poder Público em anos mais recentes, o que reforça o papel estruturador desses equipamentos de saúde e educação no território.

Tabela 3 - Objetivos do cultivo versus propriedade dos terrenos nas hortas que responderam ao questionário enviado*

Objetivos do cultivo	Propriedade do terreno					TOTAL
	Público	Estatal	Institucional	Empresarial	Individual ou familiar	
Fortalecer laços comunitários ou a convivência entre vizinhos	7	5	3	1	0	16
Educação não formal ou complementar	3	7	2	1	0	13
Ocupacional, recreativo	3	6	1	1	0	11
Ativismo	5	3	0	1	0	9
Atividades escolares	0	4	2	1	0	7
Consumo pessoal ou familiar	1	1	0	2	0	4
Comercialização e geração de renda	0	1	0	2	0	3
Abastecimento de instituição ou cozinha coletiva	0	0	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria. *O questionário convidava a escolher até três objetivos para a existência da horta.

Tabela 4 - Propriedade do terreno versus tamanho* dos cultivos nas hortas que responderam ao questionário enviado

Propriedade do terreno	Tamanho aproximado do cultivo (menor)	Tamanho aproximado do cultivo (média)	Tamanho aproximado do cultivo (maior)
Empresarial	5	3.721	10.000
Público	10	907	5.000
Estatal	9	515	2.000
Institucional	4	12	20
Geral	4	1.424	10.000

Fonte: elaboração própria. *Em metros quadrados.

Partindo para uma análise possibilitada pela etapa seguinte da pesquisa, com a realização de questionários com algumas iniciativas de agricultura urbana, as Tabelas 3 e 4 corroboram algumas das caracterizações propostas anteriormente. Por exemplo, as iniciativas em terrenos cedidos por empresas aparecem com tamanhos bem maiores de cultivo, e estão associados a iniciativas com viés produtivo (comercialização e autoconsumo). Os cultivos em espaços públicos (praças, parques, etc), por outro lado, têm dimensões um pouco mais restritas, e aparecem especialmente associadas aos objetivos de “fortalecer laços comunitários ou a convivência entre vizinhos” e de “ativismo” característicos do discurso dos “hortelões”. Finalmente, as iniciativas localizadas em equipamentos estatais aparecem associadas às dimensões ocupacional/recreativa e de educação (tanto escolar quanto não formal), o que igualmente corresponde a alguns dos objetivos antes mencionados com relação aos cultivos em escolas e em unidades de saúde.

Tabela 5 - Frequência dos pares mais comuns de objetivos declarados pelas hortas que responderam ao questionário

	Fortalecer laços comunitários ou a convivência entre vizinhos	Ocupacional e recreativo	Educação não formal ou complementar	Ativismo	Consumo pessoal ou familiar	Atividades escolares	Comercialização e geração de renda
Abastecimento de instituição ou cozinha coletiva	1	0	0	0	0	1	0
Comercialização e geração de renda	1	1	1	1	2	0	
Atividades escolares	3	2	2	1	0		
Consumo pessoal ou familiar	3	2	2	1			
Ativismo	7	4	4				
Educação não formal ou complementar	8	7					
Ocupacional, recreativo	9						

Fonte: elaboração própria.

Não obstante, a aparente funcionalidade de uma tipologia assim proposta não deve obliterar os limites de qualquer tentativa de classificação de um fenômeno tão heterogêneo como a agricultura urbana. A Tabela 5, por exemplo, dá uma ideia do modo como os próprios objetivos dos cultivos muitas vezes se misturam para além do que os esquemas classificatórios poderiam prever: o viés terapêutico (ocupacional e recreativo) é comumente visto lado a lado do aspecto comunitário (fortalecimento dos laços e da convivência); os diversos objetivos das hortas não raro aparecem em conjunto com uma visão de educação não formal; as hortas escolares podem ser ver como formas de ativismo; etc.

Como se chegou a observar nos trabalhos de campo, as hortas comunitárias e mesmo aquelas dedicadas à produção para comercialização têm também um papel na circulação de plantas medicinais, acompanhando nesse sentido uma característica que seria marcante das iniciativas promovidas nas unidades de saúde. Estas, por outro lado, não prescindem de uma dimensão de participação comunitária e criação de vínculos, e inclusive se inserem em um circuito de solidariedade entre hortas comunitárias urbanas¹⁰. Da mesma forma, nada impede que as hortas escolares tenham uma contribuição produtiva no abastecimento de suas cozinhas

10 A esse respeito, ver por exemplo a relação entre a Horta Comunitária da Saúde e a Horta do SUS da Vila Mariana, brevemente narrada na seção 5.2.

coletivas, ao mesmo tempo em que as hortas comunitárias podem ser visitadas e utilizadas para fins educativos pelas escolas próximas.

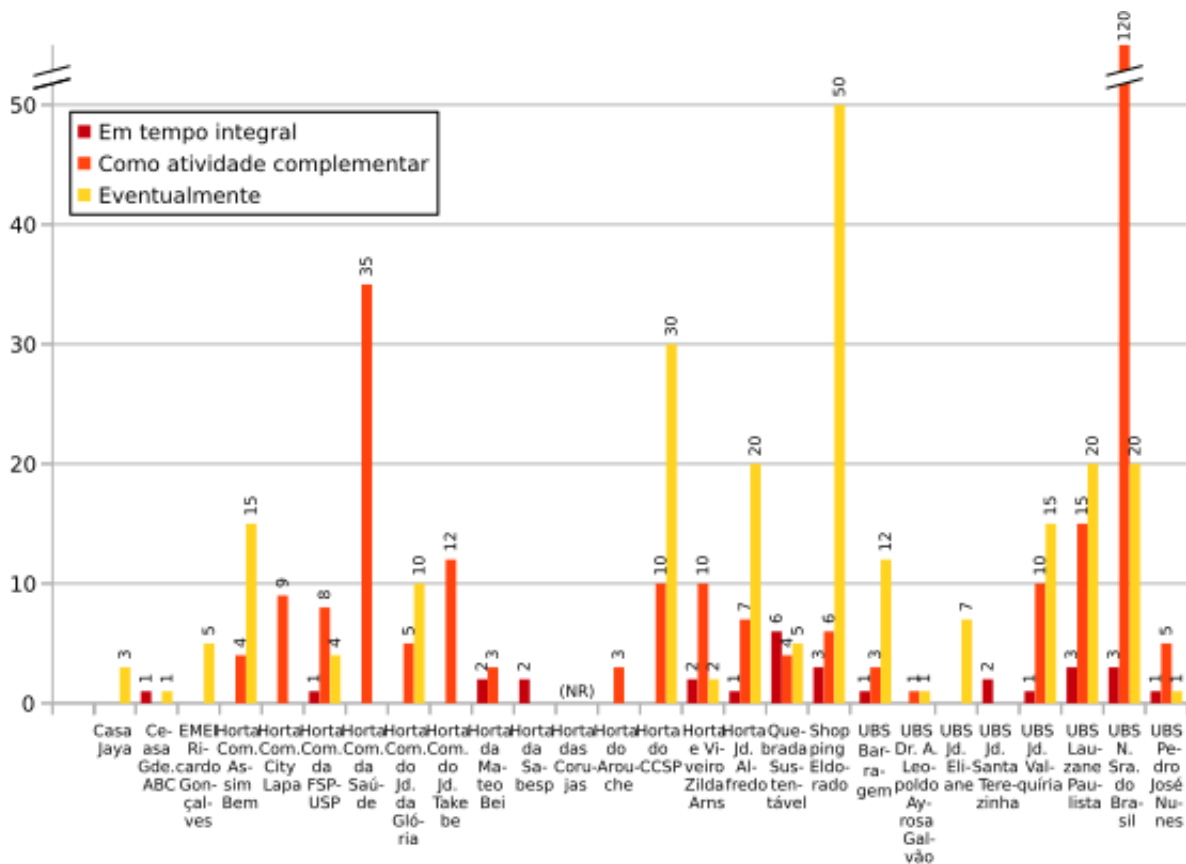
Para além dessas intersecções, há ainda a questão das hortas não classificadas por falta de dados, ou classificadas como “outras”. Neste último caso, separados unicamente segundo a natureza pública ou fechada do local que abriga a iniciativa, estão grupos com imensas diversidades internas. De um lado, as hortas em equipamentos públicos ou semi-públicos abrangem desde hortas-modelo em instituições integrantes dos sistemas de abastecimento e segurança alimentar, até projetos de assistência com caráter quase filantrópico; passando ainda por iniciativas promovidas por centros culturais (inclusive SESCOs) ou por funcionários e usuários de serviços mais específicos. Já os espaços privados incluem de espaços de coletivos anarquistas, centros culturais e artísticos independentes e mesmo grupos religiosos; até pequenos negócios de jardinagem, venda de mudas e realização de cursos, além de um sem-número de ONGs que têm hortas para fins ocupacionais, educacionais ou para abastecimento de cozinhas coletivas.

4.3 CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES/HORTELEÕES

A realização de questionários com algumas iniciativas de agricultura urbana permitiu ter uma noção do universo de pessoas envolvidas com a temática, caracterizando as hortas urbanas enquanto à predominância de idades, gêneros, origens rurais ou urbanas e frequência de colaboração dos participantes. As proporções encontradas não podem de forma alguma ser generalizadas, sendo a amostra restrita e com participações desiguais dos diversos tipos de hortas identificados¹¹. Servem, contudo, para revelar o que *não* pode ser generalizado para o conjunto do fenômeno, bem como para mostrar algumas das configurações dentro desse universo de possibilidades.

11 Pode ser constatada na amostra uma sobre-representação das hortas comunitárias e uma sub-representação das hortas escolares e produtivas. A já mencionada Tabela 2 é útil no sentido de mostrar o quanto esses diferentes pesos influenciaram nas características da amostra como um todo, uma vez que seus indicadores socioeconômicos são bem próximos aos das hortas comunitárias.

Gráfico 4 - Número de participantes envolvidos nas iniciativas de agricultura urbana que responderam ao questionário, por frequência da participação



Fonte: elaboração própria.

Tabela 6 - Gênero e idade dos envolvidos nas iniciativas de agricultura urbana que responderam ao questionário

Em relação ao gênero dos envolvidos	Em relação à idade dos envolvidos			Total
	Todos ou a grande maioria são pessoas em idade ativa	Há tanto aposentados quanto pessoas em idade ativa	Todos ou a grande maioria são aposentados	
Todos ou a grande maioria são homens	3	0	0	3
Há tanto mulheres quanto homens	3	9	1	13
Todas ou a grande maioria são mulheres	5	3	1	9
Total	11	12	2	25

Fonte: elaboração própria.

Tabela 7 - Idade e experiência prévia na agricultura rural dos envolvidos nas iniciativas de agricultura urbana que responderam ao questionário

Em relação à idade dos envolvidos	Em relação à experiência rural prévia			Total
	Todos ou a maioria não tiveram experiência anterior com a agricultura no campo	Há tanto quem já tenha morado e trabalhado no campo como pessoas sem passado rural	Todos ou a grande maioria já moraram em áreas rurais e tiveram experiência anterior na agricultura	
Todos ou a grande maioria são pessoas em idade ativa	9	1	1	11
Há tanto aposentados quanto pessoas em idade ativa	1	9	3	13
Todos ou a grande maioria são aposentados	1	0	1	2
Total	11	10	5	26

Fonte: elaboração própria.

O Gráfico 4 mostra a frequência e o número dos participantes nas hortas. Desde logo, saltam a vista aquelas que conseguem mobilizar várias dezenas de pessoas em tempo parcial ou como atividade complementar – em especial as hortas da UBS Nossa Senhora do Brasil (cento e vinte pessoas) e a da Saúde (trinta e cinco pessoas). Outras conseguem também mobilizar contingentes grandes, em ocasiões especiais: o Telhado Verde do Shopping Eldorado (cinquenta), e a horta do Centro Cultural São Paulo (trinta), por exemplo. Por outro lado, apenas parte das hortas contam com alguém trabalhando em tempo integral: as hortas de viés produtivo da Sabesp e da Mateo Bei, como era de se esperar; mas também em seis das sete UBSs, no telhado do Shopping Eldorado, na horta-modelo do Ceasa Grande ABC, no projeto Quebrada Sustentável e, surpreendentemente, nas hortas comunitárias Zilda Arns, do Jardim Alfredo e da Faculdade de Saúde Pública¹².

O perfil dos envolvidos é bastante heterogêneo, como revelam as Tabelas 6 e 7. Em termos de idade, por exemplo, é significativa existência de iniciativas em que participam tanto jovens como idosos. Por um lado, isso revela um aspecto interessante das hortas como possíveis espaços de trocas intergeracionais de saberes. Por outro, desconstrói a ideia da agricultura urbana como prática realizada predominantemente como atividade complementar por idosos – ao contrário, aliás, responderam o questionário mais iniciativas tocadas majoritariamente por jovens do que aquelas em que há majoritariamente idosos¹³.

¹² É possível que, em alguns desses casos, haja ocorrido confusão ou interpretação incorreta das categorias propostas no questionário.

¹³ Em parte, essa proporção pode refletir o fato de o contato para os questionários haver se dado prioritariamente por via eletrônica (*e-mail* ou redes sociais) – embora isso não invalide o argumento.

O mesmo se pode dizer em relação ao gênero: predominam, mesmo nas hortas de viés produtivo (a da Mateo Bei e a da Sabesp), iniciativas de caráter relativamente paritário em sua composição. Se as entrevistas exploratórias apontavam uma participação significativa de mulheres em idade ativa em hortas de caráter produtivo, não responderam ao questionário senão uma fração minoritária de iniciativas com predominância simultaneamente feminina e jovem – e nenhuma delas tinha entre seus objetivos principais a produção para venda ou autoconsumo.

Finalmente, a visão da agricultura urbana como recriação de uma campesinidade por pessoas – especialmente idosos – de origem rural parece pouco explicativa na amostra de iniciativas caracterizadas. Efetivamente, as iniciativas com predomínio de pessoas com experiência na agricultura rural são minoritárias, sendo três (das cinco) localizadas em unidades de saúde. Por outro lado, chamam a atenção o número de hortas que reúnem principalmente jovens de origem exclusivamente urbana, bem como aquelas em que pessoas sem experiência rural prévia têm a oportunidade de interagir com quem tem passado no campo.

4.4 A AGRICULTURA URBANA E AS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES: APOIOS INSTITUCIONAIS, TROCAS INFORMAIS E DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO

Parte significativa das perguntas realizadas no questionário visava a entender a rede de apoios e relações mantidas pelas iniciativas de agricultura urbana com entidades institucionais e com as vizinhanças. Nesse sentido, a Tabela 8 discrimina as diversas formas de apoio recebidos do Poder Público, de ONGs e empresas. O Gráfico 5, por sua vez, aponta as diferentes formas de interação com os vizinhos.

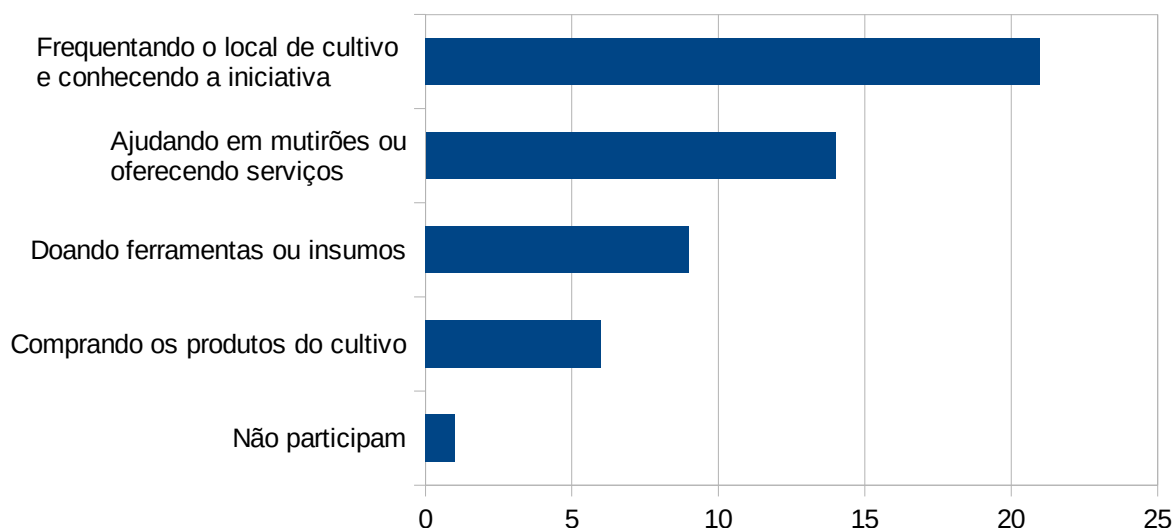
Em relação aos parceiros institucionais, destaca-se o poder público com o maior número de hortas apoiadas (dez), oferecendo em algum grau todas as categorias de auxílio aventadas. As empresas apoiam um número também significativo das iniciativas (nove), mas em questões mais específicas – sobretudo fornecendo terrenos, ferramentas ou insumos. Com um número menor de iniciativas apoiadas (cinco), as ONGs fornecem, no entanto, uma gama um pouco mais ampla de auxílios, destacando-se na parte da assistência técnica.

Tabela 8 - Apoios recebidos pelas iniciativas que responderam ao questionário

	Forma de apoio concedido						
	Com o acesso ou regularização do terreno	Fornecendo ferramentas de trabalho e/ou equipando o local de cultivo	Com assistência técnica e/ou planejamento	Fornecendo insumos como sementes, mudas, composto/fertilizante etc.	Com o processo de certificação orgânica	Com o acesso a crédito ou financiamento	Na comercialização e/ou no transporte dos produtos
Empresas							
Iniciativas de empresas ou só existem graças ao seu apoio							
Cantinho da Vovó (UBS Barragem)		X	X	X			
Telhado Verde Projeto Recicla Mundo Shopping Eldorado		X	X	X	X		
Já receberam algum tipo de apoio de empresas							
Cultivando Saúde (UBS Lauzane Paulista)				X			
Horta comunitária da UBS Jardim Santa Terezinha	X						
Horta Com. do Jardim Takebe	X						
Horta da Mateo Bei		X					
Horta de Plantas Medicinais da UBS Nossa Senhora do Brasil		X					
Horta e Viveiro Zilda Arns				X			
Hortinha Comunitária do Jardim da Glória				X			
ONGs							
Iniciativas de ONGs ou só existem graças ao seu apoio							
Quebrada Sustentável	X	X	X				X
Já receberam algum tipo de apoio de ONGs							
Horta Com. do Jardim Takebe	X		X		X		X
Horta da Mateo Bei		X	X		X		
Horta da SABESP			X				
Horta Jd. Alfredo				X			
Poder Público							
Iniciativas do Poder Público ou só existem graças ao seu apoio							
Cultivando Saúde (UBS Lauzane Paulista)		X					
EMEI Ricardo Gonçalves				X			
Horta Comunitária da Faculdade de Saúde Pública / USP	X	X	X	X	X	X	X
Horta Com. do Jardim Takebe			X	X			
Horta da Mateo Bei	X	X					
Horta Educativa (Ceasa Grande ABC)				X			
Projeto Plantando Cuidado (UBS Jardim Valquíria)		X					
Quebrada Sustentável					X		
Já receberam algum tipo de apoio do Poder Público							
Horta da SABESP		X	X	X	X		X
Horta de Plantas Medicinais da UBS Nossa Senhora do Brasil				X			
Horta do CCSP	X		X				

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 5 - Frequência de diferentes formas de participação dos vizinhos nas iniciativas que responderam ao questionário



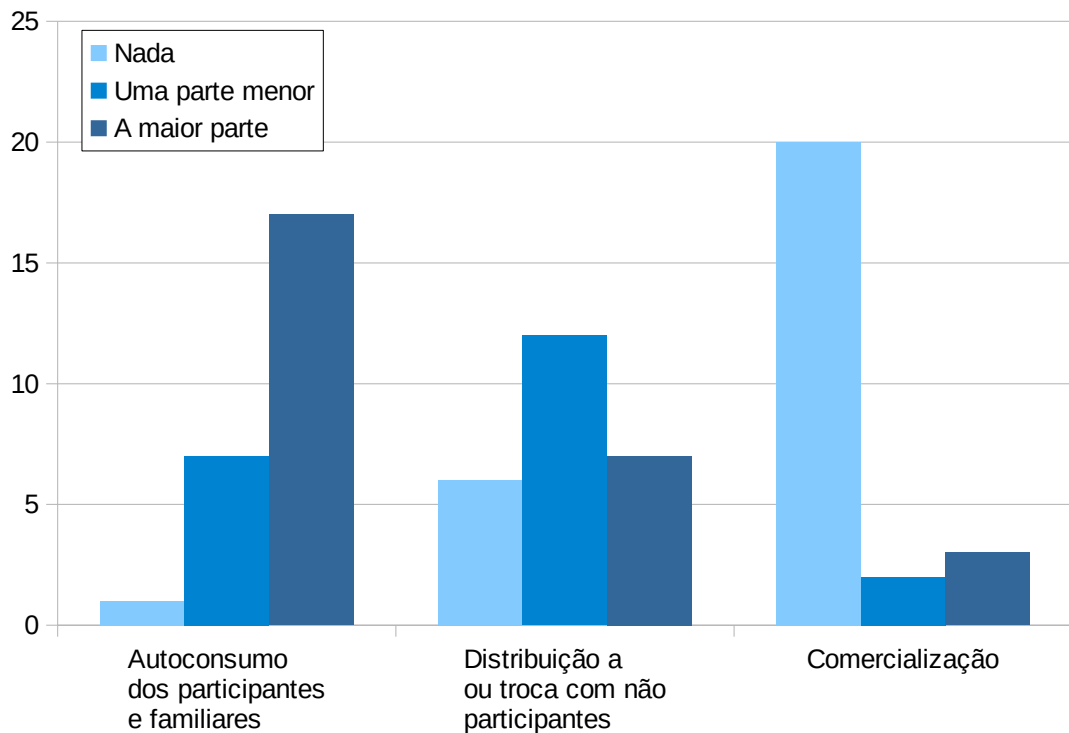
Fonte: elaboração própria.

O Gráfico 5 revela uma importante dimensão de interação das hortas urbanas com a sua vizinhança. De fato, a grande maioria das iniciativas (vinte e uma) afirmam ser frequentadas pelos vizinhos. Mais da metade possui algum tipo de participação ainda mais efetiva, com o envolvimento em mutirões e no manejo dos cultivos. Alguns desses vizinhos contribuem com doações e, em uma menor escala, participando da compra direta dos produtos. Em apenas um caso – o do Shopping Eldorado – afirmou-se não haver nenhum tipo de interação com os vizinhos.

As práticas de distribuição dos produtos da horta também são indicadores interessantes das relações estabelecidas em diferentes escalas pelos atores. O Gráfico 6 mostra uma figura dessas relações que confirma as considerações já levantadas: ao lado do autoconsumo, a distribuição para pessoas de fora aparece na maioria das hortas como destino principal ou secundário da produção – o que parece estar relacionado aos mesmos vínculos de vizinhança que levam os moradores do entorno a visitarem os cultivos. No caso das poucas hortas que destinam sua produção à venda, são citados como canais importantes a comercialização no próprio terreno, a participação em feiras orgânicas e a venda no Instituto Chão¹⁴, indicando igualmente vias de contato direto com os compradores – ainda que em relações de dimensões escalares mais amplas do que o bairro.

14 O Instituto Chão é uma associação sem fins lucrativos e espaço de economia solidária localizado na Vila Madalena, Zona Oeste de São Paulo. Contando com feira, mercearia e café, o espaço comercializa os produtos orgânicos e artesanais ao preço cobrado pelos fornecedores – que muitas vezes são convidados a exporem eles mesmos seus produtos nas bancas. A associação é mantida, portanto, por contribuições voluntárias dos frequentadores. (INSTITUTO CHÃO, s/d.)

Gráfico 6 - Destino da produção nas iniciativas que responderam ao questionário



Fonte: elaboração própria.

4.5 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

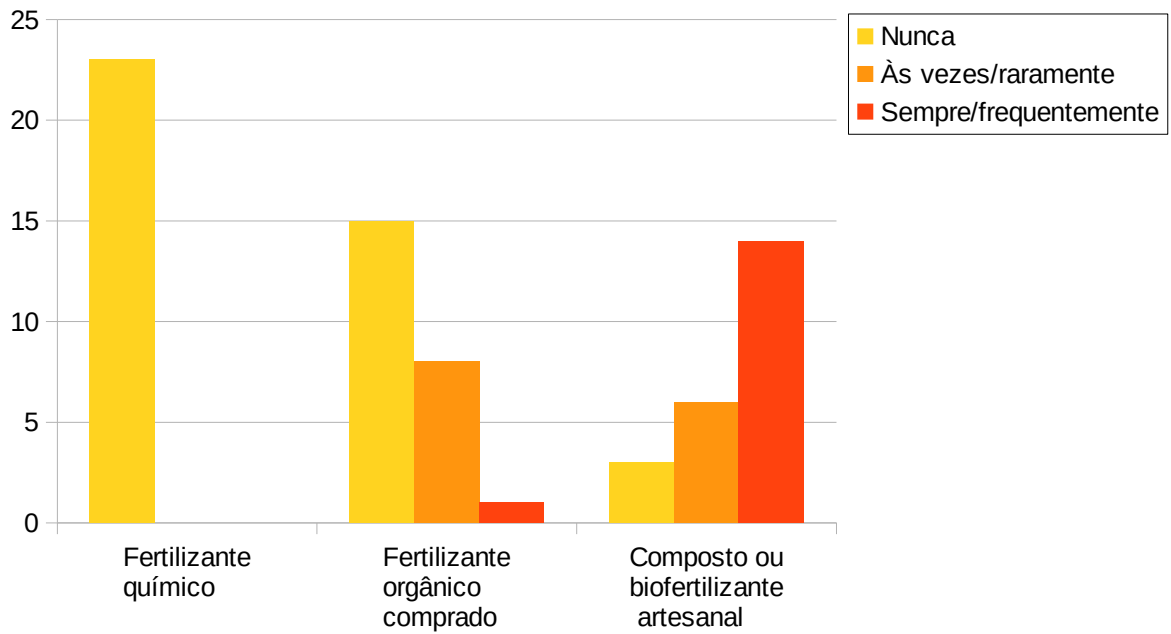
Finalmente, foram aferidas também as práticas agroecológicas presentes nos cultivos. De modo a estimar a diversidade e o potencial de relações ecológicas desses agroecossistemas, foi pedido que se indicassem os cultivos e as criações existentes nas hortas. Os resultados encontram-se na Tabela 9, ao passo que os Gráficos 7 a 9 mostram os resultados para os usos de diferentes técnicas de manutenção da fertilidade do solo, de manejo de “pragas” e de obtenção de sementes.

Tabela 9 - Cultivos praticados nas iniciativas que responderam ao questionário

	Plantas medicinais	Ervas aromáticas e temperos	Hortalças	Plantas Alimentícias Não Convencionais	Frutas	Plantas ornamentais	Mudas	Abelhas	Peixes	Animais de pequeno porte	Total de cultivos
Horta Educativa (UBS Jardim Eliane)	X										1
Hortinha Comunitária Jd. da Glória	X	X									2
Casa Jaya	X	X									2
Horta de Plantas Medicinais da UBS Nossa Senhora do Brasil	X		X								2
EMEI Ricardo Gonçalves	X	X	X								3
(UBS Pedro José Nunes)	X	X	X								3
Horta comunitária da UBS Jardim Santa Terezinha	X	X	X								3
Projeto Plantando Cuidado (UBS Jardim Valquíria)	X	X				X					3
Horta Jd. Alfredo	X	X	X								3
Horta Comunitária do Jardim Takebe	X	X	X	X							4
Horta Comunitária da FSP-USP	X	X	X	X							4
Horta das Corujas	X	X	X	X				X			5
Horta do Arouche	X	X	X	X	X						5
Horta da SABESP	X	X	X	X	X						5
Telhado Verde Shopping Eldorado	X	X	X	X	X						5
Horta da Mateo Bei	X	X	X	X	X						5
Horta Medicinal da UBS Dr. Augusto Leopoldo Ayrosa Galvao	X	X	X		X	X					5
Cultivando Saúde (UBS Lauzane Paulista)	X	X	X		X	X					5
Horta Comunitária City Lapa	X	X		X	X	X		X			6
Horta Comunitária Assim Bem	X	X	X	X	X		X				6
Quebrada Sustentável	X	X	X	X		X	X				6
Horta do CCSP	X	X	X	X			X	X			6
Horta e Viveiro Zilda Arns	X	X	X	X	X	X					6
Cantinho da Vovó (UBS Barragem)	X	X	X	X	X	X	X				7
Horta Comunitária da Saúde	X	X	X	X	X		X	X			7
Horta Educativa (Ceasa Grande ABC)	X	X	X	X	X	X	X		X	X	9

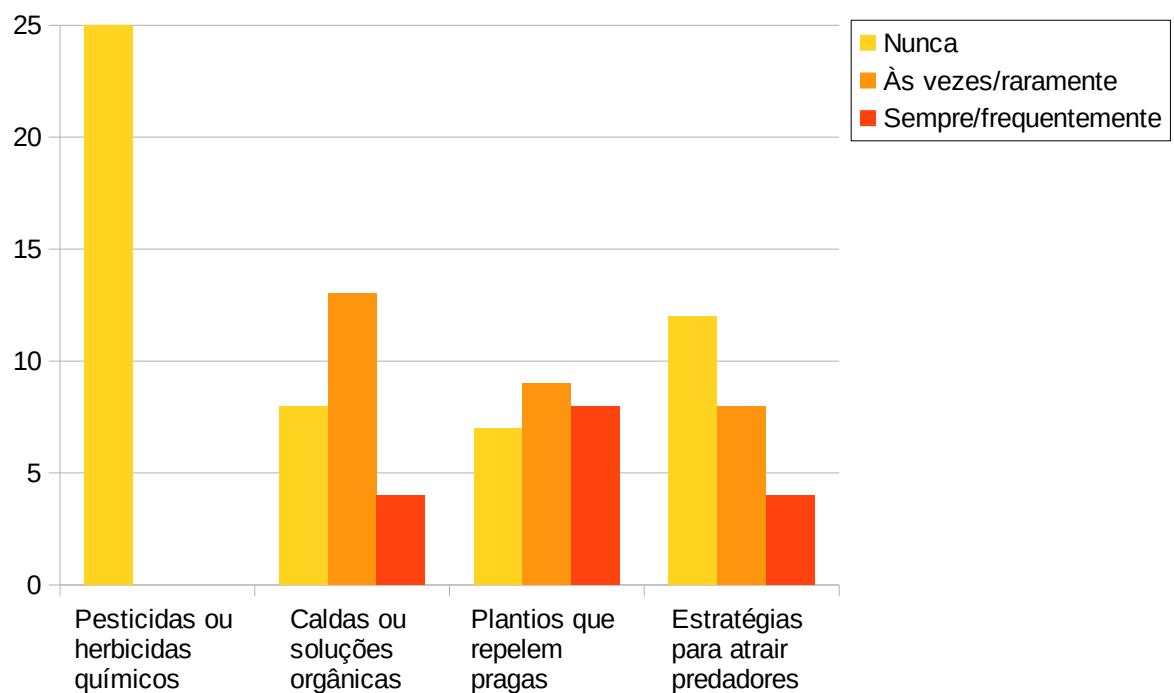
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 7 - Frequência de uso de diversos tipos de fertilizantes nas iniciativas que responderam ao questionário



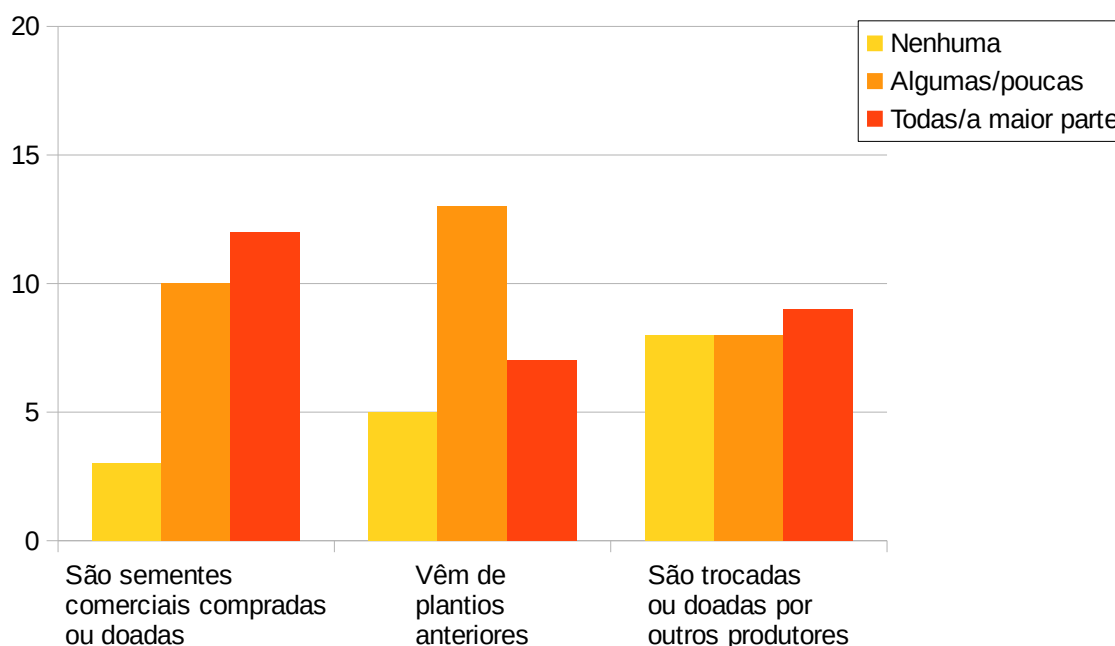
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 8 - Frequência de uso de diferentes técnicas de controle de "pragas" e de plantas competidoras nas iniciativas que responderam ao questionário



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 9 - Uso de sementes de diferentes fontes nas iniciativas que responderam ao questionário



Fonte: elaboração própria.

A respeito dos cultivos, são onipresentes (ou quase) as plantas medicinais, as ervas aromáticas e as hortaliças, mas poucas hortas se restringem apenas a esses três. Desde um ponto de vista agroecológico, chama atenção a presença de Plantas Alimentícias Não Convencionais¹⁵ em dezessete hortas, indicando tanto uma diversificação de espécies quanto um papel na reelaboração de tradições alimentares perdidas. Nota-se, contudo, a dificuldade que há para o consórcio de criações animais na agricultura urbana – embora a presença de caixas de abelhas em várias hortas comunitárias apareça já como fator positivo nesse quesito.

A rejeição aos agroquímicos fica patente nas respostas sobre as técnicas utilizadas na horta: absolutamente nenhuma das iniciativas afirmou utilizar fertilizantes ou pesticidas/herbicidas químicos no cultivo. Mesmo as soluções baseadas em substituições desses insumos – por fertilizantes orgânicos comerciais e por “caldas” anti-pragas, respectivamente – não são tão populares quando se poderia pensar. Com efeito, há uma disseminação bastante impressionante das técnicas mais diretamente inspiradas na agroecologia – sobretudo o aproveitamento de resíduos locais para a compostagem em pequena escala, mas também o plantio de espécies repulsoras de pragas e as estratégias de atração de inimigos naturais.

¹⁵ Espécies nativas ou adventícias com potencial alimentar subaproveitado em uma dada sociedade, sendo muitas vezes tratadas por “daninhas”, “invasoras”, “concorrentes” e “nocivas” (KINUPP, 2007).

Desse modo, a fragilidade do caráter agroecológico da agricultura urbana paulistana parece residir no acesso às sementes. Quase a metade das iniciativas relatou utilizar exclusiva ou quase exclusivamente sementes comerciais para o plantio, e outro bom número depende dessas sementes em algum grau menor. A principal alternativa parece ser a utilização eventual de sementes derivadas dos plantios anteriores, o que poderia reduzir os gastos com a aquisição de sementes e mudas produzidas exteriormente à unidade de produção.

5 ESTUDOS DE CASO EM DUAS HORTAS URBANAS DO NÚCLEO DENSO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

5.1 HORTA DA MATEO BEI

Após realização do questionário de caracterização da horta, por telefone, com a agricultora Sebastiana Helena de Faria, identificou-se que a horta cultivada por ele e mais cinco agricultores na Rua Décio Machado, 50 – São Mateus, São Paulo, poderia ser um espaço interessante para a realização de um dos estudos de caso propostos. Entre as razões que tornavam aquela horta representativa estavam o fato de se encontrar sob uma linha de alta-tensão da AES Eletropaulo, em regime de comodato, como muitas hortas mapeadas na Zona Leste de São Paulo – em relação às quais, apesar do número, se conseguiu pouco contato para realização dos questionários. Além disso, durante a conversa, a Sra. Sebastiana revelou manter vínculos estreitos com a maioria das instituições atuantes na região: o Poder Público (Casa de Agricultura Ecológica e subprefeitura), a ONG Cidades sem Fome, o Instituto Kairós e a Associação de Agricultores da Zona Leste – AAZL (na qual, inclusive, tanto ela quanto o marido haviam exercido cargos executivos).

Marcada a visita por meio de novo contato telefônico, essa foi realizada no dia 14 de novembro de 2016, uma segunda-feira de céu encoberto e pancadas de chuva, emenda de feriado nacional. A chegada à horta ocorreu às 10h50min, sendo o percurso de ônibus até o local aproveitado para observar as transformações nas paisagens urbanas do entorno. O trabalho de campo durou até cerca das 15h30min, período durante o qual foi possível conversar com três dos seis agricultores da horta – a Sra. Sebastiana e seu marido, o Sr. Genival; e o vizinho de canteiro deles, o Sr. Joaquim –, os quais apresentaram seus cultivos e técnicas e responderam algumas perguntas que lhes foram propostas. Outra agricultora, a Sra. Telma, não pôde ser entrevistada em tempo hábil antes de sua saída pela manhã; ao passo que outro casal de agricultores, a Sra. Ivaneide e o Sr. Manoel, não foram à horta naquele dia.

Mapa 11 - Imagem de satélite das redondezas da Horta da Mateo Bei



Fonte: Google Imagens ([2016]).

Tanto a Sra. Sebastiana quanto o Sr. Genival são hoje aposentados, e ambos nasceram no município de Bom Jardim (PE), onde se casaram e de onde partiram para São Paulo há cerca de quarenta e cinco anos. Os dois relataram já haver participado em atividades agrícolas de subsistência – cultivos de feijão, milho e mandioca – com seus respectivos pais, desde seus sete anos de idade. Ao chegar em São Paulo, porém, o Sr. Genival se dedicou principalmente ao emprego industrial, sendo operário em duas fábricas de papel em São Mateus – uma das quais ainda existente no bairro. Também trabalhou autonomamente fazendo frete para um grande supermercado do bairro, enquanto a Sra. Sebastiana trabalhava como copeira, em restaurantes ou, durante alguns períodos de desemprego, como empregada doméstica ou fazendo comida na rua.

A primeira experiência do casal com agricultura urbana foi há cerca de dez anos, montando uma horta no quintal da sua casa no final da Av. Aricanduva, também em São Mateus. Pensada inicialmente para o consumo da própria família, essa horta chegou a gerar excedentes, cuja comercialização o casal relata ter sido difícil: embora se servissem da água da companhia de saneamento, potenciais desconfiavam que a água utilizada para irrigação pudesse ser de um córrego poluído, à beira do qual estava a casa. De qualquer forma, esse cultivo precisou ser abandonado quando a enchente causada pelo rompimento de um reservatório de amortecimento próximo causou a contaminação do terreno.

A essa época, a então funcionária da Subprefeitura de São Mateus que acompanhou o impacto da enchente mobilizou alguns moradores do bairro que tinham pequenas hortas, propondo-lhes iniciar uma produção um pouco mais sistemática em terrenos vazios do entorno. Aproveitando o incentivo do PROAURP do município de São Paulo – até então ainda pouco aplicado –, bem como o apoio político da subprefeitura, essa técnica conseguiu articular as primeiras concessões de terrenos sob linhas de alta-tensão da AES Eletropaulo, em troca de algumas poucas condições¹. Um desses terrenos foi o de um hectare na Rua Décio Machado, onde aquelas mesmas famílias permanecem cultivando nesses últimos oito anos.

Conforme mostra o Mapa 11, esse terreno localiza-se a um quarteirão de distância da Avenida Mateo Bei, cuja paisagem de dominância comercial é típica das grandes avenidas que dão acesso às periferias mais ou menos consolidadas da

¹ Além de manter a ocupação do terreno, os agricultores se comprometem com a AES Eletropaulo a não erguer construções de alvenaria e a não plantarem árvores que possam interferir na fiação. Há relatos dos agricultores de conflitos com a empresa envolvendo essas duas últimas condições.

cidade de São Paulo. Na imediação dessa faixa de comércio popular e maior movimentação de pessoas, automóveis e ônibus, localizam-se serviços de menor vulto (sapateiros, oficinas mecânicas, salões de beleza) etc., até se alcançar uma paisagem predominantemente residencial. Conforme a altura da avenida, esse uso residencial pode ser de maior ou menor renda, inclusive existindo – segundo relato da Sra. Sebastiana – uma favela nas proximidades.

No caso do terreno visitado, o início da ocupação para a horta demandou a limpeza não apenas da vegetação espontânea, como também do lixo ali depositado por vizinhos e até a remoção de uma habitação improvisada que ocupava o local irregularmente. Antes da ocupação efetiva pelos agricultores, consta que o terreno era frequentado para o consumo de narcóticos por pessoas do entorno: diz-se que uma concentração de equipamentos de assistência social na área – Centro de Assistência Psicossocial (CAPS), albergue da prefeitura, iniciativas de reabilitação de natureza religiosa – provoca uma circulação especialmente intensa de desabrigados e de dependentes químicos no entorno. O fato de conferir um uso distinto ao terreno parece ser uma das razões pelas quais a horta é bem-vista pela maioria de seus vizinhos².

Mesmo antes da implantação efetiva da horta, a Sra. Sebastiana relata haver começado a receber já assistência técnica e formação por parte da equipe de extensão agrícola da PMSP. Desde então, e especialmente a partir da atuação do Instituto Kairós via edital patrocinado pelo FEMA para o apoio à agricultura urbana, o casal parece haver desenvolvido com agrônomos que visitam frequentemente seu cultivo, ou em reuniões realizadas rotativamente em outras hortas da região, um sólido conhecimento agroecológico aplicado às suas práticas e materializado em várias soluções adotadas em seus canteiros.

Além da recusa à utilização de agroquímicos, que lhes é inclusive cobrada pelos técnicos da prefeitura, estão entre as técnicas encampadas pela agroecologia e adotadas pela Sra. Sebastiana e pelo Sr. Genival:

² Por outro lado, os agricultores parecem haver estabelecido uma boa relação também com os gestores e usuários do CAPS. Segundo um ex-usuário do serviço, que fora à horta em busca de uma muda para levar ao centro de reabilitação para onde se havia mudado recentemente, eram comuns as visitas organizadas pelo CAPS ao local vizinho. A Sra. Sebastiana confirmou posteriormente esse relato, explicando que os visitantes eram convidados a trabalhar nos canteiros com ajuda e supervisão do Sr. Genival. Este, posteriormente, acabou ajudando com materiais e serviços na implantação de uma horta no próprio CAPS.

I) A rotação de cultivos, evitando plantios consecutivos das mesmas hortaliças em cada canteiro e, em escala bem menor, praticando alguma adubação verde pela introdução eventual do feijão na rotação;

II) A utilização de cobertura morta para proteger a superfície do solo durante os breves períodos de pousio e no início do crescimento das mudas;

III) A presença de mais de cultivo em alguns dos canteiros, em geral consorciando duas espécies de hortaliças cujos ciclos vegetativos se complementem de maneira que uma não sombreie a outra;

IV) O plantio de ervas aromáticas entre e ao redor dos canteiros, como estratégia para repelir alguns herbívoros;

V) A presença proposital de arbustos e melíferas nas margens dos canteiros, de modo a sustentar comunidades de agentes polinizadores, bem como servindo de quebra vento para evitar danos durante ventanias e para controlar a evapotranspiração potencial durante os períodos secos;

VI) O reaproveitamento de resíduos de poda doados pela prefeitura para compostagem, que, junto às cinzas doadas por uma pizzaria vizinha e à cal agrícola e à torta de mamona ou esterco eventualmente comprados no comércio especializados, constituem os únicos fertilizantes utilizados nos cultivos;

VII) A utilização de caldas orgânicas produzidos local e artesanalmente, como último recurso para controle de determinadas pragas;

VIII) O armazenamento – ainda em fase de planejamento – da água da chuva em cisternas, de modo a diminuir a dependência da companhia de saneamento (e os custos monetários decorrentes) para a irrigação.

Percebe-se que a implantação de cada uma dessas estratégias, assimiladas do contato com técnicos e com outros agricultores, não é generalizada no cultivo; obedece, antes, a um princípio de experimentação e observação pelos agricultores. Há, ainda, um diálogo crítico com a experiência pretérita do casal com a agricultura de subsistência no agreste pernambucano – ora no sentido de condenar práticas como a queimada, ora no sentido de valorizar aspectos como o consumo de hortaliças ruderais hoje preteridas ou desconhecidas pelo gosto popular.

Figura 1 - Pilha de resíduos de poda em processo de compostagem na Horta da Mateo Bei.



Fonte: acervo pessoal (14 nov. 2016).

Por outro lado, há naquela produção certos resquícios de um formato de olericultura convencional, a começar pelo próprio cultivo em canteiros lineares, com uma ou (no melhor dos casos) poucas espécies. A dominância de apenas algumas espécies na maior parte dos canteiros cultivados – sobretudo alfaces, bananas e, em menor medida, coentro, salsinha, beterraba, couve, almeirão, brócolis e rúcula – também remete a uma agricultura orgânica por substituição de insumos, mais do que agroecológica em uma acepção mais restrita³. Essa priorização reflete a dependência de sementes e mudas comerciais, com pouca variedade de oferta; e, principalmente, o caráter de complementação de renda que justifica o trabalho em tempo integral do casal na horta, uma vez que as espécies privilegiadas são as que apresentam demanda mais garantida e melhores retornos financeiros.

³ Cf. Assis e Romero (2002: 75). Uma ressalva importante é que talvez haja ali uma diversidade um pouco maior de variedades de certas espécies do que se esperaria em uma olericultura convencional. Nesse sentido, o caso do almeirão é exemplar: muitos clientes que chegam à horta e pedem por almeirão ficam desnorteados pela oferta de três variedades de uma hortaliça da qual desconheciam qualquer diversidade de oferta nas feiras e supermercados convencionais.

Figura 2 - Canteiro cultivado pelo Sr. Genival na Horta da Mateo Bei.



Fonte: acervo pessoal (14 nov. 2016).

Nesse sentido, cumpre ressaltar o papel desempenhado pelo quintal mantido pela Sra. Sebastiana na frente do terreno. Nessa parcela bastante reduzida em relação à área da horta ocupada pelo casal, há uma diversidade botânica que supera facilmente a dos canteiros, com visível repercussão na diversidade faunística. Ali, entre mudas propagadas por estaquia e o que chama de “hortaliças nativas” nascidas espontaneamente, a Sra. Sebastiana mantém uma coleção de ervas aromáticas, medicinais e ruderais que costuma ceder aos vizinhos e a outros agricultores dos linhões próximos. Esse movimento de pessoas procurando por chás, ervas medicinais e mudas parece ser, inclusive, responsável por boa parte da procura pela horta no entorno – e aquela na qual são mais ricas as trocas sobre receitas, nomes populares, formas e indicações de uso da agricultora com seus vizinhos, e destes entre si.

Figura 3 - Quintal de ervas medicinais, aromáticas e ruderais da Sra. Sebastiana, na Horta da Mateo Bei.



Fonte: acervo pessoal (14 nov. 2016).

Figura 4 - Detalhe de parte do cultivo Sr. Joaquim na Horta da Mateo Bei.



Fonte: acervo pessoal (14 nov. 2016).

No meio do caminho entre um quintal como o da Sra. Sebastiana e uma produção propriamente dita estão os cultivos mantidos pelo Sr. Joaquim, adjacentes aos canteiros do Sr. Genival. Com uma fração da área do terreno bem inferior à do casal – uma vez que se dedica apenas em meio período à horta, e conta com a ajuda apenas eventual da esposa –, o Sr. Joaquim se especializou exatamente no cultivo das mesmas ervas aromáticas e medicinais às quais o casal vizinho empresta um caráter mais doméstico. Entre esses cultivos, e não necessariamente organizados em canteiros, pode-se encontrar mastruz, capuchinha, cânfora, marcelinha, peixinho, yacon, malva, boldo, arnica, louro, alecrim, hortelã, alfazema, citronela, taioba, capim santo, erva-de-bicho, berro d'água, confrei, mirra, framboesa, morango, carqueja, novalgina, guaco, romã, bálsamo, poejo e guiné.

Com cinquenta e oito anos de idade e também aposentado, o Sr. Joaquim apresenta uma história de vida bastante diferente dos demais agricultores da horta. Enquanto a Sra. Sebastiana e o Sr. Genival sequer frequentaram a escola até o final do ensino básico, o Sr. Joaquim é formado em contabilidade e trabalhou a maior parte da vida como contador ou consultor em empresas. Paulistano, ele não teve nenhum contato anterior com agricultura, atribuindo seu “gosto por natureza” antes a um interesse pessoal e ao contato com documentários sobre o tema em canais de televisão a cabo.

A oportunidade para que o Sr. Joaquim participasse da fundação da Horta da Mateo Bei veio por intermédio da sua filha, a Sra. Andreia Perez, a qual o pai afirma ter sido responsável pela articulação e fundação da Associação de Agricultores da Zona Leste. Segundo ele, a filha teve o primeiro contato com os agricultores da Zona Leste ao coordenar um projeto social do Hospital Santa Marcelina voltado a incentivar a montagem de hortas domésticas por moradores de favelas. Desde então, ela chegou a iniciar um negócio de entregas de cestas orgânicas, do qual desistiu após uma tentativa malsucedida de abrir uma loja física, e hoje divide seu tempo entre a associação e um trabalho em meio período.

Em razão desse vínculo da filha com a associação, a conversa com o Sr. Joaquim foi mais no sentido de discutir as dificuldades de organização dos agricultores da região. Ele, por exemplo, mostrou-se bastante crítico à capacidade de planejamento dos demais agricultores, tanto no que se refere ao cálculo de custos e formação de preços, quanto em relação à previsão da sazonalidade da demanda. Além disso, afirmou identificar uma incapacidade da maioria dos

associados da AAZL em cumprir acordos e garantir qualidade dos produtos entregues quando a associação tenta fechar vendas de caráter mais fixo para compradores mais distantes⁴.

A posição e as críticas do Sr. Joaquim pareciam revelar certa ambivalência sobre suas próprias motivações para envolver-se com a agricultura urbana. Por um lado, afirmava que a renda dali retirada não fazia uma diferença significativa no seu orçamento familiar – inclusive porque a natureza dos seus cultivos, ainda carentes de formação de público consumidor, bem como a posição mais interiorizada deles em relação ao portão de entrada da horta, lhe conferem grandes desvantagens para a venda direta na propriedade e lhe deixa mais dependente da comercialização nas feiras e acordos da AAZL do que o Sr. Genival e a Sra. Sebastiana. Por outro lado, a tensão entre sua formação e experiência no mundo empresarial e a perspectiva de dedicar-se ao cultivo apenas para fins recreativos, com pouco ou nenhum retorno financeiro, tornava-se patente, por exemplo, ao comentar a ameaça de corte das bananeiras pela AES Eletropaulo: sendo esse um dos cultivos com melhor faturamento, ele punha em dúvida a possibilidade de continuar na horta caso a ameaça fosse levada a termo.

A relação difícil relatada pelo Sr. Joaquim com os consumidores do entorno, pouco inclinados a demandar aquelas espécies relativamente desconhecidas, contrastava com o que era possível observar na pequena venda ao lado do portão, de onde a Sra. Sebastiana passava a maior parte do tempo a atender os clientes. Embora a maioria deles viesse já com um pedido fechado de alguma hortaliça convencional, não era raro que deixassem o local com um maço e um modo de preparo de alguma planta alimentícia não convencional, fornecido por cortesia da Sra. Sebastiana. Nisso, além da posição privilegiada para venda junto ao portão, evidenciava-se uma diferença de abordagem em relação às plantas medicinais e às plantas alimentícias nascidas espontaneamente: enquanto a Sra. Sebastiana as cedia ou não pretendia ver nelas parte substancial do faturamento, o Sr. Joaquim não deixava de nutrir alguma expectativa de retorno por esses cultivos e atribuía a dificuldade de formação de público consumidor à escolaridade e à renda supostamente baixas da maioria dos vizinhos.

Em relação aos problemas da AAZL, porém, as leituras pareciam compartilhadas tanto pelo Sr. Joaquim e quanto pela Sra. Sebastiana, além de

⁴ Especificamente, o Sr. Joaquim mencionou a parceria para venda dos produtos no Instituto Chão.,

corroboradas pela experiência dessa última e do marido à frente da associação. Formada para conferir escala, melhorar a visibilidade, aumentar o peso político, estabelecer parcerias e fomentar a cooperação entre os agricultores da região, ela chegou a contar com mais de cento e cinquenta membros associados, segundo o Sr. Joaquim. Ao final da gestão de três anos do Sr. Genival, o número já havia caído para sessenta e cinco associados, chegando a menos de uma dezena nos anos seguintes. Recentemente, o número de associados voltou a aumentar, totalizando vinte e nove membros (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA ZONA LESTE, s/d.).

O declínio da associação e sua aparente dificuldade em cumprir seus objetivos originais de articular os agricultores da Zona Leste parece se dever tanto aos conflitos pessoais e políticos na governança da instituição, quando à percepção pelos associados de que essa não lhes dava o retorno esperado⁵. Como resultado, frustraram-se as expectativas de que a AAZL pudesse acordar um planejamento centralizado, com a especialização dos cultivos entre os associados, de maneira a assegurar uma oferta garantida e de qualidade para vendas de maior monta e regularidade. Também fracassaram as tentativas de implantar um mudário comum, que livraria os associados do custo e da dependência das mudas comerciais. Mesmo a articulação com o Poder Público parece haver sido prejudicada pela debilidade dessa instância de pressão política: embora a parceria com os técnicos da Casa de Agricultura Ecológica da Zona Leste permaneça estreita, a última gestão municipal diminuiu o apoio na forma do empréstimo de máquinas, bem como cessou o envio de insumos como sementes e equipamentos para as hortas.

Nesse contexto, uma parte do papel organizador e mobilizador que deveria caber à AAZL acabou suprido pelas parcerias com o dito terceiro setor. Além do já mencionado Instituto Kairós, que desempenha importante papel na assistência e formação técnicas, há uma forte presença da ONG Cidades sem Fome na região. Esta, além de providenciar a cessão dos terrenos e a montagem de novas hortas, ajuda os cultivos já existentes na obtenção de equipamento e centralizando parte da compra de mudas, de maneira reduzir o custo do frete dos insumos.

⁵ Em relação a essa crítica, tanto o Sr. Joaquim quanto a Sra. Sebastiana – ambos, ressalte-se, envolvidos de maneira próxima à gestão da instituição – destacavam o baixo valor da taxa de associação: apenas dez reais mensais. Segundo afirmavam, esse valor seria insuficiente para atender às expectativas dos associados em ver sua contribuição e participação revertidas em apoio e insumos para suas hortas.

5.2 HORTA COMUNITÁRIA DA SAÚDE

Com o fim de contrastar a experiência observada na Horta da Mateo Bei, de caráter mais produtivo, com outra de caráter mais comunitário, foi escolhida a Horta Comunitária da Saúde, localizada no bairro homônimo, em uma travessa da Av. Liberdade. Essa escolha se deu pela conveniência dos dias e horários das atividades daquela horta, apesar do período atribulado em que foi realizada essa etapa da pesquisa – em dezembro, há duas semanas do Natal –, mas também porque, entre as hortas comunitárias que ainda não haviam sido objeto de investigações anteriores, ela parecia ser uma das mais inseridas em um circuito maior dos “hortelãos” em São Paulo. De fato, ao longo dos contatos preliminares, nosso anfitrião relatou uma agenda bastante apertada de compromissos em diversas hortas e eventos de plantio de “florestas de bolso”⁶ na cidade.

O trabalho de campo foi realizado no dia 10 de dezembro de 2016, sábado de tempo quente e céu parcialmente nublado, das 9h20min da manhã até aproximadamente às 15h. Esperava já lá o Sr. Sérgio Shigeda, com quem a visita fora combinada e que é o responsável formal, fundador e voluntário mais envolvido com a horta. Durante as primeiras horas, no entanto, foram chegando outros voluntários para o manejo, num total de seis naquela manhã – incluída aí a pequena Corina, que, junto à sua mãe, Débora, vinha pela primeira vez ajudar na horta, onde já haviam estado para a confraternização que ali ocorrera na semana anterior. Outros frequentadores fizeram também rápidas aparições, para pedir algum ramo de erva, buscar terra para outro cultivo, perguntar do funcionamento da horta ou apenas conversar rapidamente com o Sr. Sérgio.

O terreno no qual foi implantada a Horta Comunitária da Saúde possui 420m² e pertence à Subprefeitura da Vila Mariana. Ele está localizado entre o final de uma rua predominantemente residencial e o fundo de uma vila de casas, para o qual tem um portão secundário (fechado) e a cujo processo de loteamento parece dever sua

⁶ Desenvolvida pelo botânico e consultor Ricardo Cardim, “A técnica da ‘Floresta de Bolso®’ consiste basicamente na reprodução fiel da dinâmica natural do processo de recuperação natural da Mata Atlântica em áreas desmatadas ou clareiras florestais, mas não só no que se chama de sucessão ecológica, também principalmente envolvendo a densidade de árvores e arbustos por área e a combinação das espécies. No ambiente urbano ela pode ser implantada em espaços a partir de apenas 15 m², e com técnica adequada, também em superfícies verticais (paredes verdes) e telhados verdes.” (CARDIM, 2016)

permanência enquanto espaço não-construído. Hoje, o espaço é cercado não apenas pelos muros dos lotes lindeiros, mas também por uma grade na fachada principal, ligeiramente recuada em relação à calçada. Apesar disso, muitas pessoas – mais de duzentas e cinquenta, segundo o Sr. Sérgio – possuem a chave do portão, que fica fechado quando não há atividades no local.

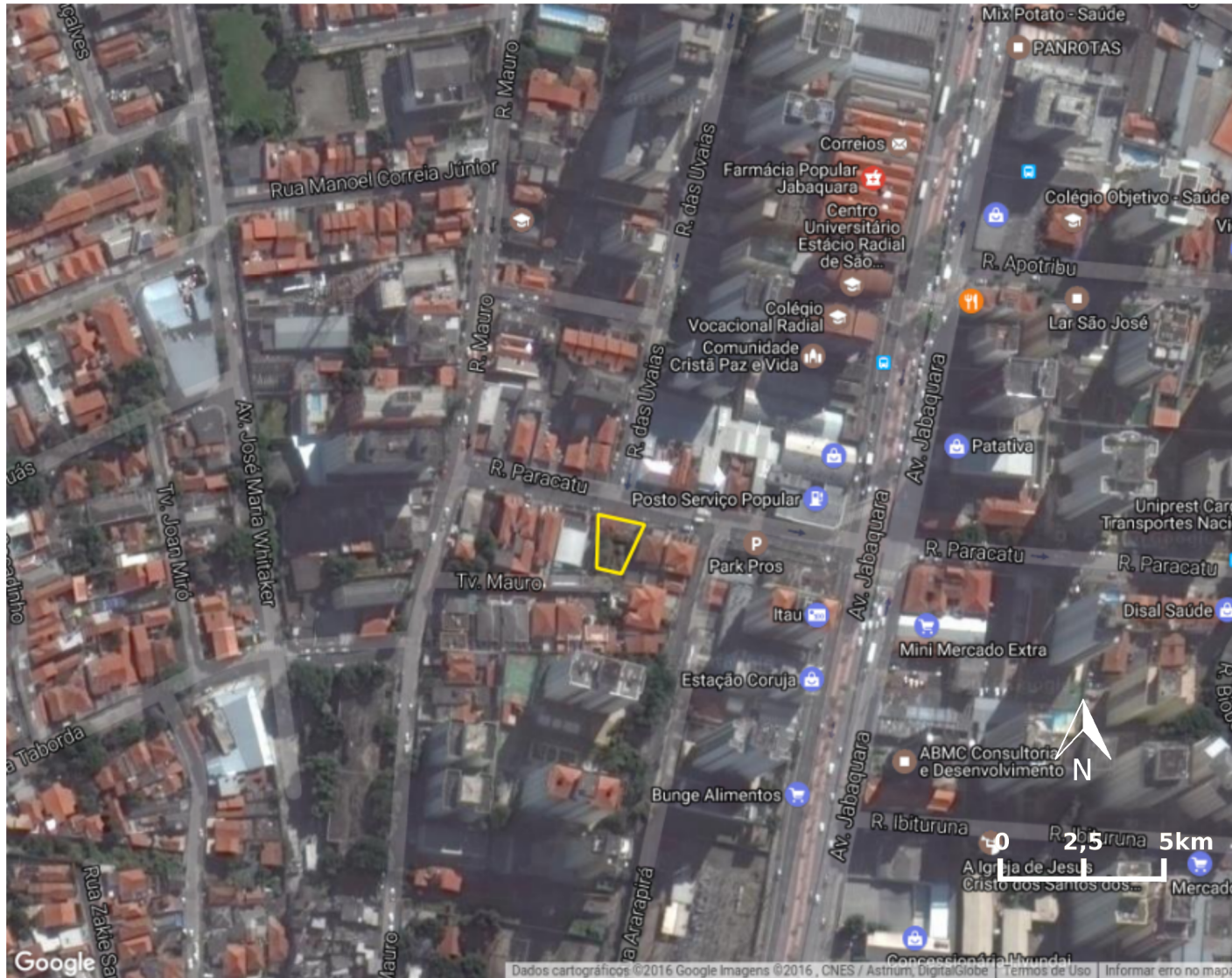
Figura 5 - Portão de entrada da Horta Comunitária da Saúde.



Fonte: acervo pessoal (10 dez. 2016).

A vizinhança na qual está instalada a horta se caracteriza por uma mistura de usos, com diferentes densidades de ocupação. Por exemplo, a movimentada Avenida Liberdade – da qual a horta dista apenas um quarteirão – abriga grandes universidades; altos prédios residenciais com lojas no térreo; edifícios comerciais; mercearias, restaurantes e estabelecimentos diversos, a maioria de pequeno ou médio porte, sem vagas e acessíveis prioritariamente a pé. Nas ruas adjacentes, embora predomine o uso residencial, este abriga casas unifamiliares de um e de dois andares, geminadas ou não, e prédios de apartamentos, além de conviver com usos minoritários– centro religioso, comércio de bairro, supermercado, escolas etc.

Mapa 12 - Imagem de satélite das redondezas da Horta Comunitária da Saúde.



Fonte: Google Imagens ([2016]).

Segundo relatos do anfitrião, vivamente confirmados por uma vizinha, o local onde a horta foi implantada era anteriormente utilizado para o consumo de drogas (era uma “*boca de fumo*”) e já havia sido cenário de estupros. Tendo suas filhas assaltadas ali em frente mais de uma vez, o Sr. Sérgio pensava já em demandar da subprefeitura a limpeza do terreno quando, há três anos, duas alunas do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e moradoras da vizinhança começaram a percorrer o entorno distribuindo panfletos e chamando reuniões para a implantação da horta comunitária.

Mato-grossense de cinquenta e sete anos, bacharel em ciências da computação e consultor em automação bancária, o Sr. Sérgio acorreu ao convite. Por possuir fazenda em Garça (SP), então com trezentos alqueires, criação de gado bovino e produção comercial (e convencional) de maracujá, ele se ofereceu para doar as primeiras sementes e mudas que sabia necessárias à recuperação do solo. Finalmente, ao longo do primeiro ano da horta, ele acabaria por assumir gradualmente a organização e a operacionalização da iniciativa em conjunto com o Sr. Henrique, organizador de uma feira orgânica em um centro de atividades artísticas e espirituais vizinho.

A relação no interior desse grupo de fundadores parece haver sido conflituosa desde a própria concepção do projeto. As duas idealizadoras defendiam, por exemplo, o desenho dos cultivos em formato de mandala⁷, mas não encontravam ressonância para tanto entre os demais interessados. Outro ponto de tensão era a participação dos jovens da Favela do Mauro, localizada nas proximidades: enquanto elas advogavam uma política ativa de incorporação desses jovens, os demais lhe obstavam o temor de que isso repelisse os demais vizinhos. Por fim, como a subprefeitura e a própria pessoa de referência dentro dos projetos sociais na favela desaconselharam qualquer iniciativa desacompanhada de profissionais especializados, acabou prosperando a segunda posição⁸.

7 “O Sistema Mandala é uma forma de produção de alimentos, onde o plantio é feito de forma circular. Neste sistema de produção, a horta é plantada em círculos concêntricos que representam a natureza, onde tudo é arredondado. Os plantios em círculos, diferentes dos desenvolvidos pela agricultura convencional, permitem às plantas se ajudarem mutuamente, trabalhando com conceitos de cortinas quebra ventos, de plantas repelentes a insetos, de plantas melíferas e uma série de segredos que a natureza nos ensina e que também colaboram com a recuperação da biodiversidade e do controle ecológico de insetos pragas assim como de doenças e plantas invasoras.” (MARTINS et al., 2012: 3)

Com efeito, as duas idealizadoras começaram a frequentar pouco as reuniões por elas próprias convocadas, até finalmente se mudarem do bairro. O Sr. Sérgio, por outro lado, passou a constar como responsável formal da horta perante o poder público, por haver sido ele a solicitar à Subprefeitura da Vila Mariana a cessão do terreno. Desde então, tornou-se indubitavelmente a maior referência ali, circulando também em diversas hortas urbanas – afirma haver visitado várias durante o primeiro ano do projeto, inclusive a da Mateo Bei e outras na Zona Leste – e coletivos dedicados ao plantio de “florestas de bolso” nos parques e espaços públicos da cidade. Hoje, ele é conselheiro participativo no Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) da Subprefeitura da Vila Mariana e está ativamente envolvido na formulação e implantação da Agenda 2030⁹ local, além de dialogar diretamente com vereadores e com o subprefeito.

Atualmente, a Horta Comunitária da Saúde conta com cerca de trinta participantes mais fixos, de diversas profissões – embora todos os que foram abordados durante o trabalho de campo tivessem ensino superior completo. Trata-se do grupo que o Sr. Sérgio denomina de “voluntários” ou de “*pontas firmes*”: aqueles que se comprometem com uma escala de regas durante a semana e a cumprem, além de frequentar regularmente a horta durante um mês, pelo menos. Esses voluntários possuem as chaves do portão da horta e participam de um grupo exclusivo em uma rede social eletrônica, no qual são discutidos os problemas que surgem. Há, por outro lado, um grupo aberto à comunidade em outra rede social, que é dedicado sobretudo à divulgação das realizações.

Segundo o Sr. Sérgio, as eventuais decisões relativas ao funcionamento da horta são tomadas por consenso entre esse grupo de voluntários. O fechamento da horta com gradil e portão, por exemplo, foi uma decisão polêmica: a horta, inicialmente protegida apenas por uma cerca baixa para evitar a entrada de cães,

8 Há, segundo o Sr. Sérgio, alguma presença de moradores da favela na horta. São, entretanto, pessoas mais velhas, e ainda assim que parecem ser vistos com desconforto pelos demais frequentadores. O próprio Sr. Sérgio, por exemplo, demonstrava-se contrariado ao relatar que poucas dessas pessoas contribuem no manejo da horta, vindo mais para colher.

9 “A Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, agora chamada Agenda 2030, corresponde a um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Concluídas em agosto de 2015, as negociações da Agenda 2030 culminaram em documento ambicioso que propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, fruto do consenso obtido pelos

começou a sofrer com o furto de equipamentos, levando o Sr. Sérgio a defender o fechamento. Embora cientes da possível perda do caráter comunitário em razão da decisão, o contato com outras experiências de hortas urbanas fortaleceu o entendimento de que, mantida uma política liberal de distribuição de chaves, o cercamento não impediria o trânsito daqueles que realmente estivessem interessados em participar.

Outra questão que apareceu como dificuldade na relação entre os membros do grupo foi o financiamento da horta: os voluntários fixos começaram há algum tempo a serem convidados a doar quinze reais mensais para a manutenção e compra de equipamentos, mas cerca de metade deles não tem contribuído. O Sr. Sérgio, por outro lado, desembolsou sozinho o necessário à compra de caixas d'água para instalação de um sistema de coleta e armazenamento de água da chuva, de modo a evitar que os frequentadores precisassem trazer baldes de água de casa para as regas. Como ele, outros voluntários também doam mais do que a cota sugerida, mas, ainda assim, há a ideia – ainda em discussão – de começar a vender alguns produtos da horta a preços simbólicos para reverter o faturamento na manutenção do espaço.

O poder público, por outro lado, historicamente não dedicou grande apoio à horta. Apenas neste terceiro ano, quando ela começou a ganhar grande visibilidade – inclusive aparecendo em um programa de telerreportagens de repercussão nacional – é que a subprefeitura passou a questionar ativamente como poderia contribuir com o espaço. Foi ela, por exemplo, que doou o gradil instalado na fachada, bem como, aparentemente, a terra virgem de escavações que estava acumulada em um canto do terreno para o uso nos canteiros.

Um aspecto notável na Horta Comunitária da Saúde é a aplicação e a circulação de conceitos relacionados à agroecologia e à agricultura orgânica. Constata-se ali uma grande diversidade de espécies vegetais, com destaque para as nativas, consorciando estratos arbóreo, arbustivo e herbáceo, bem como cultivos perenes e temporários. Muitas dessas espécies são plantadas especificamente por seu caráter melífero, uma vez que há quatro caixas de abelhas de diferentes espécies espalhadas pela horta¹⁰. Existe, por fim, grande preocupação em se manter uma proteção do solo por serrapilheira, de modo que a retirada e retalhamento de delegados dos Estados-membros da ONU. Os ODS são o cerne da Agenda 2030 e sua implementação ocorrerá no período 2016-2030.” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016)

matéria verde para cobrir os canteiros consiste em um dos principais cuidados recorrentes na horta, além da rega.

Figura 6 - Visão geral da Horta Comunitária da Saúde.



Fonte: acervo pessoal (10 dez. 2016).

Há, entretanto, uma parte das práticas que podem ser melhor descritas como orgânicas por substituição de insumos, mais do que propriamente agroecológicas: admite-se o uso de fosfato natural e de calcário comprados, bem como a aplicação recorrente de caldas bordalesa e sulfocálcica para controle de fitopatógenos. Ainda assim, e embora o Sr. Sérgio não hesite em recomendar receitas de caldas orgânicas para o controle de pragas aos que lhe perguntem, prefere-se ali outras estratégias de manejo mais ecológicas: o plantio de espécies repulsoras de herbívoros e nematoides nas beiras dos canteiros; a manutenção de populações de inimigos naturais, mesmo que isso signifique a não eliminação total das espécies indesejadas; e até a retirada manual de certas pragas, como os pulgões.

10 Além do interesse em viabilizar a polinização de cultivos de interesse da horta, o Sr. Sérgio cita expressamente a tendência mundial de redução nas populações de abelhas como razão da manutenção das caixas de abelha no local. Nesse sentido, ele define os hortelões da Saúde como “guardadores de abelhas”, e demonstra conhecimentos nada triviais sobre os processos de polinização e de como cada variedade de abelha (e mesmo de outros agentes polinizadores) se relaciona com diferentes espécies vegetais.

Com efeito, a horta é sede de oficinas e encontros relativamente frequentes, que parecem ser responsáveis pela circulação desses saberes agroecológicos. O Sr. Sérgio chega a citar nomeadamente oficinas sobre abelhas (captura e manutenção dos enxames), sobre Microrganismos Eficientes (EM)¹¹ e de Plantas Alimentícias Não-Convencionais. Em todos esses casos, as oficinas são ministradas por integrantes de ONGs ou projetos dedicados aos assuntos ou por pessoas de notório saber, aos quais tem-se acesso graças à inserção dos principais voluntários da horta em uma rede de contatos envolvidos com a temática do “verde” na Região Metropolitana de São Paulo.

Essa rede de contatos e parcerias implica uma notável movimentação entre projetos e iniciativas na cidade. Na tarde do trabalho de campo, por exemplo, o Sr. Sérgio recebeu e apresentou a horta a uma turma da ONG Ecos do Vitória, fundada na Zona Norte e com atuação em projetos socioambientais em diversos bairros do município. Além do acolhimento de interessados é igualmente responsável por esse intenso trânsito observado o envolvimento de muitos participantes da horta nas iniciativas de plantio de “florestas de bolso”: no dia seguinte ao do campo, muitos voluntários participariam do plantio de árvores em calçadas com o bidecenário projeto MudaMooca, na Zona Leste; e, no final de semana seguinte, plantariam uma “floresta de bolso” no Parque Cândido Portinari, na Zona Oeste.

Há, inclusive, uma certa solidariedade entre hortas urbanas, na medida em que o Sr. Sérgio afirma já haver contribuído com outros voluntários na implantação de cerca de quinze iniciativas do tipo. No período atual, por exemplo, eles estão cedendo sementes, mudas e trabalho para a criação da “Horta Comunitária do SUS da Vila Mariana”, com foco em plantas medicinais e ligada a um projeto-piloto de medicinas alternativas em uma unidade básica de saúde do bairro homônimo. Ao mesmo tempo, há articulações com outros espaços além de hortas, em uma escala municipal: a hípica do Parque da Água Branca, por exemplo, passou a ceder a cama de feno utilizada para fertilização dos canteiros, após ser ativamente procurada para tanto pelos voluntários da Saúde.

11 “O EM é formado pela comunidade de microrganismos encontrados naturalmente em solos férteis e em plantas, que coexistem quando em meio líquido. Quatro grupos de microrganismos compõem o EM: Leveduras[...],]Actinomicetos[...],]Bactérias produtoras de ácido láctico[...]] e]Bactérias fotossintéticas[...]]. Os microrganismos eficientes decompõem a matéria orgânica de modo equilibrado, com pouco gasto de energia/de tempo, mantêm a estabilidade do sistema, sustentam a vida, colaboram na construção do solo vivo e saudável. [...]” (BONFIM et al., 2011: 11-13)

Em uma outra ponta, a circulação de saberes agroecológicos entre os frequentadores também é digna de nota. Durante o trabalho de campo, foi possível conhecer voluntários como a Sra. Angela Correa, botânica e palinóloga já familiarizada com o conceito de agroecologia e que ali chegara a partir de uma busca ativa na *internet*. Os jovens Marcos Issao e Ayumi Kverko, por sua vez, haviam se tornado amigos recentemente a partir do trabalho na horta e tinham ambos algum laço com os movimentos de plantio de árvores na cidade – ele como integrante do MudaMooca, ela como filha de um integrante de um grupo de senhores que fazia o mesmo no Ipiranga há mais de dez anos –, mas não eram propriamente envolvidos com a agroecologia. Em todo caso, mesmo quando era a sociabilidade ou o aspecto recreativo/ocupacional e até terapêutico que os havia feito começar a frequentar a horta, todos acabavam inevitavelmente compartilhando conhecimentos sobre o manejo agroecológico – quer conversando entre si, quer escutando o vasto repertório do Sr. Sérgio.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES À LUZ DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

6.1 AS HORTAS URBANAS COMO ESPAÇOS ONDE FLORESCE A URBANIDADE

As questões norteadoras aqui propostas impunham pensar a urbanidade como aspecto potencialmente distintivo da agricultura desenvolvida no interior de uma mancha urbana densa como a da metrópole paulistana. Entretanto, as conclusões mais imediatas a retirar dos resultados obtidos apontam para o outro lado dessa relação: que se pensem as hortas urbanas como aspecto potencializador de uma urbanidade *a posteriori* no entorno de onde são instaladas.

Embora não haja como quantificar a urbanidade, os dados censitários recolhidos sobre o entorno dos domicílios pode servir como primeira aproximação para se considerar a existência ou as condições de surgimento de uma vida urbana pulsante. Nesses termos, os indicadores sistematizados para as hortas urbanas mapeadas e apresentados na seção 4 apontam consistentemente para uma conclusão: podem surgir hortas mesmo em ambientes onde o acúmulo de lixo nos logradouros ou uma presença um pouco maior de logradouros sem iluminação pública e sem calçadas denunciam ambientes cuja própria infraestrutura (ou a falta dela) dificulta o florescimento da urbanidade.

Sistematizados a partir dos questionários enviados às iniciativas mapeadas, os dados apresentados na Tabela 10, a seguir, confirmam esse entendimento. Hortas comunitárias como a da City Lapa e a do Jardim Alfredo podem aparecer mesmo em vizinhanças onde há pouca diversidade prévia de pontos de encontro (apenas praças e parques, respectivamente). Por outro lado, se as praças, as igrejas e os bares/botecos despontam como os centros de convivência mais comuns nas vizinhanças das hortas, há também aquelas que se instalam em locais onde a presença de bibliotecas, centros culturais ou comunitários, SESC's, cafés e lanchonetes, e galerias e centros comerciais abertos indicam um ambiente de vida urbana bastante ativa. Esse é o caso inclusive de hortas mais periféricas, como as da Quebrada Sustentável, da Zilda Arns, e de algumas UBSs.

Tabela 10 - Pontos de encontro existentes no entorno das iniciativas que responderam ao questionário

	Bares ou botecos	Biblioteca ou centro cultural	Cafés ou lanchonetes	Ceasa	Centro comunitário ou SESC	Galerias ou centros comerciais abertos	Igrejas	Pancadão	Parques	Praças	Quadras ou campos	Shopping center
Cantinho da Vovó (UBS Barragem)	X						X				X	
Casa Jaya	X	X	X			X	X					
Cultivando Saúde (UBS Lauzane Paulista)							X			X	X	
EMEI Ricardo Gonçalves	X	X				X				X		
Horta Comunitária Assim Bem	X									X	X	X
Horta Comunitária City Lapa										X		
Horta Comunitária da FSP-USP	X		X									
Horta Comunitária da UBS Jardim Santa Terezinha		X										X
Horta Comunitária do Jd. Takebe							X	X		X	X	
Horta da SABESP					X		X			X		X
Horta das Corujas										X		
Horta de Plantas Medicinais da UBS Nossa Senhora do Brasil	X		X			X	X			X		X
Horta do Arouche	X									X		
Horta do CCSP	X	X	X				X		X			X
Horta e Viveiro Zilda Arns	X	X	X			X	X		X	X	X	
Ceasa Grande ABC				X								
Horta Educativa (UBS Jd. Eliane)												
Horta Jd. Alfredo									X			
Horta Medicinal da UBS Dr. Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão										X		
Horta Comunitária do Jd. da Glória	X						X					
Plantando Cuidado(UBS Jd. Valquíria)	X		X									
Quebrada Sustentável	X				X		X		X	X	X	
Shopping Eldorado					X				X	X		X
UBS Pedro José Nunes	X					X	X			X		

Fonte: elaboração própria.

Seja, portanto, em ambientes cuja densidade e diversidade já haviam repercutido no estabelecimento de uma urbanidade *a posteriori*, seja ali onde a falta de melhoramentos urbanos ou a escassez de locais de encontro embaraçavam as oportunidades de contatos, as hortas urbanas parecem introduzir um novo elemento incentivador da vida urbana. É significativo, nesse sentido, que ambas as hortas visitadas, apesar de localizadas em contextos socioespaciais bastante diferentes entre si, tenham se instalado em terrenos em que outrora eram despejados entulho e que eram utilizados para o consumo de drogas ou a prática de crimes. Talvez como uma própria reação do urbano, no sentido que Jacobs (op.cit: 75, 131 et seq.) propõe sobre a mobilização de redes de vizinhos para uma autogestão dos problemas locais comuns, esses locais antes abandonados e perigosos acabaram transformados em epicentros do florescimento de uma urbanidade a partir do desenvolvimento de atividades de agricultura urbana.

Para que não se tome como um exagero a constatação desse forte caráter catalisador de urbanidade, cabe recorrer aos exemplos encontrados nos trabalhos de campo. No caso da Horta Comunitária da Saúde, foi ilustrativo o fato de terem sido encontrados ali, em plena Zona Sul de São Paulo, um arquiteto morador da Mooca e uma professora de biologia moradora de São Caetano do Sul, que se tornaram amigos na horta e que já começavam a combinar outras atividades juntos. Esse caráter propiciador de encontros improváveis, entre pessoas de contextos bastante distintos, que dá um caráter verdadeiramente *urbano* a essas hortas. Isso se comprova nos resultados da pesquisa por questionários, porquanto mostrem que em muitas dessas hortas circulam pessoas de gêneros e idades variados, com diferentes históricos em relação à experiência no campo (ou à falta dela), e que têm ali um lugar de interação.

O mesmo pode ser afirmado, de outro ponto de vista, sobre as hortas de viés produtivo como a da Mateo Bei. Neste caso, a diversidade aparece na reunião de produtores com diferentes contextos socioeconômicos e histórias pessoais – desde o contador paulistano “apaixonado por natureza” até o casal de filhos de agricultores do agreste pernambucano. Trocas de conhecimentos e experiências acontecem também com os agricultores das hortas vizinhas e mesmo com os clientes que vão à propriedade ou às feiras comprar os produtos dos cultivos. Até os usuários dos equipamentos públicos do entorno podem interagir com as hortas – tal como atesta o envolvimento de usuários do CAPS na Horta da Mateo Bei.

6.2 PRÁTICAS E IDEIAS AGROECOLÓGICAS E A QUALIDADE DAS INTERAÇÕES NAS HORTAS URBANAS: O QUE A AGROECOLOGIA TEM A GANHAR COM A AGRICULTURA URBANA

O aspecto de urbanidade identificado nas iniciativas de agricultura urbana estudadas traz consigo implicações para a interpretação desses locais como centros de disseminação de técnicas e discursos agroecológicos no coração do maior mercado consumidor nacional. Pelo menos para a amostra consultada, os resultados dos envios de questionários deixam pouco espaço para dúvidas: as hortas urbanas paulistanas recusam o pacote tecnológico da Revolução Verde, rejeitando fortemente o uso de agroquímicos e utilizando com frequência no manejo soluções de viés agroecológico.

É certo que as características mesmas das hortas urbanas diferem muito das que foram associadas à expansão da Revolução Verde – isto é, grandes propriedades mecanizadas, voltadas para a exportação de grãos e com intensiva aplicação de capital/financiamento (em geral, subsidiado pelo Estado). Não obstante, o prolongamento da dependência de insumos químicos à horticultura comercial dos “cinturões verdes” das grandes metrópoles, bem como, ao contrário, a inexistência dessa dependência mesmo nas hortas urbanas dedicadas à produção comercial solicitam uma explicação mais completa dessa diferença.

Nesse sentido, parecem ser fundamentais tanto a orientação resolutamente agroecológica da assistência técnica prestada por ONGs e pelo Poder Público, como a própria dimensão de autoconsumo ou doação a pessoas próximas que têm a maioria das hortas urbanas. A agricultura urbana não é uma atividade da qual a maioria dos participantes dependa para sua sobrevivência, e mesmo aqueles que auferem renda com ela têm ali apenas uma em um rol relativamente grande de possíveis ocupações alternativas. Desse modo, é compreensível que a preocupação com a qualidade do alimento dali retirado, a segurança dos insumos utilizados no trabalho de manejo e a possibilidade de comercialização nos nichos mais restritos da alimentação orgânica ganhem peso em detrimento dos rendimentos totais que supostamente poderiam ser obtidos com a aplicação de técnicas convencionais.

Uma consequência dessa característica é serem as hortas urbanas locais especialmente sensíveis a difusão de ideias agroecológicas. Essas parecem chegar

tanto por meio da assistência técnica especializada, quanto por iniciativa dos próprios participantes que já tiveram algum contato com a questão e que passaram a buscar ativamente soluções baratas e seguras para o manejo dos agroecossistemas cultivados. Novamente, o aspecto da maioria dessas hortas enquanto iniciativas com baixa aplicação de capital parecem explicar a predominância de técnicas agroecológicas (pouco dependentes de insumos externos) em relação mesmo às (caras) alternativas baseadas na substituição dos agroquímicos por insumos orgânicos.

Importa, nesse contexto, que as práticas e argumentos introduzidos de uma forma ou de outra nas hortas urbanas ganhem ali uma dinâmica própria de retransmissão entre os participantes fixos e eventuais. Na Horta Comunitária da Saúde, por exemplo, mesmo os mais recém-chegados estão o tempo todo a ouvir e a aprender com os ensinamentos e as explicações do Sr. Sérgio ou de outros dos já bastante experientes “plantadores de florestas” que passaram a frequentar o local. Há, inclusive, no caso da Saúde – e possivelmente em outras hortas não visitadas –, um esforço ativo de difusão da agroecologia, com a realização de oficinas abertas que convidam pessoas de referência para falar de diversas questões ligadas à temática.

O objetivo central deste trabalho era descobrir em que medida o caráter urbano da agricultura na cidade de São Paulo poderia ser estratégico à agroecologia em seu esforço de preservar aspectos de um mundo comum ameaçados pelo alastramento da Revolução Verde e pela crise da alimentação a ela associada. Vista por essa dimensão, a agricultura urbana da RMSP apresenta algumas limitações e várias contribuições. Do lado das limitações, estão a dificuldade de integração lavoura-pecuária e a inexpressividade de uma circulação de germoplasma “crioulo”/autóctone entre os agricultores, esta última possivelmente devido à inexistência (ou à destruição) de uma tradição agrícola local. Do lado das contribuições, destacam-se a postura incisiva em relação à proteção das abelhas (inclusive as endêmicas), o resgate de cultivos de espécies nativas (especialmente frutíferas) e, principalmente, a recuperação do uso de diversas hortaliças e plantas ruderais que haviam se tornado “plantas alimentícias não convencionais” a partir da disseminação de uma horticultura comercial com uma variedade de espécies cada vez menor e mais padronizada.

Uma vez mais, a ida a campo fornece exemplos didáticos para o argumento. Na Horta da Mateo Bei, o cliente que vinha para comprar uma verdura encontrada também nos supermercados não apenas era apresentado a uma quantidade desconcertante de variedades do alimento buscado, mas também acabava muitas vezes levando de graça um maço de alguma planta alimentícia não convencional desconhecida ou apenas provada em uma infância já muito distante. Ao mesmo tempo, havia ali ao lado o Sr. Joaquim, cujo cultivo se concentrava nessas espécies e que insistia em um trabalho de formação de mercado consumidor, levando sempre ervas e hortaliças pouco conhecidas para as feiras de que participava.

O mesmo pode ser dito, aliás, do papel das hortas no resgate do uso de plantas medicinais. De fato, o presente trabalho apresentou em suas justificativas uma concepção de autonomia com relação cultivo do próprio alimento, olvidando-se da autonomia na produção dos próprios remédios – algo que a caracterização das iniciativas e os trabalhos de campo revelaram ser absolutamente centrais na agricultura urbana. Nesse sentido, são significativos tanto a expressividade numérica das hortas do PAVS – das quais muitas voltadas especificamente à produção de ervas medicinais – quanto a onipresença desses cultivos entre as iniciativas que responderam aos questionários. Nas hortas visitadas, inclusive, foi possível notar que as espécies medicinais são algumas das mais procuradas pelos vizinhos, e que entre estes e os agricultores é comum circularem receitas e recomendações de remédios para os mais diversos males.

6.3 UM CIRCUITO DE AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA NA CIDADE DE SÃO PAULO?

Chamaram atenção durante as entrevistas exploratórias e os trabalhos de campo alguns elementos indicativos da possível formação de um circuito de agricultura urbana no município e – embora de maneira ainda mais vaga – na Região Metropolitana de São Paulo. Hoje, o que é possível identificar efetivamente são alguns circuitos com certo significativo de integração interna: os produtores da Zona Leste, o Programa de Ambientes Verdes e Saudáveis, os “hortelões urbanos” das hortas comunitárias etc. Porém, alguns integrantes desses circuitos frequentam

os demais em ocasiões específicas, e há elos – a Prefeitura Municipal de São Paulo, ONGs, espaços como o Instituto Chão, acadêmicos interessados no tema, entre outros – que parecem conectar esses circuitos em uma rede mais ampla e heterogênea de interesses, experiências e saberes.

Tomando como exemplo a horta visitada na Zona Leste, estava claro ali que a AAZL, apesar de suas fragilidades, desempenhava um papel agregador em relação aos agricultores dessa parte da metrópole (chegando, inclusive, ao município de Suzano). Também as ONGs fecham ali um circuito baseado na redistribuição de mudas centralizada pela Cidades sem Fome e nas visitas rotativas entre as hortas durante as atividades de formação técnica proporcionadas pelo Instituto Kairós. Em termos práticos, trata-se de um (sub)circuito que se materializa nas feiras – do Parque do Carmo, do CERET e, mais recentemente, da Mooca e da Anália Franco – e nas reuniões de associação ou de formação técnica, estando ainda em processo de constituição um sistema participativo de certificação orgânica.

As hortas comunitárias também parecem se inserir em um circuito próprio, alimentado por práticas de solidariedade entre elas – notadamente a doação de sementes e mudas e a participação em mutirões para instalar novas hortas. Os responsáveis por oficinas ou por investigações acadêmicas em temas correlatos também parecem circular entre iniciativas de diversas partes da cidade, constituindo outro elo da rede. Finalmente, o ativismo de alguns participantes os coloca em contato em fóruns de discussão com o Poder Público e com outras entidades da sociedade civil organizada, estabelecendo canais de contato que são igualmente reforçados pela participação de alguns “hortelões” em outros movimentos dedicados ao meio ambiente urbano – como é o caso dos “plantadores de florestas” na Horta Comunitária da Saúde.

No entanto, como já se mencionou, há elementos que indicam uma incipiente integração desses (sub)circuitos entre si e com outros que constituem a agricultura urbana paulistana. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo e o Instituto Kairós têm um papel importante nesse quesito, ao trabalharem tanto com os agricultores da AAZL quanto com os produtores periurbanos da Cooperapas, na Zona Sul. O mesmo pode ser dito de canais de compras que recorrem a ambos os grupos (notadamente o Instituto Chão) e das iniciativas acadêmicas que tecem conexões entre eles. Com efeito, quando entrevistada, a Sra. Sebastiana afirmou ter sido durante um encontro do qual

participou na Faculdade Getúlio Vargas que teve a primeira oportunidade de conversar com agricultores da Zona Sul e compartilhar com eles experiências e desafios.

A interação do movimento de “hortelões” com esses agricultores é mais incerta. É verdade que o Sr. Sérgio, da Horta Comunitária da Saúde, afirmou haver percorrido várias hortas sob linhões na Zona Leste, mas esse parece antes um caso isolado, motivado por uma iniciativa pessoal. Há, porém, conexões importantes entre essas hortas e as do PAVS, que trazem outro elemento de complexidade às redes de interações existentes. Ademais, em termos de expressão geográfica, a presença de pessoas de municípios vizinhos nas hortas e nos movimentos de plantio de árvores no espaço urbano, aliado ao contato bastante visceral entre estes últimos e algumas iniciativas de agricultura urbana, contribuem para dar um caráter propriamente metropolitano aos circuitos existentes.

Nesse contexto, os encontros e fóruns que reúnem agricultores e “hortelões” parecem fundamentais para tecer as conexões ainda em aberto, de modo a consolidar um movimento paulistano de agricultura urbana agroecológica. Rostichelli (op. cit.: 131-132) menciona uma iniciativa interessante, de caráter intermunicipal, na figura do Congresso Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana realizado em Guarulhos no ano de 2012. Recentemente, foi regulamentado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS (SÃO PAULO, 2016) em São Paulo, o que, ainda que em âmbito restrito à capital e sem participação direta dos agricultores, parece ter potencial de funcionar eventualmente como um fórum permanente de debates e de reivindicações dos diversos movimentos ligados à agricultura urbana.

6.4 AS TENSÕES NAS RELAÇÕES MEDIADAS PELA AGRICULTURA EM CONTEXTOS DE URBANIDADE

Uma ressalva importante às considerações sobre as interações entre urbanidade, agricultura urbana e agroecologia reside na permanência de tensões sociais que não brotam dessa relação, mas que têm ali uma de suas muitas manifestações. Efetivamente, embora celebrada aqui por sua característica de

propiciar o surgimento do novo a partir de contatos de outra forma improváveis, a urbanidade não deve ser vista como panaceia para os problemas e os conflitos existentes na sociedade. Antes, na verdade, a urbanidade põe a nu as tensões que as diversas formas de segregação tratam de invisibilizar, promovendo o contato entre o diferente e possibilitando que de aí surjam tanto novas formas de relações quanto reiteraões de antigos preconceitos e violências.

Ao se propor essa ressalva, se está pensando especificamente nas várias manifestações de clivagens de classe notadas durante os trabalhos de campo realizados. Curiosamente, essas clivagens aparecem em ambas as hortas: na da Mateo Bei, na forma da relação algo conflituosa entre o Sr. Joaquim e seus vizinhos de cultivo ou parceiros na AAZL; e na da Saúde, a partir da polêmica integração de moradores da Favela Mauro nas atividades do local.

No caso da Horta da Mateo Bei, as críticas do Sr. Joaquim aos vizinhos e aos parceiros de cultivo e de associação justificavam-se em sua fala pela escolaridade supostamente baixa daqueles. Além de um viés classista mal escondido, esse argumento mostra o quanto, permanecendo as tensões sociais subjacentes, mesmo o discurso pretensamente libertador da agroecologia pode ser usado para reiterar preconceitos. Com efeito, ao basear sua produção na diversidade de plantas medicinais e não convencionais, ele via com maus olhos a ênfase dos vizinhos em hortaliças, cujo retorno financeiro é mais seguro e compensador. Ignorava, com isso, o quintal da Sra. Sebastiana como espaço também de uma variedade de plantas alimentícias não convencionais e de ervas medicinais brotadas espontaneamente ou intencionalmente propagadas, bem como o relevante papel dela na circulação daquelas espécies e das suas formas de uso – chegando, inclusive, a cedê-las gratuitamente na maior parte das vezes em que eram demandadas.

Ao mesmo tempo, o receio surgido nas origens da Horta Comunitária da Saúde com relação à proposta de estimular o uso da horta por jovens de uma favela vizinha demonstra em que medida o caráter “comunitário” tão celebrado no movimento hortelão pode depender da manutenção de padrões de segregação socioespacial. Embora com bons argumentos à época para recusar a inclusão na forma como essa estava sendo proposta, o próprio medo de que a presença daqueles jovens pudesse afastar os demais interessados revela limites no grau e no teor das diferenças consideradas aceitáveis pelos envolvidos em iniciativas que, a princípio, deveriam pôr em contato pessoas com as origens as mais diversas possíveis.

Por um lado, está claro que o localismo presente no discurso dessas hortas comunitárias é pouco mais do que retórico, negada a todo momento pela realidade da circulação de pessoas nesses locais – vide a presença de moradores da Mooca e de São Caetano do Sul na horta da Saúde, ou a articulação dos participantes daquela para realizar plantios de árvores em parques ou em bairros distantes. Ainda assim, a questão do fechamento da horta com grades e a observação de que apenas iniciativas como a Horta das Corujas (na Vila Madalena) conseguem insistir em seu caráter aberto, por estarem em contextos espaciais “privilegiados” revelam em que medida a coesão dessas hortas comunitárias parece depender da manutenção de um afastamento em relação às classes mais pobres – ou da sua incorporação controlada por projetos de viés filantrópico.

Essas tensões mostram que o fortalecimento dos vínculos comunitários, que as respostas aos questionários revelaram ser objetivo tão presente na autoimagem das hortas, é sempre um processo de difícil construção do que cabe “dentro” e do que deve permanecer “fora” dessas comunidades. O risco sempre presente é a deterioração do comunitário em *privatopia*, nos termos que indica Harvey:

The darker side of this communitarianism remains unstated. The spirit of community has long been held as an antidote to threats of social disorder, class war and revolutionary violence [...]. Well-founded communities often exclude, define themselves against others, erect all sorts of keep-out signs (if not tangible walls) [...]. Community has often been a barrier to, rather than a facilitator of, social change. (HARVEY, 2000: 170)¹

Uma abordagem baseada na urbanidade – e, de modo mais geral, na concepção de espaço como dimensão da abertura para relações sempre em construção – tem limitações para compreender os conflitos assim colocados. Ao enfatizar a dimensão do novo que pode surgir das interações aleatórias e inesperadas, se está de certo modo deixando em segundo plano o fato de que, ao lado do novo que pode surgir, há também muito de reiteração de formas consagradas de dominação e de assimetrias. Nesse sentido, o principal que a urbanidade pode oferecer, enquanto instrumento interpretativo e enquanto fenômeno caracterizador dos ambientes densos e diversos, é a emergência dos conflitos e a

1 “O lado obscuro desse comunitarismo permanece sem não declarado. O espírito de comunidade há muito vem sendo considerado um antídoto contra as ameaças de desordem social, de guerra de classes e de violência revolucionária [...]. Comunidades bem fundadas frequentemente excluem, definem a si mesmas contra os outros, erigem toda sorte de sinais para manter os demais afastados (quando não muros tangíveis) [...]. A comunidade tem sido frequentemente uma barreira à, mais do que uma facilitadora da, mudança social.”

negação da compartimentação absoluta entre as diferentes pessoas e grupos sociais – o que efetivamente é atestado pelo surgimento das tensões nas duas hortas visitadas, a despeito de que seus contextos espaciais pudessem dar impressão de uma maior homogeneidade socioeconômica em cada uma delas.

6.5 LIMITES DO ESFORÇO DE PESQUISA E INDICAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Além dos limites impostos pelas próprias ênfases do repertório conceitual e teórico proposto, o presente projeto naturalmente apresentou também limitações de ordem técnica/instrumental, temática e de tempo de execução. A consideração dessas limitações é importante tanto para que se relativizem os resultados e as conclusões encontradas, quanto para indicar possíveis caminhos para trabalhos futuros.

Em relação aos procedimentos de investigação utilizados, pode-se argumentar que a caracterização de um fenômeno social complexo por meio de questionários fechados é sempre problemática. No caso desta pesquisa em específico, o atestam a baixa taxa de resposta aos formulários enviados, bem como o caráter tendencioso da amostra obtida em relação aos pesos dos diferentes atores e tipos de iniciativas existentes no universo da agricultura urbana paulistana. Porém, mesmo no conjunto daqueles que responderam aos questionários, podem ser notadas prováveis inconsistências decorrentes das diferentes interpretações do teor das perguntas ou até pela variação das experiências e visões individuais sobre iniciativas que costumam envolver um grande número de pessoas².

Nesse sentido, sentiu-se que futuros trabalhos a respeito poderiam obter bons frutos de uma ênfase em técnicas de pesquisa-ação ou mesmo de perspectivas etnográficas, que permitissem ter um contato mais prolongado com os atores envolvidos e entender de que maneiras as interações ali obtidas podem dar margem

² Um caso particularmente ilustrativo a esse respeito foi a “Hortinha Comunitária da Glória”: havendo o contato com a iniciativa sido feito por meio de seu grupo de articulação em uma rede social, o formulário acabou respondido por dois voluntários separadamente. Os dois registros resultantes diferiam significativamente em algumas respostas, sendo necessário decidir por excluir um deles – aquele que parecia ter dados mais exagerados ou fornecidos por alguém com uma experiência mais recente no local.

ao surgimento de ideias ou práticas novas e subversivas. Ao mesmo tempo, seriam necessárias também pesquisas de natureza comparativa que contrastassem experiências agroecológicas em contextos de urbanidade e em contextos de ruralidade – uma vez que se adotou, em relação a estes últimos, uma série de pressupostos que os diferenciariam da agricultura urbana, mas que possivelmente não correspondam à realidade do meio rural em todos os tempos e lugares.

A respeito do tempo dedicado à pesquisa, o caráter restrito do cronograma – apenas um ano, entre elaboração do projeto e sua execução – implicou restrições de igual monta no escopo e na qualidade dos procedimentos possíveis de serem realizados. As limitações nesse quesito apareceram desde o mapeamento das hortas, no qual foram relegados municípios inteiros (em especial Osasco) em razão do calendário apertado; até a restrição dos trabalhos de campo a apenas dois, ao invés dos três inicialmente propostos. Um cronograma mais folgado teria permitido enriquecer o trabalho com outras contribuições, inclusive dedicando mais tempo à concepção e à sistematização das entrevistas com atores importantes dos circuitos identificados – e que poderiam então ser utilizadas mais do que com o caráter exploratório que elas tiveram aqui.

Um ponto que vale ser explicitado é a possibilidade, como um tempo maior de pesquisa, de dedicar maior esforço às correlações espaciais entre as localizações das hortas urbanas e os diversos dados caracterizadores do território. De fato, a exploração de algumas relações com os resultados do universo do Censo Demográfico de 2010 não havia sido prevista no projeto inicial, sendo possibilitada apenas porque o número de iniciativas mapeadas superou em muito a quantidade inicial prevista. Um melhor aproveitamento da riqueza de dados gerados por um mapeamento assim extenso poderia passar por cruzamentos com outras fontes de informações sobre o território (resultados da amostra do Censo, pesquisa de origem-destino, dados da RAIS etc.). Ainda assim, a adequada interpretação das correlações geradas passaria igualmente pela necessidade de reelaboração mais detida e detalhada de uma tipologia das iniciativas encontradas – por mais limitadas que sejam sempre as tipologias.

Finalmente, em relação às temáticas de pesquisa, uma imensidade de tópicos se abrem a quem se proponha a dar continuidade na investigação da agricultura urbana paulistana e de suas relações com a urbanidade. Em primeiro lugar, o recorte espacial proposto demonstrou-se demasiadamente restrito, obrigando a

configuração dos circuitos metropolitanos incipientes que não se desconsidere o papel dos agricultores periurbanos – em especial os da Cooperapas, atuantes ao sul do município de São Paulo. Também outros pontos dessas redes seriam importantes de serem explorados, no que se refere à circulação de ideias e práticas agroecológicas: as feiras orgânicas, os pontos de comercialização como o Instituto Chão, as associações de agricultores, o novo Conselho de Desenvolvimento Rural de São Paulo...

Em outra direção, a relevância inesperada das hortas escolares e do PAVS encoraja a seguir a trilha já aberta por outros estudos, no sentido de explorar as relações possíveis entre a agricultura urbana e a educação básica; ou entre aquela e a promoção da saúde. Também do ponto de vista da geografia física há temas interessantes a serem investigados, quer de um ponto de vista biogeográfico (as hortas como refúgios da avifauna, como guardião de abelhas e como locais de concentração de árvores nativas), quer da antropopedologia (os solos das hortas urbanas como tipo bastante particular de solo urbano) ou mesmo da climatologia urbana (seu papel na temperatura da superfície).

Sendo assim, há ainda bastante o que se investigar no que tange às práticas agrícolas de tendência agroecológica em ambientes urbanos. Os resultados até aqui demonstrados parecem indicar ser esta relação potencialmente estratégica para a superação da crise trazida pelo modelo agroalimentar hegemônico em um mundo crescentemente urbano. Ao fim e ao cabo, trata-se de saber – parafraseando uma máxima corrente no movimento agroecológico, sobre a importância do feminismo em suas fileiras –, em que medida se pode dizer que *não há agroecologia sem agricultura urbana*, ou, ainda melhor, em que medida *não há agroecologia sem a urbanidade da agricultura*.

FONTES

Fontes de dados espaciais, mapas, figuras e tabelas

EMPLASA. Macrometrópole Paulista: leituras do território. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO DO ARCO TIETÊ. São Paulo: PMSP, 2013. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/arco-tiete/Emplasa-1-Seminario-ArcoTiete-20130404.pdf>. Acesso em 22 dez. 2016.

GOOGLE IMAGENS. [2016]. CNES/Astrium, Digital globe.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Áreas urbanizadas do Brasil – 2005. (Brasília): IBGE, 2005, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia_urbana/areas_urbanizadas/default.shtm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

_____. Censo Demográfico de 2010: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011/2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: FAO, MDS, REDE, IPES, 2007. Disponível em: <www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/panorama%20AUP.pdf>. Acesso em 22 dez. 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (São Paulo). Geosampa. (São Paulo): PMSP, Prodam, s/d. Disponível em <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acesso em 22 dez. 2016.

_____. Histórico demográfico do município de São Paulo. (São Paulo): PMSP, s/d. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Fontes documentais do mapeamento de iniciativas de agricultura urbana

AGRICULTURA urbana já produziu 25 mil pés de alimentos em Mauá. Folha Ribeirão Pires, 09 jun. 2011. Disponível em: <<https://archive.is/KleSc>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

ALBARDÍA, M. S. Esperança entre ruas sem asfalto. El País Brasil, Planeta Futura, 20 mai. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/20/politica/1463695237_618908.html>. Acesso em: 27 dez. 2016.

ALFAPRESS. São Caetano terá a primeira horta orgânica em um curso de Gastronomia. Maxpress, 24 set. 2014. Disponível em: <http://www.maxpress.com.br/Conteudo/1,704794,Sao_Caetano_tera_a_primeira_horta_organica_em_um_curso_de_Gastronomia,704794,8.htm>. Acesso em: 27 dez. 2016.

BASÍLIO, A. L. Em São Paulo, escolas municipais do Butantã ganham espaço para pensar conduta sustentável. Centro de Referência em Educação Integral, 27 fev. 2015. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/escolas-municipais-butanta-ganham-espaco-para-pensar-conduta-sustentavel/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

BENEFÍCIOS das hortas comunitárias vão além da alimentação saudável. ABCD maior, 31 out. 2013. Disponível em: <<http://www.abcdmaior.com.br/materias/cidades/beneficios-das-hortas-comunitarias-vao-alem-da-alimentacao-saudavel/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

CASA LATINA. Roça do roçado. 14 set. 2015. Disponível em: <<https://blogcasalatina.wordpress.com/2015/09/14/roca-do-rocado/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

CHAVES, R. Prefeitura lança mapa colaborativo para o desenvolvimento rural sustentável em São Paulo. [Comentário]. 23 jun. 2016. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-mapa-colaborativo-para-o-desenvolvimento-rural-sustentavel-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

CIDADES SEM FOME. Facebook, 06 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cidadessemfome/>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

COLÉGIO ANGLO MORUMBI. Horta. Disponível em: <<http://colegioanglomorumbi.com.br/site2016/portfolio/instalacoes/horta/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO DE SANTO ANDRÉ. Prefeitura de Santo André. Craisa. Disponível em: <<http://www.craisa.com.br/conheca/conhecaa-craisa.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

DEPARTAMENTO DE EMPREENDEDORISMO, TRABALHO E RENDA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo. Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo. Número da solicitação 33819.2016. In: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. [HOMOLOGAÇÃO]Resposta à sua solicitação – Acesso à Informação [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <bernardo.baron@usp.br> em 14 jul. 2016.

DUARTE, F. Horta comunitária proporciona bem-estar, diz voluntária. Diadema Portal, 16 jun. 2015. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ABI2nyP-O0EJ:www.diademaportal.com.br/cidade/horta-comunitaria-proporciona-bem-estar-diz-voluntaria/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

FAVIER, F. Você sabe o que põe no seu prato?. Fernanda Favier – Deputada Estadual 43066, 29 ago. 2010. Disponível em: <<https://fernandafavier.wordpress.com/2010/08/29/voce-sabe-o-que-poe-no-seu-prato/>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Horta educativa. São Paulo. Disponível em: <<http://www.fundosocial.sp.gov.br/portal.php/programas-projetos-horta-educativa>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

GABANYI, S. Re: Mapeamento de iniciativas de agroecologia na RMSP [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <bc.bernardo@hotmail.com> em 07 mar. 2016. MUDA-SP.

GALVEZ, C. A vida no bairro da tríplice fronteira. Diário do Grande ABC, 10 out. 2011. Disponível em: <[http://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(lyqoawn4ovyt1shidab12vct\)\)/Noticia/240435/a-vida-no-bairro-da-triplice-fronteira](http://www.dgabc.com.br/(X(1)S(lyqoawn4ovyt1shidab12vct))/Noticia/240435/a-vida-no-bairro-da-triplice-fronteira)>. Acesso em: 27 dez. 2016.

HORTA DI GUETO. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/hortadi-gueto/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

HORTA 2 IRMÃOS. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Horta-2-irm%C3%A3os-168117530283105/>>. Acesso em 29 dez. 2016.

HORTA BOA VENTURA. Facebook, 31 jul. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/Horta-Boaventura-536601936431726/photos/?tab=album&album_id=1045295555562359>. Acesso em: 29 dez. 2016.

HORTA ORGÂNICA VERA – Orgânicos SCS. Made in Forest, 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.madeinfores.com/?empresa/home/tip/produto/oid/4765/cv/>>. Acesso em 29 dez. 2016.

HORTAS DA BRASILÂNDIA. Google My Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1y7SGKXYU9yZivAo6K-Mmjb-nCM4&hl=pt_BR>. Acesso em: 27 dez. 2016.

HORTAS DA ZONA LESTE. Google My Maps. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1YDgluhija1QwJ1u7iJ2hW0m8KaA&ll=-23.55146470384155%2C-46.50480359853526&z=11>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

HORTAS URBANAS ganham força nos bairros. Repórter Diário, 09 mar. 2014. Disponível em <<http://www.reporterdiario.com.br/noticia/435904/hortas-urbanas-ganham-forca-nos-bairro/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

ILHÉU, T. Horta comunitária da UBS é inaugurada. Notícias do Jardim São Remo, n. 7, nov. 2016. Disponível em: <<http://www.saoremo.jornall.com.br/noticia.php?n=134>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

INSTITUTO KAIRÓS. Orgânicos no Prato. Google My Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1sDjSmqOvshSUjVhaggCOA39Y2Ps&hl=en_US&ll=-23.661355848570622%2C-46.71712552523178&z=9>. Acesso em 29 dez. 2016.

_____. Relatório de identificação e caracterização de iniciativas focadas de agricultura urbana e periurbana na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: FAO, MDS, Rede, Ipes, 2007. In: BADUE, A. F. Re: Documentos de base para relatório sobre AUP/MDS [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <bc.bernardo@hotmail.com> em 16 mai. 2016.

URBANA E PERIURBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

MAIS EDUCAÇÃO SÃO PAULO. Boas Práticas: Projeto Horta. YouTube, 13 set. 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/BfYkh4so4zE>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

MÃOS à horta. Jornal do Campus, 10 out. 2015. Disponível em: <<http://www.jornal-docampus.usp.br/index.php/2015/10/maos-a-horta/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

NASCIMENTO, R. Diadema ganha Horta Comunitária Gema. Abc do abc, 19 nov 2013. Disponível em: <<http://www.abcdoabc.com.br/diadema/noticia/diadema-ganha-horta-comunitaria-gema-16139>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. Diadema implanta projeto Cultivando Canteiros do Saber. Abc do abc, 18 nov. 2013, Disponível em: <<http://www.abcdoabc.com.br/diadema/noticia/diadema-implanta-projeto-cultivando-canteiros-saber-16099>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

OLIVEIRA, V. de. Casal transforma terreno em horta no Jd.Cristiane, em Santo André. Diário do Grande ABC, 11 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/1483747/casal-transforma-terreno-em-horta-no-jd-cristiane-em-santo-andre>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

PEREIRA, V. Em SP, hortas se formam sob fiações. Folha de São Paulo, Mercado, 02 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1541982-em-sp-hortas-se-formam-sob-fiacoes.shtml>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

PERMACULTURA DI PERIFERIA. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/permaculturadiperiferia/photos/a.1627003787558220.1073741833.1626193477639251/1797239300534667/?type=3&theater>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

PIRAÍNO, J. Hortas de Diadema já produzem renda. Abc do abc, 09 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.abcdoabc.com.br/diadema/noticia/hortas-diadema-ja-produzem-renda-16581>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ. Prefeitura de Mauá inaugura Centro Público de Economia Solidária. 15 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Not.aspx?NoticialD=4030>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RIBEIRO, S. M. Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da Promoção da Saúde: a experiência do Projeto Colhendo Sustentabilidade - Embu das Artes – SP. Dissertação de mestrado em Serviços de Saúde Pública – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-03072013-114502/pt-br.php>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

RODRIGUES, G. Moradores do Jardim Flamingo tem Horta Comunitária em parceria com a Sabesp. Gazeta da Zona Norte, n.2.558, 27 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=123&s=135&ma=729&c=0&m=0>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

ROSTICHELLI, M. Entre a terra e o asfalto: a Região Metropolitana de São Paulo no contexto da agricultura urbana. Dissertação de mestrado em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24042014-120105/publico/2013_MicheleRostichelli_VCorr.pdf>. Acesso em:

SABESP. Hortas comunitárias estimulam aproximação com a comunidade e hábitos saudáveis. 07 mai. 2015. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaold=65&id=6542>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. Prefeitura Municipal de São Paulo. Protocolo 018686. Portal da Transparência, 25 out. 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Protocolo 018525. Portal da Transparência, 03 out. 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Protocolo 015207. Portal da Transparência, 01 abr. 2016. Disponível em: <<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/aceso-a-informacao/Paginas/Pedidos-Respondidos.aspx>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR. Prefeitura de Diadema. Solicitação de Acesso à Informação Número: 201600000167. Diadema, 03 nov. 2016. In: PREFEI-

TURA DE DIADEMA. Lei de Acesso à Informação: Hortas urbanas [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <bc.bernardo@hotmail.com> em 03 nov. 2016.

SHOPPING ELDORADO. Projeto de compostagem do Shopping Eldorado – Telhado Verde. Disponível em: <<http://www.shoppingeldorado.com.br/card/telhado-verde>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

TEMP, H. D. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <leticiamachado.geo@gmail.com> em 23 ago. 2016.

TRANSPETRO. Protocolo 99909000905201699. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, 19 out. 2016.

UNI HORTA. Facebook, 08 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/unihorta/photos/a.804661809675116.1073741828.804140893060541/811276329013664/?type=3&theater>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

VEJA OS contatos de quem participou do programa 'Voltando às raízes'. Globo Reporter, 29 jul. 2016. Disponível em: <<http://glo.bo/2akPnEI>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

WIKIVERSIDADE. Portal: Agricultura Urbana. Última edição em nov. 2016. Disponível em: <https://pt.wikiversity.org/wiki/Portal:Agricultura_Urbana>. Acesso em: 17 dez. 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, R. C. Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. Prefácio Rabah Benakouche. São Paulo: Polis, CNPq, 1986. 156 p.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Tradução Rosa L. Peralta, Eli Lino de Jesus e Patrícia Vaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. 400 p.

ANDRADA E SILVA, R. de. São Paulo nos tempos coloniais. In: AZEVEDO, A. de [org.]. A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Cartografia João Soukup; desenhos José Rufino, Antônio Monte e Otto Bendix; vinhetas Manoel Victor Filho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, AGB/SP, v. 2, 1958. p. 5-48.

ANDRADES, T. O. de; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. CES Revista, Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007. Disponível em: <http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2016.

ÂNTICO, C. Deslocamentos Pendulares nos Espaços Sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 14. Anais eletrônicos.. ABEP, Caxambu, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400007>. Acesso em: 11 nov. 2016.

ARENDT, H. A condição humana. Introdução de Celso Lafer, tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, Salamandra, Edusp, 1981. 339 p.

_____. Entre o passado e o futuro. Tradução Mauro W. Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 348 p. (Debates; 64).

_____. Introdução na política. In: _____. A promessa da política. Organização e introdução de Jerome Kohn, tradução Pedro Jorgensen Jr. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2010. p. 144-265.

ASSIS, L.; ROMERO, A. R. pp. 67-80. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, 6, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/download/22129/14493>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

ASSIS, R. L. de. Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de transição. Documentos, Embrapa Agrobiologia, Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia, Seropédica, 196, p. 1-35, jun. 2005.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA ZONA LESTE. Quem somos. Disponível em: <<http://agricultoreszonaleste.org.br/sobre/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. Política (1909). In: _____. Dicionário de política. Tradução Carmen C. Varriale et al., coordenação da tradução João Ferreira, revisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais. 8. ed. Brasília: Universidade de Brasília, v. 2, 1995. p. 954-962.

BONDUKI, N. G (1998). Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BONFIM, F. P. G.; HONÓRIO, I. C. G.; REIS, I. L.; PEREIRA, A. de J.; SOUZA, D. B. de. Caderno dos microorganismos eficientes: instruções práticas sobre o uso ecológico e social do EM. Revisão Fernanda Maria C. de Andrade. 2. ed. [Viçosa]: UFV, CNPq, 2011. 32 p. (Divulgação das Plantas Mediciniais, da Homeopatia e da Produção de Alimentos Orgânicos). Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2014/04/16/caderno-dos-microorganismos-eficientes.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

BORADWAY, M. J.; BROADWAY, J. M. Green Dreams: Promoting Urban Agriculture and the Availability of Locally Produced Food in the Vancouver Metropolitan Area. Focus on Geography, v. 54, 1, p. 33-41, fev. 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1949-8535.2010.00023.x/full>>.

BRASIL. Lei Complementar nº 14, 8 de junho de 1973. In: SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Base da Legislação Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília: p. 5585, jun. 1973. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm>. Acesso em: 11 nov. 2016.

BUNGE, M. A. La ciencia: su método y su filosofía. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1973. 159 p.

BUTTEL, F. H. Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar. Agricultura y Sociedad, 74, p. 9-37, jan./mar. 1995. Disponível em: <http://www.mapama.gob.es/ministerio/pags/Biblioteca/Revistas/pdf_ays/a074_01.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CARDIM, R. Reintroduzindo a Mata Atlântica nas cidades brasileiras – As “Florestas de Bolso®”. In: GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL. Construindo um futuro sustentável, mar. 2016. Disponível em: <<http://blog.gbcbrazil.org.br/?p=1589>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

CASTELLÓN, S. R. La agricultura urbana y la producción de alimentos: la experiencia de Cuba. Cuba Siglo XXI, 30, p. 77-102, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia2.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CASTRO, J. de (1951). Geopolítica da fome: Ensaio sôbre os problemas de alimentação e de população do mundo. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1959. 250 p.

CASTRO, J. de. Geografia da fome: A fome no Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948. 354 p.

CHAPLOWE, S. G. Havana's popular gardens: sustainable prospects for urban agriculture. The Environmentalist, v. 18, 1, p. 47-57, mar. 1998. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1023/A:1006582201985>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

CIDADES SEM FOME. [2015]. Disponível em: <<https://cidadessemfome.org/pt-br/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Prefeitura do Município de São Paulo. Casa da Agricultura Ecológica é um ponto de apoio ao produtor rural e urbano. Por Viviane Claudino, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/noticias/?p=202268>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. Estudos Avançados, v. 15, 43, p. 157-172, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300013&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 dez. 2016.

DIADEMA. Lei nº 2.272. Out. 2003. In: SISTEMA Leis Municipais. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/njpci>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

EMBU DAS ARTES. Lei nº 2.064. Set. 2003. In: SISTEMA Leis Municipais. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/oaecp>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FAGUNDES, G. M. Recursos e patrimônios: matéria e forma nas políticas da agrobiodiversidade. 2014. 201 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16659>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Committee on Agriculture. Urban agriculture and peri-urban agriculture. In: 15th FAO-COAG SESSION. Roma, jan. 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/DEFAULT.HTM>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

FRANCESCONI, L. Trabalho e indústria em São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de [orgs.]. Geografias de São Paulo: Representação e crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. v. 1, p. 115-128.

FREEBAIRN, D. K. Did the Green Revolution concentrate incomes? A quantitative study of research reports. World Development, v. 23, 2, p. 265-279, 1995. Disponível em: <<https://www.utoronto.ca/~kmacd/IDSC10/Readings/impact%20assessment/g-r.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FRIEDMANN, H. The political economy of food: the rise and fall of the postwar international food order. American Journal of Sociology, University of Chicago, v. 88, Supplement: Marxist Inquiries: Studies of Labor, Class, and States, p. S248-S286, 1982. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. [orgs.]. Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização. Campinas: IE/Unicamp, 2000. p. 1-21.

GEDDES, P. Mapa demográfico e conurbações (1915). In: _____. Cidades em evolução. Edição de Turnbull e George Pepler, tradução de Maria José Ferreira Castilho. Campinas: Papirus, 1994. p. 43-54. (Coleção Ofício de Arte e Forma).

GRAZIANO NETO, F. Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p. (Primeiros vãos; 12).

GUARULHOS. Lei nº 6.426. Out. 2008. In: SISTEMA Leis Municipais. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/knmjq>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

GUILLEMOT, L.; CHAVINIER, E.; LÉVY, J.; BEAUDE, B. Little Big City. L'information géographique, Armand Collin, v. 74, 3, p. 105-128, 2010. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-l-information-geographique-2010-3-page-105.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

GUIMARÃES, A. P. A crise agrária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p. (O Mundo, hoje; 29).

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. [et al.]. Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 29-34. (Tinta Vermelha).

_____. Spaces of hope. Berkeley, Los Angeles: University of California, 2000. 293 p. (California Studies in Critical Human Geography).

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. Agroecologia e Desenvolvimento, Clades, AS-PTA, 1, p. 4-20, ago. 1993.

HOBBSAWM, E. J. A era dos impérios: 1875-1914. Tradução Sieni M. Campos e Yolanda S. de Toledo, revisão técnica Maria C. Paoli. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 546 p.

INSTITUTO CHÃO. Disponível em: <<http://www.institutochao.org/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT. Summary of Proceedings and Conclusions. In: IBRD, FAO, UNDP. International Agricultural Research Meeting. Washington: jan. 1971. Disponível em: <<http://library.cgiar.org/handle/10947/664>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. Tradução Carlos S. M. Rosa; revisão da tradução Maria Estela H. Carvalho; revisão técnica Cheila A. G. Bailão. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. 510 p.

KINUPP, V. F. Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS. 2007. 562 f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) - Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12870>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

LANGENBUCH, J. R. A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas, Rio Claro. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971. (A Biblioteca Geográfica Brasileira).

LEFEBVRE, H. La révolution urbaine. [Paris]: Gallimard, [1970]. 247 p.

_____. La ville et l'urbain. In: _____. Espace et politique: le droit à la ville II. Prefácio Remi Hess. 2. ed. Paris: Anthropos, Economica, 2000. p. 71-80.

_____ (2001). O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 141 p.

LENCIONE, S. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Barcelona, v. 14, 331 (69), ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. 1991. 286 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LÉVY, J. Le tournant géographique. Paris: Belin, 1999. 400 p. (Mappemonde).

_____. Ville. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. [orgs.]. Dictionnaire de géographie et de l'espace des sociétés. Paris: Belin, 2003. p. 988-991.

LUSSAULT, M. Urbanité. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. [orgs.]. Dictionnaire de géographie et de l'espace des sociétés. Paris: Belin, 2003. p. 996-997.

MACHADO, J. P. (1952). Crise. In: _____. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 6. ed. Lisboa: Horizonte, v. 2, 1990. p. 254.

MADALENO, I. M. A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará. [Belém]: Calouste Gulbenkian, FCT, 2001. 193 p.

MARTINS, R. K.; SILVA, N. S.; FERNANDES, M. O.; BORSATO, J. L. M. S. O sistema mandala de produção de alimentos: uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 21. Anais eletrônicos. Uberlândia: UFU, out. 2012. 16 p. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1397_1.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

MASSEY, D. B. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 314 p.

MAXWELL, D. G. Alternative food security strategy: A household analysis of urban agriculture in Kampala. World Development, v. 23, 10, p. 669–1681, out. 1995. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X9500073L>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. Tradução José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget, (2001). 520 p.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasil. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Jun. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. Estudos agricultura e sociedade, 15, p. 39-52, out. 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/176>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MOUGEOT, L. A. Urban food production: evolution, official support and significance (with special reference to Africa). In: HABITAT 94. Cities feeding people: urban agriculture and city planning in the North and the South. Alberta: International Development Research Center, 1994. 38 p. (Cities Feeding People; 8). Disponível em: <<https://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/14949/1/103013.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Metrôpoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum?. Ética, planejamento e construção democrática do espaço. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 9. Anais eletrônicos.. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v. 1, p. 128-137, Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2144>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec, Educ, 1989. 149 p. (Estudos rurais; 10).

NAGIB, G. Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. 2016. 434 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/pt-br.php>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

OLIVA, J. T. Escalas do urbano: metrópole, megalópole e gigapole. In: _____. Espaço, ____ dimensão do social, nov. 2008. Disponível em: <<http://jaimeoliva.blogspot.com/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

OLIVEIRA, A. U. São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro. In: _____. Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI. São Paulo: v. 1, 2004. p. 123-161.

OSASCO. Lei nº 4.019. Mar. 2006. In: SISTEMA Leis Municipais. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/rhdlq>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

POPPER, K. R. A lógica da pesquisa científica. Tradução Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1993. 567 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461 p.

PRADO JÚNIOR, C. (1935). A cidade de São Paulo: geografia e história. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 93 p. (Tudo é história; 78).

RIBEIRO, S. M. Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da Promoção da Saúde: a experiência do Projeto Colhendo Sustentabilidade - Embu das Artes - SP.

2013. 241 f. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-03072013-114502/pt-br.php>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

RICHTER, D. d; YAALON, D. H. The changing model of soil. Soil Science Society of America Journal, v. 76, 3, p. 766-778, 2012. Disponível em: <<https://dl.sciencesocieties.org/publications/sssaj/abstracts/76/3/766>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

ROSA, A. V. Agricultura e meio ambiente. São Paulo: Atual, 1998. 95 p.

ROSS, J. L. S. Inundações e deslizamentos em São Paulo: riscos da relação inadequada sociedade-natureza. Territorium, Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, 8, p. 15-24, 2001. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T08_artg/T08_artg02.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2016.

ROSSET, P.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. Ecology and Society, v. 17, 3, p. 17-29, 2012. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol17/iss3/art17/>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

ROSTICHELLI, M. Entre a terra e o asfalto: a Região Metropolitana de São Paulo no contexto da agricultura urbana. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24042014-120105/pt-br.php>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Decreto nº11.153. Out. 1992. In: SISTEMA Leis Municipais. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/sgtgc>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

_____. Lei nº 3.659. Abr. 1991. In: SISTEMA Leis Municipais. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/qlgso>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 51.801. Set. 2010. In: SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS. Prefeitura Municipal de São Paulo. Pesquisa de Legislação Municipal. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=22092010D%20518010000>. Acesso em: 13 dez. 2016.

_____. Decreto nº57.058. Jun. 2016. In: SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS. Prefeitura Municipal de São Paulo. Pesquisa de Legislação Municipal. Disponível em:

vel em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=15062016D%20570580000>. Acesso em: 29 dez. 2016.

_____. Lei nº 13.430 (Plano Diretor Estratégico). Set. 2002. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. Lei nº 13.727. Jan. 2004. In: SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS. Prefeitura Municipal de São Paulo. Pesquisa de Legislação Municipal. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000>. Acesso em: 13 dez. 2016.

_____. Lei nº 16.140. Mar. 2015. In: SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL. Prefeitura Municipal de São Paulo. Legislação Municipal. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16140-de-17-de-marco-de-2015/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

_____. Lei nº 16.212. Jun. 2015. In: SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL. Prefeitura Municipal de São Paulo. Legislação Municipal. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16212-de-10-de-junho-de-2015/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

SEABRA, O. C. de L. De cidade à Metrópole. Geografares, Vitória, 9, p. 49-79, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1307/1253>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Sistema Seade de Projeções Populacionais. [2016]. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução Dineli de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003. 239 p.

SILVA, V. A. da. A campesinidade presente na construção do espaço geográfico da cidade de Cubatão. 2006. 257 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-21062007-144525/pt-br.php>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

SOCIEDADE ECOLÓGICA AMIGOS DO EMBU. Colhendo Sustentabilidade. Por Fabíola Lago e Indaia Emília, mai. 2015. Disponível em: <<http://seaembu.org/seae/colhendo-sustentabilidade/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

SOUZA, M. A. A. de. Território e lugar na metrópole - Revisitando São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de [orgs.]. Geografias de São Paulo: A metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, v. 2, 2010. p. 21-50.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities. [Nova Iorque]: UNDP, v. 1, 1996. 302 p. (UNDP Series for Habitat II).

VEIGA, J. E. da (1991). O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 234 p.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Lei nº. 13.430, de 13 de setembro de 2002. Agronomy for Sustainable Development, v. 29, 4, p. 503-515, dez. 2009. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1051%2Fagro%2F2009004>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

WIRTH, L. Urbanism as a way of life. American Journal of Sociology, University of Chicago, v. 44, 1, p. 1-24, jul. 1938. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0002-9602%28193807%2944%3A1%3C1%3AUAAWOL%3E2.0.CO%3B2-B>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

WORLD FOOD SUMMIT. Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. Roma: FAO, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.fao.org/WFS/>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2011. 214 p.

**ANEXO I – MODELO DO QUESTIONÁRIO ENVIADO ÀS INICIATIVAS DE
AGRICULTURA URBANA**

Pesquisa sobre a agricultura urbana na Região Metropolitana de São Paulo

Este formulário faz parte de um Trabalho de Graduação pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Ao responder as perguntas a seguir, você ajudará a entender melhor quem faz a agricultura urbana na metrópole de São Paulo. Os dados gerados serão usados só para fins acadêmicos.

Dados gerais

Parte 1

Parte 2

Parte 3

Enviar

Nome da horta/produção *

Principais usos do cultivo (escolha de um a três) *

- | | |
|---|---|
| <input type="radio"/> Atividades escolares | <input type="radio"/> Educação não formal ou complementar |
| <input type="radio"/> Fortalecer laços comunitários ou a convivência entre vizinhos | <input type="radio"/> Ocupacional, recreativo e |
| <input type="radio"/> Abastecimento de instituição ou cozinha coletiva | <input type="radio"/> Consumo pessoal ou familiar |
| <input type="radio"/> Comercialização e geração de renda | <input type="radio"/> Ativismo |

Agricultores

Pessoas envolvidas

Em tempo integral

Como atividade complementar

Eventualmente

Em relação ao gênero dos(as) agricultores(as)

- Todas ou a grande maioria são mulheres
- Há tanto mulheres quanto homens
- Todos ou a grande maioria são homens

Em relação à idade dos(as) agricultores(as)

- Todos ou a grande maioria são aposentados
- Há tanto aposentados quanto pessoas em idade ativa
- Todos ou a grande maioria são pessoas em idade ativa

Em relação à origem dos(as) agricultores(as) e às experiências anteriores com a agricultura

- Todos ou a grande maioria já moraram em áreas rurais e tiveram experiência anterior na agricultura
- Há tanto quem já tenha morado e trabalhado no campo como pessoas sem passado rural
- Todos ou a maioria não tiveram experiência anterior com a agricultura no campo

Endereço, tamanho e entorno

Tipo do logradouro *

Rua

Nome do logradouro *

da Consolação

Nome da rua, avenida, praça etc. (sem abreviaturas)

Número *

729

Sem número

Complemento

Referência

Ponto de referência, altura da rua, esquinas, outras entradas etc. (obrigatório apenas para endereços sem número)

Bairro *

Município *

Propriedade do terreno *

- Individual ou familiar (próprio ou alugado)
- Institucional (ONG, associação, instituto etc.)
- Empresarial (cedido ou gerenciado por companhias públicas ou privadas: Sabesp, Eletropaulo, Petrobrás etc.)
- Estatal (dentro de equipamento público)
- Público (em praças, ruas, canteiros centrais etc.)

Tamanho total do cultivo (aproximado)

metros quadrados

Quais pontos de encontro existem no bairro próximo ao local de cultivo?

- Praças
- Parques
- Biblioteca ou centro cultural
- SESC
- Cafés ou lanchonetes
- Bares ou botecos
- Galerias ou centros comerciais abertos
- Shopping center
- Igrejas
- Centro comunitário
- Quadras ou campos abertos ao público
- Other

Apoios: Poder Público

Sua iniciativa já recebeu algum apoio do Poder Público municipal, estadual ou federal, diretamente ou através de secretarias, órgãos técnicos ou programas de agricultura urbana?

- Nunca recebi nenhum tipo de apoio do Poder Público
- Sim, já recebi algum apoio do Poder Público
- Sim, a iniciativa só existe por causa da iniciativa ou do apoio do Poder Público

Apoios: Organizações Não Governamentais (ONGs)

Sua iniciativa já recebeu algum apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalham com agricultura urbana?

- Nunca recebi nenhum tipo de apoio de ONGs
- Sim, já recebi algum apoio de uma ou mais ONGs
- Sim, a iniciativa só existe por causa da iniciativa ou do apoio de ONGs

Apoios: Empresas

Sua iniciativa já recebeu algum apoio de empresas (privadas ou públicas)?

- Nunca recebi nenhum tipo de apoio de empresas
- Sim, já recebi algum apoio de uma ou mais empresas
- Sim, a iniciativa só existe por causa da iniciativa ou do apoio de empresas

Apoios: Vizinhos e outros produtores

As pessoas do seu bairro participam da sua iniciativa de alguma(s) das formas a seguir?

- Frequentando o local de cultivo e conhecendo a iniciativa
- Ajudando em mutirões ou oferecendo serviços
- Doando ferramentas ou insumos
- Comprando os produtos do cultivo
- Other

Quais dos cultivos/criações a seguir estão presentes na sua produção? *

- Ervas aromáticas e temperos
- Plantas medicinais
- Hortaliças
- Plantas Alimentícias Não Convencionais (taioba, caruru, bertalha, major gomes...)
- Frutas
- Mudas
- Plantas ornamentais
- Lenha e/ou madeira para celulose
- Abelhas
- Peixes
- Animais de pequeno porte (aves, suínos)
- Animais de grande porte (gado, equinos)

Você possui certificação como produtor orgânico?

- Sim, possuo selo de uma entidade certificadora reconhecida
- Sim, estou em um mecanismo de certificação participativa
- Não possuo certificação

Com que frequência você utiliza os fertilizantes a seguir?

	Sempre/frequentemente	Às vezes/raramente	Nunca
Fertilizante químico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fertilizante orgânico comprado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Composto ou biofertilizante artesanal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Com que frequência você utiliza os recursos a seguir para combater pragas e ervas daninhas?

	Sempre/frequentemente	Às vezes/raramente	Nunca
Pesticidas ou herbicidas químicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Caldas ou soluções orgânicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Plantios que repelem pragas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estratégias para atrair predadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

De onde vêm as sementes utilizadas no plantio?

	Todas/a maior parte	Algumas/poucas	Nenhuma
São sementes comerciais compradas ou doadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Vêm de plantios anteriores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São trocadas ou doadas por outros produtores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Em que bairro e município você compra os materiais para o cultivo?

Quais são os destinos da sua produção? *

	A maior parte	Uma parte menor	Nada
Autoconsumo dos participantes ou familiares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Distribuição ou troca com vizinhos ou outras pessoas que não produzem diretamente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comercialização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Caso alguma parte da sua produção seja para comercialização, marque abaixo as opções praticadas:

- Venda direta no local de cultivo
- Venda em caminhão ou banca na rua
- Venda em feiras ou mercados municipais
- Venda em supermercados, hortifrutis ou sacolões
- Venda por delivery ou cestas
- Venda para Comunidade que Suporta a Agricultura (CSA)
- Venda em ONGs ou instituições com espaços para o contato direto com o consumidor
- Venda para entrepostos de alimentos (CEAGESP e similares)
- Venda para o Poder Público (merenda escolar, programas de compras de alimentos, etc.)
- Venda para outros compradores de atacado (restaurantes, cozinhas industriais etc.)

Other

Gostaria de continuar ajudando?

- Aceitaria receber o pesquisador para conhecer melhor a minha horta.

Dados para contato *

Enviar

Powered by JotForm

ANEXO II – RELAÇÃO COMPLETA DAS HORTAS MAPEADAS NA RMSP

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
10/12/16	Visitada.	Horta Comunitária da Saúde	Sergio Shigeeda		https://www.facebook.com/groups/467181830063730/?fref=ts	sergio.shigeeda@gmail.com		Veja os... (2016)	Rua Paracatu, 66 - Saúde	São Paulo
14/11/16	Visitada.	Horta Mateo Bei	Genival Morais de Farias, Sebastiana Helena de Farias, Joaquim, Zuleica Maria Neves Perez, Telma Margarida de Jesus, Manoel e Lucineide Maria de O. de Sousa				20**_**** (Genival/Sebastiana)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Prof. José Décio Machado Gaia, 50 - São Mateus - São Paulo	São Paulo
11/11/16	Respondido.	Horta do Jardim Alfredo	APA, NUTRICIONISTA E ACS				5514-1444 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Dinar, 51	São Paulo
08/11/16	Respondido.	Horta da FSP-USP		http://hortafspu.sp.blogspot.com.br/	https://www.facebook.com/pages/Horta-na-FSP/367055016792066?sk=timeline	hortafsp@gmail.com		Gabanyi (2016)	Avenida Doutor Arnaldo, 715 - Cerqueira César	São Paulo
03/11/16	Respondido.	Viveiro e Horta Zilda Arns			https://www.facebook.com/au.dentedeleao/			Wikiversidade (2016)	Rua Antônio Pereira Pegas, 251 - Jardim Grimaldi	São Paulo
01/11/16	Respondido.	Projeto Plantando Cuidado (UBS Jardim Valquíria)	Jéssica Machado – Agente de Promoção Ambiental				5825-6166 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Avenida Carlos Lacerda, 3093 – Jardim Valquíria	São Paulo
01/11/16	Iniciativa descontinuada		Centro Comunitário Beneficente Conjunto Habitacional Castro Alves e Adjacentes	http://www.cebech.org.br	https://web.facebook.com/cebech/	contato@cebech.org.br	2558-8723 (Institucional)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	R. Sara Kubtscheck, 221 - Castro Alves	São Paulo
01/11/16	Respondido.	UBS Jardim Eliane	Tenzia Prerira dos Santos / APA				5932-4659 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Henry Arthur Jones, 201	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
01/11/16	Exigiu trâmites de aprovação.	UBS Integral Jdm Edite-Meninópolis	Sérgio Santos (APA - Agente de Promoção Ambiental)				4329-8861 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Charles Coulomb, 80 - Cidade Monções	São Paulo
01/11/16	Exigiu trâmites de aprovação.	UBS Vila Campestre	Nenhum no momento.				5011-4278 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. ARTUR NUNES DA SILVA, 265 - VILA CAMPESTRE	São Paulo
01/11/16	Respondido.	Cultivando Saúde (UBS Lauzane Paulista)	Agente de Promoção Ambiental - Larissa Vieira e Terapeuta ocupacional Andreia				2258-5818 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Valorbe, 80 - CEP 02442-140	São Paulo
01/11/16	Exigiu trâmites de aprovação.	UBS Aurélio Mellone	Nenhum no momento				2331-7586 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. ATILIO SELVA, 10 - JD CELESTE	São Paulo
31/10/16	Contato errado.	Núcleo Educacional Santa Casa		http://www.santacasa.diadema.com.br/novo/			4071-1300 (Institucional)	Piraíno (2013)	Rua Dois de Julho, 465 - Jardim Canhema	Diadema
31/10/16	Contato errado.	EMEB Francisco de Paula Quintanilha				EMFRANCIS COQUINTANI LHA@EDUCA CAO.DIADEM A.SP.GOV.BR	4066-6117 (Institucional)	Secretaria de Segurança Alimentar (2016) / Piraíno (2013)	Rua Pau do Café, 1552 - Jardim Promissão	Diadema
31/10/16	Respondido.	UBS Nossa Senhora do Brasil	Renilda da Silva Pinto (Agente de Promoção Ambiental)				3541-3704 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Almirante Marques Leão, 684 - Bela Vista	São Paulo
31/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Centro de Formação Profissional e Educação Ambiental		http://www.reciclazaro.org.br/casas/cefopea/			2081-3673 (Institucional)	Gabanyi (2016)	Avenida Áriston de Azevedo, 10 - Belém	São Paulo
31/10/16	Respondido.	Dr Augusto Leopoldo Ayrosa Galvao	Agente de Promoção Ambiental - Letícia Andrade Rocha				3851-8235 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Joaquina Maria dos Santos, 198 - Vila Rica - CEP 02854-010	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
31/10/16	Postagem no grupo e mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta do Iquiririm	Luiz de Campos Jr		https://www.facebook.com/groups/275594379261482/			Wikiversidade (2016)	Rua Corinto, 961 - Vila Indiana	São Paulo
31/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEBS PROF MARIO PEREIRA BICUDO				EMEFMPBICUDO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3985-6179 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Felix Alves Pereira, 73	São Paulo
31/10/16	Respondido.	JARDIM SANTA TEREZINHA	YARA PEREIRA / APA				2721-1815 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	AVENIDA DOS LATINOS, 205	São Paulo
31/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EE Jorge Luis Borges				E907017A@EDUCACAO.SP.GOV.BR	2282-0266 (Institucional)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	R. Milagre dos Peixes, 700 - Castro Alves - São Paulo	São Paulo
31/10/16	Contato errado.	CEI APRENDER E BRINCAR					2584-9666 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Avenida Felix Nascentes Pinto, 322	São Paulo
31/10/16	Respondido.	Horta do Centro Cultural São Paulo (CCSP)			https://www.facebook.com/groups/460912370615505/		3397-4002 (Institucional)	Gabanyi (2016)	Rua Vergueiro, 1000 - Paraíso	São Paulo
31/10/16	Iniciativa descontinuada.	EMEI ISOLINA LEONEL FERREIRA				EMEIISOLINA LEONEL@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2272-1299 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Estrada Das Lágrimas, 603	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
31/10/16	O contato não estava frequentando a horta no período.		Raphael Barbosa Oliveira da Silva				27**-**** (Raphael)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Estado do Piauí, 416 - Jardim Imperador - São Paulo	São Paulo
31/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI CANTINHO DA VOVÓ HELENA					2935-3927 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Miranda Jordão, 488	São Paulo
31/10/16	Respondido.	Pedro José Nunes	APA Fabiana, Suélen Nutricionista, Clarice Psicóloga, Roseli Agente Comunitária de Saúde.				2297-5453 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	RUA JOSE BARGAS, 143	São Paulo
31/10/16	Respondido.	Viveiro Escola de União de Vila Nova	Quebrada Sustentável	http://novauniadaarte.org	https://web.facebook.com/pages/Viveiro-Escola-Uni%C3%A3o/356707911120072	institutonua@hotmail.com	2297-3871 (Institucional)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Papiro do Egito, 100 - União de Vila Nova - São Paulo	São Paulo
31/10/16	Postagem no grupo e mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta da Machado de Assis	Lucan Reis Carlos, Thomas Schrijnemaekers, Isabela Caravaggio		https://www.facebook.com/groups/1479192188978988/?fref=ts			Wikiversidade (2016)	Praça Rosa Alves da Silva - Vila Mariana	São Paulo
31/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Colégio Anglo Morumbi		colegioanglorumbi.com.br			3740-1000 (Institucional)	Colégio Anglo (s/d.)	Rua Diogo Pereira, 324 - Super Quadra Morumbi	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EE Jorge Ferreira				E906621A@E DUCACAO.S P.GOV.BR	4056-7655 (Institucional)	Piraíno (2013)	Rua Leon Trotsky, 45 - Serraria	Diadema

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EE Santa Maria				E035671A@E DUCACAO.S P.GOV.BR	4056-6574 (Institucional)	Nascimento (2013b)	Rua Afonso Monteiro da Cruz, 1055 - Vila Santa Maria	Diadema
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EE Vila Socialista		https://eevilasocialista.blogspot.com.br/		E296533A@E DUCACAO.S P.GOV.BR	4092-3164 (Institucional)	Benefícios... (2013)	Rua Jovercina Paula de Oliveira, 210 - Conceição	Diadema
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF BARÃO DE MAUÁ				EMEFMAUA @PREFEITURA.SP.GOV.BR	2028-3737 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Madri, 550	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Jd Iva	Paula (APA)				2211-0884 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. MIGUEL BASTOS SOARES, 55 - JD IVA	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI PARQUE DAS PAINEIRAS				CEIPPAINEIRAS@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2280-6088 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua José Giordano, 736	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI Prof.ª DINAH FERNANDES COSTA				EMEIDFCOSTA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2042-3028 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Jose Giordano, 784	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Cidade Antônio Estevão de Carvalho	Carla/APA , Onofre/Voluntário , Wiliam/Controlador de Acesso , Nilce/ACS , Cristiane/Auxiliar de Enfermagem				2280-2373 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Japani, 7 – Cidade Antônio Estevão de Carvalho	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI SANTA BARBARA II				CEISBARBARA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2741-6221 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	R. Maria Eugênia Célso, 255	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Humaitá	Ana Paulina de Souza (Agente de Promoção Ambiental)				3241-1632 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Humaitá, 520 - Bela Vista	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI ACONCHEGO				ACONCHEGO@APAFSP.ORG.BR	3120-4639 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Avanhandava, 485	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Belenzinho - Marcus Wolosker	Samantha(APA), Corline e José (Vigilante)				2292-5687 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	AV. CELSO GARCIA, 1749 - BELENZINHO	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI MARIA DE BELÉM				MARIADEBEL EM@BOMPA R.ORG.BR	2796-7526 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Monteiro Caminhoa , 83	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI BEZERRA DE MENEZES				CRECHEBEZ ERRACT@FE ESP.ORG.BR	2797-2999 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Condessa Elisabeth De Robiano 454	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Brás - Dr Manoel Saldiva Neto	Tatiane - APA				2692-0788 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. SAMPSON, 61 - BRÁS	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Jardim Guarani	Agente de promoção Ambiental - Helena Jussara Nery				3921-6385 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Santana do Araçuaí, 160 – CEP 02849-130	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Horta UBS Jardim Guarani				ubs.guarani@saudedafamilia.org	3921-5540 (Institucional [UBS])	Secretaria Municipal da Saúde (2016)/Gabany i (2016)	Rua Santana do Araçuaí - Jardim Guarani	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Jardim Icarai	Aessandra Ferrareto-Gestora Local PAVS				3921-0818 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Almyr Dehar, 201	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI MONTE CASTELO				EMEIMCAST ELO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3032-7534 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Monte Castelo, 49	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF PROF. NEIR AUGUSTO LOPES				EMEFNEIRAU GUSTOLOPES@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2208-0700 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Jornalista Octavio Ribeiro Pena Branca	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Vila Dionísia II	Agente de Promoção Ambiental – Edson Abraão da Silva				2208-1943 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua 7 de Dezembro, 73 – Vila Bela Vista – CEP 02617-080	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Dra Ilza Weltman Hutzler	Agente de Promoção Ambiental – Mauro dos Santos				2267-3414 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Cel. Walfrido de Carvalho, s/n – Limão – CEP 02472-190	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Jardim São Francisco	Jacqueline/APA , Salvador/Controlador de Acesso, Renato/Voluntário				2957-2808 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. JURITI PIRANGA, 195 - CANGAÍBA	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI VILA LIBANESA				CEIVILALIBANESA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2621-7044 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Arpoar, 66	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Chácara Cruzeiro do Sul	Margareth/APA				2641-5130 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. MERCEDES LOPES, 989	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF PAULO NOGUEIRA FILHO				EMEFPNFILHO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3966-4317 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Brazelisa Alves De Carvalho, 356	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS COLÔNIA	APA Francisco Barbosa				5977-3269 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua N. Sra. Aparecida, 342. Bairro Colônia	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF CARLOS CHAGAS				EMEFCHAGAS@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2741-1742 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Avenida Osvaldo Valle Cordeiro, 337	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Jardim Castro Alves	Dayana / APA				5924-5670 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. Cabocla da Lua Nova, 68-120 - Conj. Hab. Castro Alves	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Dom Angélico	Voluntário e a APA Josiane				2518-4755 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	EST MANOEL DE OLIVEIRA RAMOS, 01	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI INCONFIDENTES				CEIINCONFIDENTES@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2282-0855 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	R Conto De Areia, 203	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI IASHUA				CEICONVENI ADAIASHUA @GMAIL.COM	2153-7287 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Santa Etelvina, 21	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI MADRE PAULINA				TANIAFERRE IRAF@YAHOO.COM.BR	2282-2245 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Alexandre Davidenko, 801	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI PEQUENINOS BRILHANTES				CEI-PBRILHANTES@PLENOVIVER.ORG.BR	2558-1731 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Francisco José Viana, 764	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI MONTEIRO LOBATO				EMEIMLOBATO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3661-3685 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Bahia, 257	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI VEREADOR FRANCISCO BATISTA				CEICHICOBATISTA@GMAIL.COM	5058-2687 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	R. Antônio Monteiro, 115	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI SEMENTINHA DO BEM					2943-1041 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	José Muniz Ribeiro, 100	São Paulo
30/10/16	Iniciativa descontinuada.	Cruz das Almas	Alessandra Ferrareto- Gestora Local PAVS				3992-2975 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Pe. Feliciano Domingues, 90 – CEP 02965-140	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Vila Ramos	Agente de Promoção Ambiental – Maria do Carmo Brito				3924-0208 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Ferraz de Vasconcelos, 80 – Freguesia do Ó – CEP 02759-100	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Jardim Mirna	Márcio Silva/ APA				5526-2114 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. Dr. Juvenal Hudson Ferreira, 13 - Jardim Myrna	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI CEU NAVEGANTE S				CEICEUNAVES@PREFEITURA.SP.GOV.BR	5976-5519 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Maria Moassab Barbour	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF 8 DE MAIO				EMEF8MAIO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	5976-5517 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Maria Moassab Barbour, 0	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI ZUMBI DOS PALMARES				EMEI3PALMARES@PREFEITURA.SP.GOV.BR	5939-5118 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Armando Sposito, 225	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI TIRIBA				rosa@auriverde.or	5526-8973 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Carlos Barbosa Santos, 4078	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Jardim Novo Horizonte	David D'Aquino				5938-2208 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. Caruanense, 186 - Jardim Novo Horizonte	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Chácara do Conde	Carol / APA				5526-7823 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. Constelação do Esquadro, 5 - Grajaú	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Chácara do Sol	Josafá Queiroz/ APA				5931-4151 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. João Carlos de Oliveira, 3	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI AMOR DE MAE					2153-5508 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Antônio Quaresma, 62	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF MADRE JOANA ANGÉLICA DE JESUS				EMEFMADREJOANA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2557-8088 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Torre De Santiago, 425,	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Prefeito Celso Daniel	Integrantes da comissão A3P				2556-7997 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	RUA JORGE MARACCINI PONFILIO, 210	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI CEU SÃO MATEUS				CEICEUSAO MATEUS@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2732-8100 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Curumatim, 201	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI CEU SÃO MATEUS				EMEICEUSA OMATEUS@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2732-8100 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Curumatim, 201	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Almirante Dellamare	Nenhum no momento.				6161-9030 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. ALM. MARIATH, 62 - VL HELIÓPOLIS	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Jd. Indaiá	Camila/Farmacêutica				2963-2794 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	RUA ANTONIO LEME DA GUERRA, 182	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI CRIANÇA DO AMANHÃ				ACBCRI@HOTMAIL.COM	2572-6765 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Desembargador Áureo Cerqueira Leite, 191	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	VILA SANTANA	LUIZA SUELI AMARAL / APA				2051-3962 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	RUA VITOR JOSE DE CASTRO, 84	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI SANTA ZITA				social@santazita.net	2056-5107 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Bruno Zabala, 106 - Conjunto Residencial Jose Bonifacio	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Vila Santa Catarina	Priscila Agente de Promoção Ambiental				5563-9814 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua BELMIRO ZANETTI ESTEVES, 181	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Americanópolis	Nenhum no momento.				5562-1476 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. CIDADE DE SANTOS, 46 - AMERICANÓPOLIS	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Cupecê Dr. Waldomiro Pregnotatto	Nenhum no momento.				3726-3591 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	AV. SANTA CATARINA, 1523 - VL SANTA CATARINA	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Jardim Lourdes	Michele Agente de Promoção Ambiental				5021-3432 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	AV. ENG ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA, 4004 - JABAQUARA	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Vila Clara	Nenhum no momento.				5621-9089 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua ROLANDO CURTIS, 701	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF MAL ESPIRIDIÃO ROSAS				EMEFEROSAS@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3768-2898 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Guimarães Rosa, 115	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Vila Nova Jaguaré	Ana Paula Costa/Agente de Promoção Ambiental APA e Renata Brande/Terapeuta Ocupacional TO				3766-3160 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Salatiel de Campos, 222 - Jaguaré	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI VILA SÃO JOÃO				CEIVSAOJAO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3944-8824 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Alto Jurupari, 300	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI ELISIO TEIXEIRA LEITE				CEIETLEITE@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3974-9546 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Egídio Felini, 101	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI Prof.ª MARIA DAILCE M S. GOMES				EMEIMDMSGOMES@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3941-5366 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Martino Arosio, 147	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF ANTÔNIO RODRIGUES DE CAMPOS				EMEFARCAMPPOS@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3942-4980 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Gavião Real, 38	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI PROF CLEMENTE SEGUNDO PINHO				EMEICSPINHO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3941-0593 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Virgínia Galilei, 100	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Parque Novo Santo Amaro	RENATA RAMOS DA SILVA / APA				5831-1448 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. Porta do Prado, 18 - Parque Novo Santo Amaro	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Jardim Thomas	Thamires Taveira / Agente de Proteção Ambiental Adrielle Sales Cordeiro / Nutricionista Fátima Furuncho / ACS Maria da Conceição Martins / ACS				5894-4218 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Audálio Gonçalves dos Santos, 158 - Jardim Thomas	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	BRASILIA M BOI MIRIM	Andreia Cunha Araújo APA, Carolina Brandão da Costa Farmacêutica, Mariana Yuri Ogata Fischer Nutricionista.				5511-8717 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Maporé, 352	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI RONALD DE CARVALHO				EMEIRCARVALHO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2552-9738 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Lincoln Junqueira, 590	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI MIROEL SILVEIRA				EMEIMSILVEIRA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2522-6670 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	R. Corruíra Do Brejo, 133	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI JOÃO FERNANDES IV				CEIJOAOFERNANDES4_A_MASP@YAHOO.COM.BR	2282-9252 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Flor Da Noite, 50	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI LAPA				CRECHE.LAPAA@GMAIL.COM	3873-0416 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Marcelina, 629,	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Vila Barbosa	Agente de Promoção Ambiental – Anita L. M. Zeferino e ACS Lurdes				3966-1302 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Av Mandaqui, 197 – Casa Verde – CEP 02550-020	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI VILA PRADO				CEIVPRADO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3951-7689 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Quartim Barbosa, 40	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI MARINA NOGUEIRA DE SOUZA MARTINS				EMEIMNSMARTINS@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2991-0810 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Avenida Direitos Humanos, 2767	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI NOSSA SENHORA DE GUADALUPE				CEINOSSASE NHORAGUAD ALUPE@OUTLOOK.COM	5979-7089 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Satellite Ariel, 304	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	AMA/UBS Integrada Pari	Ana Paula(APA)				3227-0081 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	RUA DAS OLARIAS Nº 503	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	JARDIM NOSSA SRA CARMO	KELLY CRISTINA / APA				2748-0646 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	RUA VERISSIMO DA SILVA, 136	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI FAMÍLIA MONTE BELO						Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Antonio De Pádua Dias, 63F	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF FERNANDO GRACIOSO		http://fgracioso.blogspot.com.br/		EMEFFGRACIOSO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3918-9191 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Silveirânia, 0	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI BARRA MANTEIGA						Secretaria Municipal de Educação (2016)	Travessa Tabuleiros De Valenca, 433	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Manoel Joaquim Pera	Maria Goreti Oliveira (APA - Agente de Promoção Ambiental)				3032-9891 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Purpurina, 280 - Vila Madalena	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI OLGA CALIL MENAH				EMEIOCMENAH@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3976-0215 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Urutinga, 66	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF PROFESSOR GABRIEL PRESTES				EMEFGRPRES TES@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3904-7571 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Dr. Carlos Afranio Da Cunha Matos, 134	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI GERAÇÃO ELEITA					2386-5899 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	João José De Queiroz , 829	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF EDUCANDÁRIO DOM DUARTE				EMEFDDUARTE@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3782-1908 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Avenida Engenheiro Heitor Antonio Eiras Garcia, 5985	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI CEUIRAPURU				EMEICEUIRAPURU@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3783-1926 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Nazir Miguel, 849	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI ARMANDO ARRUDA PEREIRA				EMEFAAPEREIRA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3221-3892 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Praça Da República, 350	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Vila Dalva	Patricia Tello				3712-1387 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Gustavo Berthier, 155 - Vila Dalva	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF PROFESSOR ROBERTO MANGE				EMEFRMANGEE@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3782-9758 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Jose Cerqueira Bastos, 46	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS José Marcílio Malta Cardos	Cleide Alves Dos Santos / Agente de Promoção Ambiental				3718-0425 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Rua Bernardo Guertzenstein, 45 - Jdm Sarah	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI OFICINA DA CRIANÇA				OFICINADACRIANCA@CADES.ORG.BR	2946-9813 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	R. Nossa Sra. Das Mercês, 1418	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI NOSSA CRECHE II				CEINOSSACRECHEII@GMAIL.COM	2273-0255 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Japaratuba, 296	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Dr. Eduardo Romano Reschilian	No momento nenhum.				2335-5319 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. DR LAFAIETE DE SOUZA CAMARGO, 40 - JD CLIMAX	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS/AMA Sacoma	Nenhum no momento.				2915-8200 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	ESTRADA DAS LÁGRIMAS, 1403 - SACOMÃ	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI PAULO FREIRE				CEIPAULOFR EIRE.UNAS@GMAIL.COM	2060-1306 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Estrada Das Lágrimas, 1046	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI PAULO FREIRE				CEIPAULOFR EIRE.UNAS@GMAIL.COM	2060-1306 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Estrada Das Lágrimas, 1046	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI CAMPOS ELISEOS I				CEICAMPOS ELISIOS@GMAIL.COM	3338-2884 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Alameda Ribeiro Da Silva, 148,	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI ARTHUR ETZEL				EMEIAETZEL@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2973-1598 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Parque Domingos Luís, 20	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF PROFª ÁUREA RIBEIRO XAVIER LOPES				EMEFARXLOPES@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2154-0602 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Carminha, R. 103	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Jardim Guairacá	Francisca - Agente de Promoção Ambiental				2216-3332 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. ERVA IMPERIAL, 501 - JD GUAIRACÁ	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Reunidas I	Regiane / Agente de Promoção Ambiental				3726-8591 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. SAO JOSE DAS ESPINHARAS, 400 - VL INDUSTRIAL	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI NOSSA SENHORA DE FÁTIMA				CEINSFATIMA@TERRACOM.BR	2012-1189 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Joaquim Gouveia Franco, 683	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF JOSÉ LINS DO REGO				EMEFJLREGO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2919-4320 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Augusto Ferreira Ramos, 54	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI JARDIM NOVE DE JULHO				CEIJNJULHO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2112-8779 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Gomes De Melo, 1	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI ELIS REGINA				EMEIELISREGINA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2015-3218 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Ernesto Manogrosso, 340	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI VILA PROGRESSO				CEIVPROGRESSO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2052-6133 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Suzana De Melo, 881	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI JD COLORADO				CEIJCOLORADO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2753-3756 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Jose De Araújo Vieira, 30	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI DONA MARIA DE LOURDES COUTINHO TORRES				ZACARIOTI@UOL.COM.BR	2012-6870 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Bartolomeu Gonçalves, 45	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI Prof. ^a PAULA CRISTINA RODRIGUES			https://web.facebook.com/emeipaulacristina/	emeiprodrigues@prefeitura.sp.gov.br	2253-4694 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Jorge Carlos De Almeida	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Jd. Planalto - Iaçapé	Alexandre Teodoro - Agente de Promoção Ambiental				2703-1191 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. IAÇAPE, 302 - PQ SANTA MADALENA	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Mascarenhas de Moraes	Incalo (APA), Corline e Pedro (Comunidade)				2919-1120 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. SARG. EDGAR LOURENÇO PINTO, 116 - CJ. MAL. MASCARENHAS DE MORAES	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI PEQUENOS HEROIS				CEIPEQUENOSHEROIS@SONHAREACONTECER.ORG.BR	2704-9111 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Julia Grisi , 107	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Vila Renato	Karina Aquino (Agente de Promoção Ambiental)				3726-8591 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. BERNARDINO FERRAZ, 54	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Fazenda da Juta I	Jenifer / Agente de Promoção Ambiental				2919-9334 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. LEVI LANDAU, 23 A - FAZENDA DA JUTA	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI TEOTONIO VILELA				CEITVILELA@PREFEITURARA.SP.GOV.BR	2704-0777 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 780	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI CANTINHO FELIZ				CANTINHOFE LIZ31@YAHOO.COM.BR	5589-6900 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	R. Mauro, 361	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF JEAN MERMOZ				EMEFJMERM OZ@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2275-9920 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Correia De Lemos, 30	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI JD. DAS ORQUIDEAS				SOBEIORQUIDEAS@YAHOO.COM.BR	5921-6100 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Das Orquideas, 193	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI PROF VERA ARNONI SCALQUETTE				EMEIVASCALQUETTI@PREFEITURASP.GOV.BR	2242-4808 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Tanque Velho, 2277	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Vila Curuçá	Andréia/ Psicóloga Bianca/ Farmacêutica				2135-4311 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	RUA PEDRO MEIRA, 01	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Santa Inês	Ana Paula - APA				2297-9669 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	RUA FREI FIDELIS MOTA, 1001	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI JOSÉ JOAQUIM DA SILVA				EMEIJJSILVA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2951-1298 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Soldado Anesio Antao Ferreira, 120	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI DONA MARIA YOLANDA DE SOUZA PINTO HAHNE				EMEIMYSPH AHNE@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2954-0862 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	R. Gastão Madeira, 386	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI DONA ANA ROSA DE ARAUJO				EMEIARRAUJO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	5573-4615 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Alceu Wamosy, 244	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Vila Guilhermina - Dr. Americo Raspa Neto	Ana Justi/APA , Aline/Nutricionista , Paulo/Psicólogo , Mirian/Limpeza, Amauri/Controlador de Acesso				2685-2124 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	R. JOÃO MARCHIORI, 59 - VL GUILHERMINA	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF ASSAD ABDALA				EMEFAABDALA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2098-0440 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Avenida Mendonça Drumond, 902	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI ANNA FLORÊNCIO ROMÃO				CEIAAFROMAO@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2653-4086 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Visconde Do Uruguai, 380	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI SALESIANO DOMINGOS SÁVIO				CEIDOMINGOSSAVIO.CTVIDA@HOTMAIL.COM	2682-7531 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Porto Da Folha , 57	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA				e001211a@se.e.sp.gov.br	2201-5595 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Francisco De Medeiros Jordao, 628	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	UBS Vila Prudente	Idealice / Agente de Promoção Ambiental				2272-5763 (Institucional)	Secretaria Municipal da Saúde (2016)	Praça Centenário de Vila Prudente, 108 - Vila Prudente	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI PAULO VI				EMEIPAULO6@PREFEITURA.SP.GOV.BR	3904-0555 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Carlo Perinello, S/N	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI PARQUE SÃO DOMINGOS				CEIPARQUE SAODOMINGUES@YAHOO.COM.BR	3831-6622 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua José De Morais, 141	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI ELOHIM ADONAI				CEI.ELOHIM@GMAIL.COM	2153-6026 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Maneol Borges Da Cruz, 11	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA				DLMALMEIDA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2557-8088 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	R Gonçalo Lopes De Camargo, 28	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEI ANTONIO PEREIRA LIMA				EMEIAPLIMA@PREFEITURA.SP.GOV.BR	2035-1874 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Ananai, 982	São Paulo
30/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	CEI ANJINHO GUSTAVO				CEIANJINHO GUSTAVO@HOTMAIL.COM	2961-0038 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Jeônimo Bueno, 3	São Paulo
28/10/16	Respondido.	Horta do Jardim Takebe	Augusta Cordeiro dos Santos, Ana da Conceição, Maria Rejane de Souza, Cícero José de Lima, Irene Francisca e outros (40 famílias no total)				40**-**** (Cicero)	Rostichelli (2013)	Rua Santa Bernadete, 138 - Jardim Takebe	Diadema
27/10/16	Recusou.	Horta do Jardim Sônia Maria	Edson Isabel dos Santos, Amálio Trajano Romeiro e Arlindo Batista de Miranda				45**-**** (Arlindo)	Galvez (2011)	Rua Kalil Filho - Jardim Sônia Maria	Mauá
27/10/16	Entrevista telefônica interrompida pela metade.		Adelmira da Silva Rodrigues e Humberto Rodrigues				44**-**** ()	Oliveira (2015)	Rua Americana, 360 - Jardim Cristiane	Santo André

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
27/10/16	Contato errado.	Horta Sapucaí	Raimundo Teotônio da Silva e outros quatro					Departamento de Empreendedorismo, Trabalho e Renda (2016)	Rua Sapucaí, 100 - Vila Vivaldi	São Bernardo Do Campo
27/10/16	Contato errado.	Mãos à Horta - Jardim Flamingo	Francisco Ferreira, Elias Pereira de Paiva, João Ferreira da Conceição					Rodrigues (2013)	Estrada Santa Inês, 4631 - Pedra Branca	São Paulo
27/10/16	Contato errado.		Ironildes Gomes					Cidades sem Fome (2016)	Rua Shiojiro Mukai, 257 - Vila Amorim	Suzano
25/10/16	Respondido.	Horta Assim Bem	Camila Peters Ferrão, Carolina Peters Ferrão, Marcelo Nucci, Paty Silva	https://www.facebook.com/AssimBem/?fref=ts	https://www.facebook.com/groups/168115140249341/?fref=ts	camila@ferrao.net	992**-**** (Camila [?])	Wikiversidade (2016)	Rua Rio da Prata, 60 - Itaim Bibi	São Paulo
25/10/16	Respondido.	Espaço Eco-Cultural Casa Jaya		www.casajaya.com.br	https://www.facebook.com/casajaya	contato@casajaya.com.br	2935-6987 (Institucional)	Gabanyi (2016)	Rua Capote Valente, 305 - Pinheiros	São Paulo
25/10/16	Respondido.	EMEI Ricardo Gonçalves				emeirgoncalves@prefeitura.sp.gov.br	3831-2896 (Institucional)	Gabanyi (2016)	Praça Tcheco - Vila Ipojuca	São Paulo
25/10/16	Respondido.	Horta da Glória			https://www.facebook.com/groups/247587805604423/			Wikiversidade (2016)	Rua General Gurjão, 10 - Jardim da Glória	São Paulo
24/10/16	Respondido.	Horta Educativa do CEASA Grande ABC				hortaeducativa@craisa.com.br	4996-9500 (Ramal 2031) (Institucional)	Companhia Regional de Abastecimento de Santo André (s/d.)	Avenida dos Estados, 2195 - Santa Terezinha	Santo André
24/10/16	Respondido.	Horta da City Lapa	Neide Rigo	http://hortacitylapa.blogspot.com.br/		hortacitylapa@gmail.com		Veja os... (2016)	Praça Angelo Rivetti - City Lapa	São Paulo
24/10/16	Respondido.	Telhado verde do Shopping Eldorado		http://www.shoppingeldorado.com.br/	https://www.facebook.com/ShoppingEldoradoOficial/	sac.eldorado@shoppingeldorado.com.br	2197-7815 (Institucional)	Shopping Eldorado (s/d.)	Avenida Rebouças, 3970 - Pinheiros	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Núcleo Comunitário Sítio Joaninha	Sara Ellen Aleixo			seas.ciamb@gmail.com	945**_**** (Sara)	Rede Permacultural da Periferia	Estrada Pedreira Alvarenga, 2343 – Eldorado	Diadema
22/10/16		EMEB Sagrado Coração de Jesus				EMSAGRADO CORACAO@EDUCACAO.DIADEMA.SP.GOV.BR	4066-8324 (Institucional)	Piraíno (2013)	Avenida Fundibem, 670 – Casa Grande	Diadema
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta do Lar Zaira	Maria José Inácio e outras 19 famílias		https://web.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-das-Peque-nas-Irm%C3%A3s-de-Santa-Terezinha-do-Menino-Jesus-277158915650545/info/?_rdr&tab=overview		4545-5130 (Institucional [Associação das Pequenas Irmãs de Santa Terezinha do Menino Jesus])	Agricultura... (2011)	Avenida Zaira Mansur Sadek, 827 - Jardim Zaira	Mauá
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	Casa da Lagartixa Preta			https://www.facebook.com/casadalagartixapreta	ativismoabc@riseup.net		Rostichelli (2013)	Rua Alcides de Queiroz, 161 - Casa Branca	Santo André
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta dos Vianas	Cinco famílias		https://web.facebook.com/hortadosvianas/?_rdr		98**_**** ()	Sabesp (2015)	Rua dos Vianas, 1366 - Baeta Neves	São Bernardo Do Campo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta Comunitária do Rudge Ramos	Geraldo Francisco da Silva, Virgilio Pereira Rodrigues, Lurdinha, Conceição, Paraná, Dorindo				https://web.facebook.com/inaciasousa.sbc?ref=ts (Inacia Sousa)	Rostichelli (2013)	Av. Vivaldi, 1421 - Rudge Ramos	São Bernardo Do Campo
22/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Horta da Faculdade Anhanguera - São Caetano		http://www.projetohorta.hol.es/sobre-o-projeto/		http://www.projetohorta.hol.es/contato/		Alfapress (2014)	Rua Conceição, 321 - Santo Antônio	São Caetano Do Sul

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	Horta do Crianteiro		https://crianteiro.wordpress.com	https://www.facebook.com/crianteiro	crianteiro@gmail.com		Gabanyi (2016)	Rua Semaneiros, 700 - Alto de Pinheiros	São Paulo
22/10/16	Respondido.	Horta das Corujas	Mity Hori, Matheus Wiggers, Cristina Isoldi, Andrea Valencio Pesek, Claudio Lorenzo, Pâmela Sarabia, Guga Nagib, Yasmin Oliveira, Joana Bj, Matias Freitas Guimarães, Vicente Lourenço de Góes, Claudia Visoni e Rosangela Zanchetta		https://www.facebook.com/groups/263138953790722/			Gabanyi (2016)	Praça Dolores Ibarruri - Vila Madalena	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta Comunitária Independência	Carlos Henrique		https://www.facebook.com/groups/hortacomunitariaindependencia/			Wikiversidade (2016)	Praça da Independência - Vila Re	São Paulo
22/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Horta da Casa Porto Seguro	Associação Evangélica do Brasil	http://www.aeb-brasil.org.br/paage/casa-de-convivencia-porto-seguro/		dinei@aeb-brasil.org.br	33**_**** (Dinei Spadoni)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Porto Seguro, 235 – Armênia	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Escola Estufa Complexo Prates		http://complexoprates.blogspot.com.br/p/oque-e.html	https://www.facebook.com/Complexo-Prates-584532628263556/		3229-8192 (Institucional [Complexo Prates])	Gabanyi (2016)	Rua Prates, 1101 - Sé	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	Horta Comunitária da Maloca (Espaço de Convivência Alcântara Machado)		http://tendaalcantaramachado.com.br/	https://www.facebook.com/Espa%C3%A7o-de-Resist%C3%Aancia-do-Povo-de-Rua-Tenda-Alc%C3%A2ntara-Machado-1695221374048401/timeline/	catsoemluta@riseup.net		Rede Permacultural da Periferia	Av. Alcântara Machado, 888 - Brás	São Paulo
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	Horta Geodésica		https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HIwJww3CQFsJ:transitionbrasilandia.blogspot.com.br/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br	https://web.facebook.com/transitionbrasilandia?fref=ts&_rdr	transitionvilbrasilandia@gmail.com	3397-5410 (Institucional [CEU Jardim Paulistano])	Gabanyi (2016)	Rua Aparecida do Taboado - Jardim Paulistan	São Paulo
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	Horta da praça Sambaqui	Josué	https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HIwJww3CQFsJ:transitionbrasilandia.blogspot.com.br/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br	https://web.facebook.com/transitionbrasilandia?fref=ts&_rdr	transitionvilbrasilandia@gmail.com		Gabanyi (2016)/Hortas da Brasilândia (s/d.)	Rua Itambé do Mato Dentro, 470 – Brasilândia	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta da Vila Indiana			https://www.facebook.com/groups/hortavilaindiana/			Gabanyi (2016)	Rua Corinto, 351 - Vila Indiana	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	Mensagem privada ao administrador do grupo e e-mail enviados. Sem resposta.	Horta do IEE	Criando Terra - Henrique Kefalás	http://criandoterra.wixsite.com/criandoterraiee	https://web.facebook.com/groups/1412625678952617/	criandoterraiee@gmail.com	951**-**** (Henrique Callori Kefalás)	Gabanyi (2016)	Av. Professor Luciano Gualberto, 1289 – Butantã	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta do Crusp (Bloco F)	Raul, Seu Marcos		https://www.facebook.com/hortacrusp/?fref=ts		https://www.facebook.com/nikiro (Níkolos Rodrigues Silva)	Gabanyi (2016)/ Mãos... (2015)	Av. Professor Mello Moraes, 1235 – Butantã	São Paulo
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	Horta Construindo um Mundo Melhor	Células de Transformação	http://moverjuntos.blogspot.com/	https://web.facebook.com/celulasdetransformacao?_rdr	cdt@moverjuntos.org		Gabanyi (2016)	Rua Taquaraçu de Minas - Cachoeirinha	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta do Beco	Horta comunitária	https://web.facebook.com/hortadobeco/	https://www.facebook.com/groups/157819331236939/?fref=ts			Wikiversidade (2016)	Rua Antônio Tavares, 474 - Cambuci	São Paulo
22/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Casa dos Holons		http://www.casadosholons.com.br/	https://www.facebook.com/casaholons	contato@casadosholons.com.br	99**-**** ()	Gabanyi (2016)	Rua João Álvares Soares, 1860 - Campo Belo	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada ao administrador do grupo e e-mail enviados. Sem resposta.	Espaço Cita	Diogo Menezes (Megê Bioconstrutor)	https://espacocita.wordpress.com/	https://www.facebook.com/espacoculturalcita/	espacocita@gmail.com	5844-4116 (Institucional)	Rede Permacultural da Periferia	Rua Aroldo de Azevedo, 20 – Campo Limpo	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta Comunitária Parque Ipê			https://www.facebook.com/groups/409721542467953/			Gabanyi (2016)	Rua Marujada, 53 - Campo Limpo, Parque Ipê	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta Cores e Sabores / E.E. Presidente Café Filho	Capão Cidadão	https://web.facebook.com/hortacoresesabores/?_rd	https://web.facebook.com/capaocidadao/		5827-5986 (Institucional)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	R. Gastão Raul de Forton Bousquet, 401 - Jardim Ipê	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Hortão da Casa Verde	Carmen Sampaio	https://www.facebook.com/groups/213132315501969/	https://www.facebook.com/groups/213132315501969/			Gabanyi (2016) / Wikiversidade (2016)	Rua Caetano Desco, 123 - Vila Baruel	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	É hora da horta			https://www.facebook.com/%C3%89-Hora-da-Horta-1476342962636026/			Angelica Nakamura (2016, informação verbal)	Rua Frederico Penteado Jr., 308 - Casa Verde - São Paulo	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Escola Estufa Cidade Tiradentes			https://web.facebook.com/ccctcf?_rd		3333-4896 (Institucional [Casa de Cultura Cidade Tiradentes])	Gabanyi (2016)	Avenida Sarah Kubitschek, 165 - Cidade Tiradentes	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Viveiro escola "Casa das Araucárias" CEI	GRAU -Grupo Agricultura Urbana Cidade Tiradentes		https://web.facebook.com/reginachavess			Chaves (2016)	Rua Arquiteto Professor Chaves, 10 - Castro Alves	São Paulo
22/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	PROFESSORA MARIA AUGUSTA DE PAULA				Ceimariapaula@Prefeitura.SP.Gov.Br	2964-0414 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua dos Pedreiros, 135 - Cidade Tiradentes	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Ocupação Esperança Vermelha	Liga de Saúde da USP		https://www.facebook.com/MTST-Ocupa%C3%A7%C3%A3o-Esperan%C3%A7a-Vermelha-1673760219542507/			Rede Permacultural da Periferia	Rua Inácio Monteiro, 6000 - Cidade Tiradentes	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta do Ciclista			https://www.facebook.com/groups/429537857165149/			Gabanyi (2016)	Av. Paulista, 2444 - Bela Vista	São Paulo
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	Escola Estufa Capela do Socorro		http://www.futurong.org.br/	https://pt-br.facebook.com/futurong.org	secretaria@futurong.org.br	5526-3355 (Institucional [ONG Futurong])	Gabanyi (2016)	Rua Rio São Nicolau, 599 - Grajaú	São Paulo
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	EMEI Cidade Antônio Estevão de Carvalho		http://emeicidaedaecarvalho.blogspot.com.br/	https://www.facebook.com/emeicidaedaecarvalho/	emeicidaedaecarvalho@gmail.com	2046-6663 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Praça Jandaira - Conj. Hab. A. E. Carvalho	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	CEU Três Pontes	Cidades sem Fome	http://ceutrespontes.blogspot.com.br/	https://pt-br.facebook.com/ceutrespontes/		3678-5384 (Institucional)	Temp (2016) / Mais Educação São Paulo (2013)	Rua Capachós, 344 - Jardim Celia	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta da FMUSP		http://hortadafmusp.blogspot.com.br/	https://www.facebook.com/HortaDaFmusp			Gabanyi (2016)	Avenida Doutor Arnaldo, 455 - Cerqueira César	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Projeto Unihorta da Casa de Cultura e Educação São Luís	Renato Rocha de Lima			casadecultura.educasaoluis@gmail.com	5851-1796 (Institucional)	Uni Horta (2016)	Rua José Manoel Camisa Nova, 30 - Jardim São Luiz	São Paulo
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	Aromática Ervas Orgânicas			https://www.facebook.com/aromaticaervasorganicas	luciana@aromaticaervas.com.br	99** -**** ()	Gabanyi (2016)	Avenida Antônio Nagibe Ibrahim, 30 - Água Branca	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta das Flores		http://vivabairro.net/	https://www.facebook.com/groups/940194452680288/?fref=ts		https://www.facebook.com/projetovivabairro/()	Wikiversidade (2016)	Avenida Alcântara Machado, 2200 - Mooca	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta da Praça Kantuta	Marcos Castanho (?)	https://blogcasalatina.wordpress.com/	https://www.facebook.com/casalatina.kantuta			Wikiversidade (2016)	Praça Kantuta - Canindé	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Sítio das Alamedas	Marcos Castanho	https://blogcasalatina.wordpress.com/	https://www.facebook.com/casalatina.kantuta		3291-9666 (Institucional)	Casa Latina (2015)	Rua Comendador Nestor Pereira, 75 - Canindé	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada ao administrador do grupo e e-mail enviados. Sem resposta.	Horta do Sesc Itaquera	Vivi Santos	sescsp.org.br/itaquera	www.facebook.com/sesc.itaquera?filter=1	email@itaquera.sescsp.org.br	2523-9200 (Institucional)	Rede Permacultural da Periferia	Avenida Fernando Espírito Santo Alves de Mattos, 1000 - Itaquera	São Paulo
22/10/16	Postagem no grupo e e-mail enviado. Sem resposta.	Horta Comunitária da Pompéia			https://www.facebook.com/groups/hortapompeia/			Gabanyi (2016)	Rua Francisco Bayardo, 478 - Perdizes	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta da Nascente	Ocupe & Abrace - Bruna Bernachio, Clio Pesek, Flávia Lemos e Lu Cury	http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0dRbbYDzm4J:www.ocupeeabrace.com.br/%3Fpage_id%3D50+%&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br	https://www.facebook.com/PracaDaNascente			Gabanyi (2016)	Praça Homero Silva - Sumaré	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta da Vila Anglo			https://www.facebook.com/groups/HortadaVilaAnglo/			Gabanyi (2016)	Rua Rifaina, 274 - Vila Anglo	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Plantão da Horta (Biblioteca Pe. José de Anchieta)	Glauco Murta	https://www.facebook.com/BioconstruindoPermacultura-257304694394821/?fref=ts	https://www.facebook.com/plantaodahortanabiblioteca/?hc_ref=PAGES_TIMELINE			Horta Di Gueto (s/d.)	Rua Antônio Maia, 651 - Perus	São Paulo
22/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	Escola Estufa Perus		https://sites.google.com/site/escolajuliodeoliveira/	https://web.facebook.com/escola.juliooliveira/?_rdr	juliooliveiranoar@gmail.com	3917-0670 (Institucional [EMEF Júlio de Oliveira])	Gabanyi (2016)	Rua Julio de Oliveira, 160 - Vila Fanton	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta do BNH			https://www.facebook.com/groups/540629959284761/?ref=br_rs			Gabanyi (2016)	Praça Maria Noeli Carly Lacerda - Pinheiros	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta comunitária da Spama			https://www.facebook.com/enactususp/			Encontro de Agricultura Urbana da USP	Pirituba	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Escola Estufa Butantã			https://web.facebook.com/Educand%C3%A1rio-Dom-Duarte-111071892307316/		3782-0773 (Institucional [Educandário Dom Duarte])	Gabanyi (2016)	Avenida Engenheiro Heitor Antonio Eiras Garcia, 5985 - Jardim Esmeralda	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta Nova Esperança	Associação Vila Nova Esperança	https://www.facebook.com/pages/Coletivo-Manac%C3%A1s/150595275099926	https://www.facebook.com/VilaNovaEsperanca/?fref=ts		3783-1998 (Institucional)	Albardia (2016)	Avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, 9200	São Paulo
22/10/16	E-mail enviado. Sem resposta.	EMEF Maria Alice Borges Ghion	Grupo de Estudo de Sustentabilidade			arvoredomonga@hotmail.com	(Jefte Hugo Pereira)	Basílio (2015)	Rua Cachoeira Poraque, 575 - Conjunto Promorar Raposo Tavares	São Paulo
22/10/16		Horta Comunitária Roosevelt			https://www.facebook.com/groups/hortaroosevelt			Gabanyi (2016)	Praça Franklin Roosevelt - República	São Paulo
22/10/16	Respondido.	Horta do Arouche		https://www.facebook.com/groups/wikipracsasp/?fref=ts	https://www.facebook.com/groups/1481936875464558/			Wikiversidade (2016)	Largo do Arouche, 40 - República	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta Educativa do Circo Escola São Remo	Projeto Hortas Educativas-Fussesp/Instituto Criança Cidadã	https://iccsp.wordpress.com/tag/circo-escola-sao-remo/	https://web.facebook.com/lccCircoEscolaSaoRemo/?_rd		3765-0459 (Institucional [unidade])	Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo	Rua Aquianés, 13 – Jardim São Remo	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	Postagem no grupo e mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Hortão comunitário no CEU Butantã		https://www.facebook.com/butantaceu?hc_location=ufi	https://www.facebook.com/groups/670683433057897/		3732-4500 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016) / Wikiversidade (2016)	Avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, 1870	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada ao administrador do grupo. Sem resposta.	Horta da Vila Industrial	Moises Patricio		https://www.facebook.com/moisessilvapatricio?hc_location=ufi			Gabanyi (2016)	Rua Pacari da Mata - São Lucas	São Paulo
22/10/16	Respondido.	Horta da SABESP (Aduora Rio Claro)	Rafael Tenório, Pedro Almeida e Grupo de 21 famílias, a maioria aposentados		https://web.facebook.com/people/Horta-Felisberto-Fernandes-da-Silva/100011347212056?_rdr	xpedroalmeida@gmail.com	https://web.facebook.com/rafteno OU https://web.facebook.com/pedro.almeida.923 (Rafael)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Praça Felisberto Fernandes da Silva, 1 – Cidade São Mateus	São Paulo
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	Viveiro de Gabanyi (2016)s Sabor da Vitória	Terezinha dos Santos Matos e José Nildon de Matos		https://web.facebook.com/terezinha.santosmatos?_rdr	terezinhasantosmatos@yahoo.com	22**-**** (Terezinha)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Serafim Dias Machado, 88	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta Orgânica da Tia Bela	Florisbela de Azevedo Silva		https://web.facebook.com/profile.php?id=100009293556450		27**-**** (Florisbela [Dona Bela])	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Morro do Espia, 442 - Jardim Imperador - São Paulo	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Fazendinha Imperador	José Aparecido Cândido Vieira, Catarina Habyak Candido Vieira e Adriana		https://web.facebook.com/josevieira.candidovieira.3		27**_**** (José Candido [Seu José])	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Piranguçu, 10 - Jardim Imperador - São Paulo	São Paulo
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	Horta da Associação Mutirão do Pobre		http://www.mutiraodopobre.org.br/	https://web.facebook.com/AssociacaoMutiraoDoPobre/	mutiraodopbreadm@gmail.com	2240-3619 (Institucional)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua dos Filhos da Terra, 944 - Jardim Filhos da Terra	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Arboreser	Camila Costal, Julhiana Costal, Daniel Pires Ribeiro		https://web.facebook.com/pages/Arboreser/394541640642840?fref=ts&_rdr			Pereira (2014)	Rua Sebastião de Freitas, 561 - Jaçanã	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Sabor de Fazenda		http://www.sabordefazenda.com.br/index.php	https://www.facebook.com/pages/Sabor-de-Fazenda-Ervas-e-Temperos/179409358763220?fref=ts		2631-4915 (Institucional)	Marta Marques (2016, informação verbal)	Av. Nadir Dias de Figueiredo, 395 - Vila Maria - São Paulo	São Paulo
22/10/16	E-mail e mensagem privada enviados. Sem resposta.	EMEF Ministro Anibal Freire			https://www.facebook.com/pages/Projeto-Ubuntu/391602660938461	emefafreire@prefeitura.sp.gov.br	3835-2183 (Institucional)	Gabanyi (2016)	Rua Silva Airosa, 100 - Vila Leopoldina	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	EMEI Dona Leopoldina		https://www.facebook.com/emeidonaleopoldina	https://www.facebook.com/turmaborboleta?hc_ref=PAGE_TIMELINE		3832-3632 (Institucional)	Gabanyi (2016)	Rua Peribebui, 1 - Alto da Lapa	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Escola Estufa Vila Mariana			https://www.facebook.com/HortaVilaMarianaEscolaEstufa		3397-4100 (Institucional [Sub. Vila Mariana])	Gabanyi (2016)	Rua Dr. Diogo de Faria, 609 - Vila Mariana	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta Boaventura			https://www.facebook.com/Horta-Boaventura-536601936431726/			Wikiversidade (2016)	Avenida Monsenhor Manoel Leite, 5444 - Jardim Jussara	São Paulo
22/10/16	Mensagem privada enviada. Sem resposta.	Horta di Gueto (EE.Laert Almeida São Bernardo)			Horta Di Gueto (s/d.)			Horta Di Gueto (s/d.)	Rua Odete Domingues Marques, 30 - Jardim Saint Moritz	Taboão Da Serra
		Oito de Dezembro						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Rua Buenos Aires, 11	Diadema
		Gema	De 36 a 150 famílias					Secretaria de Segurança Alimentar (2016) / Nascimento (2013a)	Av. Luiz Merenda, 440 - Jardim Campanário	Diadema
		Parque Reid	Daniel Augusto Silva					Secretaria de Segurança Alimentar (2016) / Hortas urbanas... (2014)	Rua Serra do Mar, 303 – Parque Reid	Diadema
		Sesi						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Rua Sulamerica, 287	Diadema
		Centro Cultural Taboão						Secretaria de Segurança Alimentar (2016) / Piráino (2013)	Av. Dom João VI, 1393 – Taboão	Diadema
		Santa Rita						Piráino (2013)	Rua India - Jardim Santa Rita	Diadema

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Horta da Vila Olinda	Lucimara Rodrigues Silva e Claudinete					Secretaria de Segurança Alimentar (2016) / Rostichelli (2013)	Rua Karl Huller	Diadema
		Thereza Lino						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Rua Santa Barbara, 489 – Jardim Santa Rita	Diadema
		EMEB Zilda Gomes dos Reis Almeida				EMZILDAGO MES@EDUC ACAA.DIADE MA.SP.GOV.BR	4044-6283 (Institucional)	Piraiño (2013)	Rua Maria Emilia, 100 - Jardim Bela Vista	Diadema
		Jardim Nordeste						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Av. Alberto Jafet, 556 – Vila Nogueira	Diadema
		Gazuza						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Rua do Projeto – Jardim Gazuza	Diadema
		Arco-íris						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Passagem Beethoven – Jardim Arco-íris	Diadema
		Centro Público Eldorado						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Rua Boto - Eldorado	Diadema
		Escola José Martins da Silva						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Rua Guatambús, 69 – Eldorado	Diadema
		Centro Comunitário Santa Cândida						Secretaria de Segurança Alimentar (2016) / Piraiño (2013)	Rua dos Signos	Diadema

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Yamberê						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Rua Poaca	Diadema
		UBS Jardim Inamar	Luzia, José				4043-5918 (Institucional [UBS])	Rostichelli (2013)	Rua Vegas, 122 - Inamar	Diadema
		EMEB Profa. Fabíola Lima Goyano				EMPROFESS ORAFABIOLA @EDUCACA O.DIADEMA.S P.GOV.BR	4043-3858 (Institucional)	Piraiño (2013)	Rua Antônio Sylvio Cunha Bueno, 72 - Inamar	Diadema
		Jardim União	Agripina Geralda de Oliveira e outros sete					Secretaria de Segurança Alimentar (2016)/ Duarte (2015)	Rua Linda, 144 – Jardim União	Diadema
		Núcleo Habitacional Morro do Samba						Secretaria de Segurança Alimentar (2016) / Piraiño (2013)	Travessa Juruna, 169 – Serraria	Diadema
		Barão de Uruguiana						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Rodovia dos Imigrantes, km 17,5	Diadema
		Santa Lúcia						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Rua Santa Lúcia, 65 – Jardim Santa Rita	Diadema
		UBS Canhema					4071-1342 (Institucional)	Piraiño (2013)	Rua Vinte e Dois de Abril, 113 - Jardim Canhema	Diadema
		Padre Anchieta						Secretaria de Segurança Alimentar (2016)	Rua George Rexroth – Padre Anchieta	Diadema

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Elo da Terra (Parque do Lago Francisco Rizzo)		http://www.seaembu.org/noticia.php?id=159		contato@seae mbu.org	47**_**** (Institucional)	Ribeiro (2013)	Rua Alberto Giosa, 320 - Quinhaú	Embu
		Centro de Referência da Mulher				centrodereferenciadamulher@embudasartes.sp.gov.br	4704-0238 (Institucional)	Ribeiro (2013)	Rua Bernardina, 37 - Centro	Embu
		Servidão						Ribeiro (2013)	Estrada do DAE, 45, Jardim Vista Alegre	Embu
		Horta da Paz Centro Recreativo e Social						Ribeiro (2013)	Rua Augusto de Almeida Batista - Jardim São Marcos	Embu
		Horta Integração (UBS Santa Emília)				crechemarina@gmail.com	4782-5632 (Institucional)	Ribeiro (2013)	Avenida do Realismo, 16 - Jardim Marina	Embu
		UBS Independência				ubsmiguelgcardoso@embudasartes.sp.gov.br	41**_**** ()	Ribeiro (2013)	Estrada de Itapecerica a Campo Limpo, 530 - Jardim Santa Emília	Embu
		UBS Santo Eduardo				independencia.embu@gmail.com	4244-8697 (Institucional)	Ribeiro (2013)	Estrada de Constantinopla, 1200 - Jardim Independência	Embu
		Horta comunitária Terra Molhada				ubsmarlucego uveia@embudasartes.sp.gov.br	41**_**** ()	Ribeiro (2013)	Estrada de Itapecerica a Campo Limpo, 3133 - Jardim Santo Eduardo	Embu
								Permacultura di Periferia (s/d.)	Estrada Keishi Matsumoto, 1390	Embu

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		UBS São Luiz					47** -**** ()	Ribeiro (2013)	Rua Quênia, 81 - Jardim São Luiz	Embu
		UBS Fátima				ubsfatima@gmail.com	4244-4927 (Institucional)	Ribeiro (2013)	Rua São Lourenço, 246 - Jardim Nossa Senhora de Fátima	Embu
		Escola Mater Amabilis						Temp (2016)	Rua Josefina Mandoti, 158	Guarulhos
		Horta do Centro Público de Economia Solidária					4549-4972 (Institucional)	Prefeitura do Município de Mauá (2015)	Rua Oscarito, 809 - Jardim Sônia Maria	Mauá
		Horta da Estrada do Carneiro	Rubens Correa de Barcelar e outros quatro					Agricultura... (2011)	Estrada do Carneiro, 1480 - São João	Mauá
			Manoel Pedro Cajaíba					Rostichelli (2013)	Av. Assis Brasil, 467 - Vila Assis Brasil	Mauá
		Horta Mogi das Cruzes	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua José Tenório de Aquino, 12	Mogi Das Cruzes
		Jardinagem Pirani	Carlos Antonio de Freitas					Hortas urbanas... (2014)	Rua Antonio Cardoso Franco	Santo André
			Cacilda					Rostichelli (2013)	Rua Fernando Pessoa, 413 - Parque Marajoara	Santo André
		Horta 2 Irmãos						Horta 2 irmãos (s/d.)	Rua Chuí, 828 - Vila Pires	Santo André
			Camila de Angelo Del Caro, Terezinha, Guilherme Fortuna da Silva					Hortas urbanas... (2014)	Rua Buri, 730 - Vila Pires	Santo André
			Camila de Angelo Del Caro, Terezinha, Guilherme Fortuna da Silva					Hortas urbanas... (2014)	Rua Cisplatina, 1030 - Vila Pires	Santo André

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Horta do Seu Atílio	Atílio					Rostichelli (2013)	Rua Vitória Peña Giorgi, 943 - Parque Marajoara	Santo André
		Horta do Marajoara	Cida, João, Natal, Oscar					Rostichelli (2013)	Rua Paulo Sérgio, 0 - Parque Marajoara	Santo André
		Horta do Capuava	Avair, Elza, Cida, Raimundo				44**_**** (Elza Stabeli [?])	Rostichelli (2013)	Travessa Patagônia, 200 - Capuava	Santo André
		Horta do Seu Antonio	Antonio					Rostichelli (2013)	Av. das Nações, 2836 - Capuava	Santo André
		Horta D. Pedro de Alcântara	Um					Departamento de Empreendedorismo, Trabalho e Renda (2016)	Alameda Dom Pedro de Alcantra, 680 - Jardim Nascimento	São Bernardo Do Campo
		Horta Saúde e Vida	Quatro					Departamento de Empreendedorismo, Trabalho e Renda (2016)	Rua Francisco Vicentiner, 910 - Assunção	São Bernardo Do Campo
		Horta Baeta II	Dois					Departamento de Empreendedorismo, Trabalho e Renda (2016)	Rua dos Vianas, 2101 - Baeta Neves	São Bernardo Do Campo
		Horta Nutrivida	Sebastião e outros quatro	http://cirandas.net/horta-organica-nutrivida/horta-organica-nutrividas-home-page				Departamento de Empreendedorismo, Trabalho e Renda (2016)	Avenida Pedro Mendes - Parque Selecta	São Bernardo Do Campo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Horta orgânica Vera	Vera			verataboni@gl obomail.com	42**-**** (Vera)	Horta Orgânica Vera (2013)	Rua Ulisses Tornincasa, 210 - São José	São Caetano Do Sul
		Escola Estufa Pinheiros					3022-2146 (Institucional [Sub. Pinheiros])	Gabanyi (2016)	Rua Arruda Botelho, 88 – Pinheiros	São Paulo
		Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Jardim Damasceno - APAFA Suínos	José Eriel Alves Souza				39**-**** (José Eriel)	Kairós (2007)	Av. Hugo Ítalo Merigo, 1500 - Jardim Damasceno	São Paulo
		Horta da Fofito	Alexandra Carneiro					Mãos... (2015)	Rua Cipotânea, 51 – Butantã	São Paulo
		Parque Previdência					3721-8951 (Institucional)	Gabanyi (2016)	Rua Pedro Peccinini, 88 - Butantã	São Paulo
		Horta Oceanográfica (Bloco Didático)						Mãos... (2015)	Praça do Oceanográfico, 191 – Butantã	São Paulo
		Horta do IPUSP (entre o Bloco B e a Biblioteca)	Tito Oliveira, Rebeca Ferraz Santos, Jessica Laube Lima, Vini Carbone, Dora Siqueira Leite, Patrícia Moura, Pam Ela, Vivian Sanchez, Luiza Meirelles Papaterra Limongi				https://www.facebook.com/tito.oliveira.92 (Tito)	Mãos... (2015)	Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Butantã	São Paulo
		Escola Estufa Freguesia do Ó / Vila Brasilândia					3981-5000 (Institucional [Sub. Freguesia do Ó])	Gabanyi (2016)	Avenida João Marcelino Branco, 93 - Vila Cachoeirinha	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Escola Estufa Cambuci					3208-2020 (Institucional [Incubadora de Projetos Sociais])	Gabanyi (2016)	Rua Otto de Alencar, 270 - Cambuci	São Paulo
		Escola Estufa Cidade Ademar					5670-7000 (Institucional [Sub. Cidade Ademar])	Gabanyi (2016)	Avenida Yervant Kissajikian, 416 - Vila Constância	São Paulo
		Escola Estufa Campo Limpo						Gabanyi (2016)	Estrada do Campo Limpo, 6197 - Campo Limpo	São Paulo
		Escola Estufa Penha					2641-2712 (Institucional [Linear Tiquatira])	Gabanyi (2016)	Rua Heitor Diniz Campello, 104 - Rua Casqueiro,	São Paulo
			Darmo Hessel Roschel				56**_**** (Darmo)	Instituto Kairós (s/d.)	107 - Cidade Dutra	São Paulo
			José Mauro Furtado Fidelis				56**_**** (José Mauro)	Instituto Kairós (s/d.)	Rua Jose Figueira Guedes, 40 - Jardim Regis	São Paulo
		Horta Grajaú	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Alziro Pinheiro Magalhães, 580	São Paulo
		Escola Estufa Guaianases					2557-5934 (Institucional [Sub. Guaianases])	Gabanyi (2016)	Rua Otelo Augusto Ribeiro, 582 - Guaianases	São Paulo
		APM da EMEI 133 Pestalozzi	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Abner Ribeiro Borges, 154 - Jardim Iguatemi	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Horta Jardim Laranjeiras	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Ribeiro Baião, 154 – Jardim Laranjeiras	São Paulo
		Horta São Mateus 2	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Padre Josimo de Moraes Tavares, 56 – Jardim Alto Alegre	São Paulo
		NAIA Brooklin	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Ribeiro do Vale, 120 – Brooklin	São Paulo
		Escola Reverendo Irineu Monteiro de Pinho	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Chuva e Sol, 41 – Cidade Antônio Estevão de Carvalho	São Paulo
		EE Lina da Costa Couto	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Avenida Jacú Pêssego, 1.400	São Paulo
		EE Ruth Cabral Troncarelli	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Antônio Gandine, 690 – Itaquera	São Paulo
		EE Professor Thales Castanho de Andrade	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Fontoura Xavier, 851 – Vila Carmosina	São Paulo
		Horta Escolar Professora Maria da Conceição Oliveira Costa	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Lagoa Taí Grande, 475 – Itaquera	São Paulo
		Escola Estufa Jabaquara					3396-5550 (Institucional [CEU Caminho do Mar])	Gabanyi (2016)	Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 5241 – Jabaquara	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Escola Estufa Lapa					3719-2343 (Institucional [CEU Jaguaré])	Gabanyi (2016)	Avenida Kenkiti Simomoto, 80 – Jaguaré	São Paulo
		Escola Estufa Pirituba / Jaraguá					3974-5363 (Institucional [Telecentro Taipas])	Gabanyi (2016)	Travessa Lázaro Merono, 123 - Taipas	São Paulo
		Escola Estufa M' Boi Mirim					3397-9652 (Institucional [CEU Guarapiranga])	Gabanyi (2016)	Estrada da Baronesa, 1120 - M' Boi Mirim	São Paulo
		Horta Guarapiranga	Cidades sem Fome / SOS Guarapiranga / Instituto Caobi					Temp (2016)	Estrada da Baronesa, 526 – Gurapiranga	São Paulo
		Fundação Julita	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Nova Tuparoquera, 249 – Jardim São Luiz	São Paulo
								Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Chuva de Verão, 20 - Fazenda do Carmo	São Paulo
								Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Sugão Suzuki, 100 - Colônia	São Paulo
		Arte Mahikari		http://sukyomahikari.org.br/			3209-6788 (Institucional)	Favier (2010)	Rua São Joaquim, 105 , Liberdade	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Horta do Palácio dos Bandeirantes	Projeto Hortas Educativas-Fussesp				2193-8282 (Institucional [palacio])	Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo	Av. Morumbi, 4500 - Morumbi	São Paulo
		Escola Estufa Itaquera					2944-6555 (Institucional [Sub. Itaquera])	Gabanyi (2016)	Rua Blecaute, 303 - Parque do Carmo	São Paulo
		NAIA Pedreira	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Padre Augusto Lombardi - Pedreira	São Paulo
		Escola Estufa Ermelino Matarazzo						Gabanyi (2016)	Rua Eduardo Kiyoshi Shimuta, 53 - Ponte Rasa	São Paulo
		UBS do Jardim São Remo	Ivo, Érica, Roberta e Ingrid				3768-2217 (Institucional)	Ilhéu (2016)	R. Baltazar Rabêlo, 167 - Vila Butantã	São Paulo
		Escola Estufa Ipiranga					2808-3600 (Institucional [Sub. Ipiranga])	Gabanyi (2016)	Rua Taquarichim, 88 - Ipiranga	São Paulo
		Escola Estufa Santana / Tucuruvi					2987-3844 (Institucional [Sub. Santana])	Gabanyi (2016)	Rua Alvaro de Abreu, 290 - Jardim São Paulo	São Paulo
		Escola Estufa Santo Amaro					5687-6340 (Institucional [Clube Escola Joerg Bruder])	Gabanyi (2016)	Avenida Padre José Maria, 555 - Santo Amaro	São Paulo
		Escola Secundino Domingues Filho	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Secundino Domingues, 136 - Vila Independência	São Paulo
		Escola Estufa Vila Prudente					2100-7200 (Institucional [Sub. Vila Prudente])	Gabanyi (2016)	Avenida do Oratório, 172 - Vila Prudente	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
			Antônio, Rose e Manuel					Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Prof. José Décio Machado Gaia, 28 - São Mateus - São Paulo	São Paulo
		Escola Estufa São Matheus					2019-8430 (Institucional [Coord. de Proj. e Obras - Sub. São Matheus])	Gabanyi (2016)	Avenida Ragueb Chofhi, 822 – São Matheus	São Paulo
		Horta do Seu Alberto	Alberto				99887-0288 (Andreia / AAZL)	Hortas da Zona Leste (s/d.)	Rua das Estrelas, 172 - Jardim Santa Adélia	São Paulo
		Horta Tatuapé	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Avenida Luiz Pires de Minas, 716 – Jardim Imperador	São Paulo
		Escola Estufa São Miguel Paulista					2297-9200 (Institucional [Sub. São Miguel])	Gabanyi (2016)	Rua Craval, 19 – São Miguel Paulista	São Paulo
		Horta São Mateus	Pedro				99887-0288 (Andreia / AAZL)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua José Vieira do Rio, 163 – São Mateus	São Paulo
		Centro Educacional Comunitário Dona Perseverança	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Orestes Damolin, 20	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Hortas nos dutos da Transpetro	Oito agricultores				2735-4842 (Institucional [Cidades sem Fome])	Transpetro (2016)/Temp (2016)	Rua Francisco Usper - Jardim Tietê	São Paulo
		EE Professor Alberto Levy	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Avenida Indianópolis, 1570	São Paulo
		Horta da Casa de Solidariedade II	Projeto Hortas Educativas-Fussesp/Instituto Criança Cidadã	https://iccsp.wordpress.com/tag/casa-da-solidariedade-ii/			3106-9013 (Institucional [unidade])	Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo	Rua Frederico Alvarenga, 125 - Parque D. Pedro II	São Paulo
		CAMINHANDO O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL					5541-8845 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rosária Musarra, 90	São Paulo
		SME CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA PENHA-CENHA					2942-0900 (Institucional)	Secretaria Municipal de Educação (2016)	Rua Francisco Bueno, 384	São Paulo
		Horta Mater Dei – Instituto Cenha	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Francisco Bueno, 384 - Tatuapé	São Paulo
		Escola Estufa Jaçanã/Tremembé					3397-1000 (Institucional [Sub. Jaçanã])	Gabanyi (2016)	Rua Conchita, 273 – Horto Florestal	São Paulo
		Escola Professora Neyde Aparecido Sollito	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua José Maria Pinto Zilli, 696 – Jardim Palmas	São Paulo
		Horta Guaianases	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua João Barista, 642 – Jardim Robru	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Horta Educativa da Creche Pré-Escola Curuçá	Projeto Hortas Educativas-Fussesp/Instituto Criança Cidadã	https://iccsp.wordpress.com/tag/creche-vilacuruca/			2035-3516 (Institucional [unidade])	Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo	Av. Nordestina, 3370 - Vila Nova Curuçá	São Paulo
		Escola Estufa Itaim Paulista					2561-6064 (Institucional [Sub. Itaim Paulista])	Gabanyi (2016)	Avenida Marechal Tito, 3012 - Itaim Paulista	São Paulo
		Escola Estufa Aricanduva					2671-8788 (Institucional [Parque Esportivo do Trabalhador])	Gabanyi (2016)	Rua Canuto de Abreu - Anália Franco	São Paulo
		EE Casimiro de Abreu	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Coronel Jordão 144 – Vila Paiva	São Paulo
		Horta Vila Maria – Escola de Samba Vila Maria	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Cabo João Monteiro da Rocha, 448 – Jardim Japão	São Paulo
		Escola Estufa Vila Maria					2954-4822 (Institucional [EMEF João Domingos Sampaio])	Gabanyi (2016)	Rua Gastão Madeira, 386-Vila Maria Alta	São Paulo
		Cantinho Natural	Josefa Soares e Hélio				(Josefa)	Gabanyi (2016)	Rua Cubatão, 361 - Paraíso	São Paulo
		EMEF José Bonifácio	Cidades sem Fome					Temp (2016)	Rua Dr. Frederico Brotero 134 – Cidade Patriarca	São Paulo
		CRESAN Butantã					3733-4404 (Institucional)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	Rua Nella Murari Rosa, 40 - Jardim Jaqueline	São Paulo

DATA	STATUS	HORTA	PARTICIPANTES OU RESPONSÁVEIS	SITE	REDE SOCIAL	E-MAIL	TELEFONE	FONTE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
		Praça Gabiroba			https://www.facebook.com/Horta-Boaventura-536601936431726/			Horta Boaventura (2016)	Rua Elizabeth Barbegian Baldinato, 130 - Vila Suzana	São Paulo
		Portal do Morumbi			https://www.facebook.com/Horta-Boaventura-536601936431726/			Horta Boaventura (2016)	Rua Elizabeth Barbegian Baldinato, 280 - Vila Suzana	São Paulo
		Horta Comunitária da Vila Nancy	Elena, Osmar, Tadeu, Raimunda, Selma, Antônio e Antonie				99887-0288 (Andreia / AAZL)	Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (2016)	R. Wilsom Ackel, 642 - Vila Nancy - São Paulo	São Paulo
			Cândido, Elza				99887-0288 (Andreia / AAZL)	Hortas da Zona Leste (s/d.)	Estrada Inoue, 91	Suzano
								Temp (2016)	Rua Shiojiro Mukai, 183 - Vila Amorim	Suzano
		Casa de Cultura Candearte	Julia Vieira, Lucas Ciola					Horta Di Gueto (s/d.)	Rua Marcelino Correia de Melo Pq. Marabá	Taboão Da Serra